



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GLAUCIENE IZALTINA TASSI

**SISTEMAS DE INOVAÇÃO LOCAL:
UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA NEOINSTITUCIONAL**

Londrina
2021

GLAUCIENE IZALTINA TASSI

**SISTEMAS DE INOVAÇÃO LOCAL:
UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA NEOINSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Amâncio Vieira

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

T213s Tassi, Glauciene Izaltina.
Sistemas de inovação local : uma análise à luz da teoria neoinstitucional / Glauciene Izaltina Tassi. - Londrina, 2021.
167 f. : il.

Orientador: Saulo Fabiano Amâncio Vieira.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Lógica Institucional - Tese. 2. Sistemas de Inovação - Tese. 3. Desenvolvimento tecnológico - Tese. I. Vieira, Saulo Fabiano Amâncio . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

GLAUCIENE IZALTINA TASSI

**SISTEMAS DE INOVAÇÃO LOCAL:
UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA NEOINSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Saulo Fabiano Amâncio
Vieira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Luís Miguel Luzio-dos-Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Zoraide da Fonseca Costa
Universidade Estadual do Centro Oeste do
Paraná

Londrina, 22 de novembro de 2021.

Ao meu amado irmão José Osvaldo Tassi (*in memoriam*), que com muito amor e carinho se orgulhava das minhas conquistas. À minha querida mãe Verônica C. Tassi, por todo amor, incentivo, apoio e compreensão e a toda minha família. Nada disso teria sentido se vocês não existissem na minha vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus em primeiro lugar por todo seu amor, por ser meu alicerce em todos os momentos e por sempre iluminar meu caminho.

A meu orientador e amigo Dr. Saulo Amâncio Vieira, que acompanhou todo o desenvolvimento desta pesquisa e que sempre esteve disponível nos momentos em que precisei de auxílio, superando juntos as dificuldades de um momento de pandemia do qual não estávamos preparados.

À minha mãe por sempre acreditar na minha capacidade, por ter aguentado firme e ter mantido nossa família em pé, mesmo a tantas adversidades, obrigado por ser este exemplo de fé, força e de resiliência.

Agradeço ao meu irmão Carlos Tassi, por me motivar a ser um bom exemplo.

Agradeço principalmente ao José Osvaldo Tassi, por ser meu irmão, pai, amigo e agora meu anjo e olhar por mim lá do céu, ele como outras milhares de pessoas foi uma das vítimas do COVID-19. Prometo continuar seguindo e conquistando todos meus sonhos, por mim e por você!!!

Agradeço de maneira especial ao meu noivo que sempre foi meu maior apoiador e acredita em cada um dos meus sonhos, obrigado por ser meu alicerce, meu refúgio e por ser meu melhor amigo.

Aos professores do mestrado que contribuíram com meu aprendizado e me ajudaram a chegar até aqui. Em especial ao professor Dr. Ivan Dias, por ser um grande incentivador e parceiro na construção desta pesquisa.

Por fim, agradeço também a minha amiga Simone Rezende pela companhia que tornou essa caminhada muito mais divertida.

TASSI, Glauciene Izaltina. **Sistemas de Inovação Local: Uma Análise à Luz da Teoria Neoinstitucional**. 2021. 166 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar as lógicas institucionais utilizadas na elaboração dos programas de desenvolvimento tecnológico regional de Londrina/PR. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o processo de institucionalização, embasado na Teoria Neoinstitucional, bem como, o levantamento sobre os principais projetos de desenvolvimento tecnológicos realizados nos últimos 25 anos. Assim, objetivou-se responder às seguintes questões de pesquisa: Qual foi o percurso histórico do município de Londrina referente às ações para o desenvolvimento tecnológico? Quais as diferentes lógicas institucionais que permearam os programas de desenvolvimento tecnológicos já realizados em Londrina/PR? E quais elementos envolvidos ao processo fizeram com que tais programas perdessem a força com o passar do tempo? Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva desenvolvendo-se por meio de um estudo de caso único. Foram realizadas entrevistas para a coleta de dados primários e pesquisa documental para a coleta de dados secundários. Os resultados indicam que a cultura local, fatores políticos e falta de recursos dificultaram a continuidade desses projetos.

Palavras-chave: Lógica Institucional. Sistemas de Inovação. Desenvolvimento tecnológico.

TASSI, Glauciene Izaltina. **Local Innovation Systems: an analysis based on Neoinstitutional Theory.** 2021. 166 pages Dissertation (Master's in administration) – State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

This research sought to analyze the institutional logic used in the preparation of regional technological development programs in Londrina / PR. A bibliographical survey was carried out on the institutionalization process, based on the Neo-Institutional Theory, as well as a survey on the main technological development projects carried out in the last 25 years. The objective was to answer the following research questions: What was the historical path of the municipality of Londrina regarding actions for technological development? What are the different institutional logics that permeated the technological development programs already carried out in Londrina/PR? And what elements involved in the process caused such programs to lose strength over time? Developed through a single case study, this research contains both qualitative and descriptive characteristics. We collected interviews as primary data; so, to collect secondary data, we resorted to desk research. Results indicate that the local culture, political factors, and lack of resources made it difficult for such projects to continue.

Keywords: Institutional Logic. Innovation Systems. Technological development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Efeitos da lógica institucional.....	52
Quadro 2 – Critérios para definição dos projetos analisados.....	79
Quadro 3 – Definições cognitivas da pesquisa.....	83
Quadro 4 – Definições operacionais da pesquisa	84
Quadro 5 – Protocolo para a realização de estudo de caso	88
Quadro 6 – Síntese da estratégia metodológica.....	89
Quadro 7 – Etapas do projeto	116
Quadro 8 – Contexto político local	139
Quadro 9 – Contexto político estadual	143
Quadro 10 – Lógica institucional dos projetos	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Possíveis níveis de análise do institucionalismo organizacional.....	48
Figura 2 – Relação entre instrumentos de coleta e objetivos específicos.....	82
Figura 3 – Reportagem Folha	104
Figura 4 – Localização geográfica de Londrina e região	109
Figura 5 – Matéria Folha de Londrina	111
Figura 6 – Modelo de concepção do projeto	118
Figura 7 – Modelo funcional da plataforma	119
Figura 8 – Matéria Agência UEL	123
Figura 9 – Níveis de participação dos principais atores (PDI)	136
Figura 10 – Níveis de participação dos principais atores (TECNÓPOLIS).....	137
Figura 11 – Níveis de participação dos principais atores (ECOSSISTEMA).....	138
Figura 12 – Âmbito Estadual	142
Figura 13 – O processo de institucionalização	144
Figura 14 – Fase dos projetos.....	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIL	Associação Comercial e Industrial de Londrina
ADL	Agência de Desenvolvimento Local
ADETEC	Associação Desenvolvimento Tecnológico
AMA	Autarquia Municipal do Ambiente
CERTI	Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
CODEL	Instituto de Desenvolvimento de Londrina
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CNPq/MCT	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência e Tecnologia
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
ICTI	Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação
INCIL	Incubadora Industrial de Londrina
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MDI	Modelo de Desenvolvimento Industrial
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Industrial
PFL	Partido da Frente Liberal
PLATALI	Plataforma de Tecnologia Agroalimentar
PLATCON	Plataforma do Conhecimento
PLATIN	Plataforma de Tecnologia da Informação
PLATSAÚDE	Plataforma de Saúde
PML	Prefeitura Municipal de Londrina
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido Social-Democracia Brasileira
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETI	Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia

TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVO GERAL	18
1.1.1	Objetivos Específicos	18
1.2	JUSTIFICATIVA.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	TEORIA INSTITUCIONAL	22
2.1.1	Primórdios da Teoria Institucional.....	25
2.1.2	Isomorfismo e Legitimação	27
2.1.3	O Velho e o Novo Institucionalismo	31
2.1.4	O Ambiente Institucional e o Campo Organizacional.....	33
2.1.5	Institucionalização e Agência	35
2.2	LÓGICA INSTITUCIONAL	38
2.2.1	Precursores	42
2.2.2	Meta-teoria da Lógica Institucional	43
2.2.3	Lógica Individual, Coletiva e Institucional	51
2.2.4	Mecanismos de Mudança	55
2.2.5	Lógica Institucional e seus Lapsos Conceituais e.	58
2.2.6	Abordagem crítica.....	60
2.3	GLOBALIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA ERA DO CONHECIMENTO	62
2.3.1	Ecossistema de Inovação	64
2.3.2	A Dimensão Local do Desenvolvimento Econômico da Inovação	67
2.3.3	Arranjos Produtivos e Inovativos Locais: Vantagens e Desafios	70
2.3.4	O Papel do Estado.....	72
2.3.5	Desafios do Processo de Geração e Difusão do Conhecimento	74
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
3.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	77
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	78
3.3	UNIDADE DE ANÁLISE	79
3.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	80
3.5	DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS CATEGORIAS.....	82

3.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	85
3.7	PROTOCOLO DA PESQUISA.....	87
3.8	SÍNTESE DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	89
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	90
4.1	BREVE HISTÓRICO DE LONDRINA.....	90
4.2	SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.....	94
4.2.1	Plano de Desenvolvimento Industrial – PDI (1994 - 1997).....	98
4.2.2	Programa Londrina Tecnópolis.....	109
4.2.3	Ecossistemas de Inovação.....	120
4.2.4	O Processo de Institucionalização dos Projetos.....	127
4.3	ANÁLISE COMPARATIVA.....	135
5	CONCLUSÃO.....	150
	REFERÊNCIAS.....	153
	APÊNDICES.....	164
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturado da Pesquisa.....	165

1 INTRODUÇÃO

A ciência, tecnologia e cultura são aceitas como elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social e, nos últimos cinquenta anos, mudanças drásticas ocorreram na estrutura social brasileira, quando deixou de ser rural e transformou-se em uma sociedade industrial e urbana. Ao longo desse percurso, novas demandas políticas, expectativas econômicas e de participação social também foram inseridas no contexto como componentes ativos de mudança (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020)

Para compreender o cenário atual, como ponto de partida, nós nos apropriaremos das discussões a partir da teoria do desenvolvimento econômico utilizado por Joseph Alois Schumpeter, na qual busca identificar as forças que impulsionam este processo e os resultados das mudanças que ocorrem no sistema e afetam o comportamento ou as ações dos agentes econômicos no tocante a investimentos, poupança e consumo, influenciando o ciclo dos negócios. Isto é, seguindo essa linha de pensamento, “para cada oferta existe à espera uma demanda correspondente em algum lugar do sistema econômico, para cada demanda, uma oferta correspondente” (Schumpeter, 1982, p. 75).

O modelo de economia estacionária, expõe que, neste tipo de economia, todas as atividades e relações se processam de forma circular, com os produtores e vendedores de mercadorias atuando também como compradores e consumidores simultaneamente, isto é, a produção é pautada pelo consumo e, a condição de empresário, segundo o autor, não é permanente ou inerente a determinadas pessoas, e também não corresponde à profissão ou classe social, mas está intimamente vinculada à função inovadora (PELAEZ; SMRECSÁNYI, 2006).

Ainda de acordo com Schumpeter, “[...] o desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não” (Schumpeter, 1982, p. 50). Essa imagem da “destruição criativa” considera que, pela sua própria natureza de mudança, o capitalismo nunca está, ou nunca poderá estar, num estado estacionário, e que a inovação “[...] incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova” (Schumpeter, 1942, p. 112-3)

E em termos econômicos, as inovações tecnológicas correspondem à aquisição, introdução e aproveitamento de novas tecnologias na produção e/ou distribuição de quaisquer bens ou serviços para o mercado (PELAEZ; SMRECSÁNYI, 2006). Isto significa dizer que, na perspectiva neoclássica, a tecnologia seria gerada por alguém externo à firma e disponibilizada a todos que queiram utilizá-las.

Entretanto, contrário a essa perspectiva, o conhecimento acumulado por uma comunidade é discutido nos trabalhos de Pelaez; Smrecsányi (2006) como seu capital mais valioso. Assim, seguindo essa aceção, a tecnologia se alinha com a filosofia pragmatista que inspirou o institucionalismo, transferindo responsabilidades, gerando subprodutos e transformando a natureza dos problemas com os quais ela se envolve, em maior ou menor escala e com suas peculiaridades muda a forma pela qual os seres humanos lidam entre si com a natureza.

Portanto, a tecnologia é a aplicação sistemática de conhecimento organizado e confiável, é resultado da prática humana de tentar resolver problemas, uma vez que há transações sociais em que pessoas ou grupos negociam e discutem entre si as atribuições de direitos e deveres sobre objetos e ações, tentando cada um obter o máximo possível de propriedade e liberdade.

O conceito de sistemas nacionais de inovação é lançado e se desenvolve globalmente, designando significativa importância ao conhecimento tácito nestes processos, assim como as instituições e organizações, suas políticas e todo o ambiente sociocultural onde se inserem os agentes econômicos (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Neste sentido, verifica-se que o foco de análise deixa de centrar-se, exclusivamente, na empresa individual e passa a incidir sobre as relações entre as empresas e entre as demais instituições dentro de um espaço geograficamente definido, assim como a privilegiar o entendimento das características do ambiente onde estas se inserem. Como decorrência, tal foco passa a orientar as novas formas de intervenção do Estado na promoção da política industrial e tecnológica (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Na busca pela competitividade, várias são as configurações discutidas na literatura sobre as formas de se promover o desenvolvimento local, como por exemplo, a partir da formação de redes de cooperação, cadeias produtivas, arranjos produtivos locais, dentre outros. Um modelo que recebe destaque nesse

processo corresponde aos Parques Tecnológicos, em razão dos resultados positivos no âmbito internacional, tanto no que se refere às expectativas dos órgãos governamentais, quanto nas de coordenadores de políticas públicas, que têm como principal objetivo o desenvolvimento regional (ZOUAIN, 2003).

A disseminação de todos os tipos de redes é atualmente considerada como a forma mais marcante de inovação organizacional associada à difusão do novo padrão, e tais sistemas e modos de articulação podem ser tanto formais como informais e são reconhecidos como fundamentais na geração e difusão de conhecimentos e particularmente aqueles tácitos.

O contexto indicado remete-se aos conceitos de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais – ASPILs – que instituem um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais que estejam localizados em um mesmo território e que possuam foco em um conjunto específico de atividades econômicas com vínculos significativos de interação, cooperação e aprendizagem, os quais são essenciais para a geração e mobilização de capacidades produtivas e inovativas (LASTRES *et al.*, 1998), isto é, o foco se encontra nas articulações entre empresas e destas com outros atores.

Dessa forma, sob a ótica Schumpeteriana, os empresários seriam, portanto, os principais agentes de inovação, visto que são eles os detentores da liderança no capitalismo em decorrência às suas inovações e a esses novos formatos que, além de favorecerem os processos de aprendizagem coletiva, cooperação e a dinâmica inovativa, assumem grande importância, porque esses novos arranjos passam a ocorrer, cada qual com suas particularidades, em diferentes locais no Brasil como em Santa Rita do Sapucaí/MG, São Carlos/SP e Londrina/PR entre outros.

Especificamente, na região Norte do Paraná, estudos mostram as mudanças nos negócios e na sociedade a partir da década de 60, após as várias geadas e, em especial a de 1975, conhecida como “Geadada Negra” que, praticamente, destruiu a cultura da produção de café. De modo que, com o fim da cafeicultura, que era a “mola propulsora” da economia local, foi necessário discutir e definir uma nova matriz econômica (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

Assim, para acompanhar todo esse desenvolvimento, diversas instituições foram obrigadas a se tornarem mais flexíveis, de maneira a assimilar as transformações ocorridas, e alguns setores da sociedade londrinense passaram a se

organizar para tentar identificar qual seria a vocação da cidade. Observou-se que Londrina possuía uma série de ativos de inovação (universidades, centros de pesquisa, mão-de-obra qualificada) que poderiam ser mais bem utilizados no processo de desenvolvimento da cidade. Na busca pela competitividade, o desenvolvimento local ganha uma nova dimensão, a partir da formação de redes de cooperação e cadeias produtivas (AMÂNCIO VIEIRA *et al.*, 2005).

Com o apoio de um conjunto de atores e entidades de diversos segmentos, o principal objetivo era fazer de Londrina uma cidade tecnológica por meio de atividade permanente de prospecção de futuro e planejamento estratégico. De tal modo que, frente a essa nova realidade, vários movimentos e estudos foram realizados ao longo de três décadas por meio de projetos como “Rumos do Norte, PDI; Londrina Tecnópolis; Fórum desenvolve Londrina, Ecosistema de Inovação da Fundação Certi e Potencialidades Londrina” até a estruturação de um Ecosistema de Inovação.

Contudo, durante esse processo, inúmeras foram as dificuldades e, na verdade, ainda continuam sendo para implementar propostas políticas que deem conta dos desafios e oportunidades colocados atualmente à sociedade, e Cassiolato e Lastres (2005) remetem isso à incompreensão das particularidades do processo inovativo. Dessa forma, como essa incompreensão do processo inovativo também foi apresentada na experiência de Londrina, observou-se a necessidade de uma melhor compreensão dos fatores que afetaram as diferentes experiências no município com foco no desenvolvimento tecnológico local.

Para realizar a análise do caso em tela, utilizar-se-á como arcabouço teórico a teoria das lógicas institucionais, acerca dos estudos das organizações, orientadas por teóricos institucionalistas que se fundamentam no pressuposto de que a organização não possui só a dimensão técnica, mas também a simbólica. Acredita-se, portanto, que tal teoria seja a mais adequada para esse tipo de análise, uma vez que se busca compreender o papel da cultura e da cognição no processo de institucionalização dos projetos que serão analisados, bem como identificar a influência do conjunto de atores e entidades de diversos segmentos, que produziram e reproduzem suas vidas, tornando suas experiências significativas no processo de institucionalização de cada projeto.

Para Campbell (2004), as instituições são os fundamentos da vida

social e consistem em regras formais e informais, mecanismos de controle e execução e sistemas de significados que definem o contexto em que indivíduos, empresas, sindicatos, estados-nação e outras organizações operam e interagem uns com os outros. Seguindo a mesma linha de pensamento, Lima (2016, p. 29) assevera que “As instituições são assentamentos nascidos de luta e de negociação, refletem os recursos e o poder de quem as constitui e, por sua vez, afeta a distribuição de recursos e poder na sociedade”, ou seja, as instituições são poderosas forças externas que ajudam a determinar como as pessoas fazem sentido ao seu mundo e agem nele garantindo assim, estabilidade na sociedade.

Dentro dessa perspectiva, o campo organizacional é constituído de várias instituições e organizações que interagem, trocam recursos e informações. E também é no campo organizacional que ocorrem os processos de isomorfismo mimético, coercitivo e normativo, os quais discutem que as características organizacionais são modificadas na direção de uma compatibilidade cada vez maior com características do ambiente, portanto, trata-se da resposta às pressões do ambiente institucional e são motivados por atos governamentais, incertezas, profissionalização e outros aspectos cognitivos e culturais (LIMA, 2016).

Tendo em vista que as organizações demandam muito além de recursos materiais e informações técnicas, o conceito de legitimidade se faz presente quando busca-se a aceitação e credibilidade. Suchman (1995) define legitimidade por meio da percepção ou suposição de que as ações de determinada entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de um sistema de normas, valores, crenças e definições socialmente construídos.

A partir dessa perspectiva, as discussões envoltas da Teoria Institucional no contexto dos estudos organizacionais enfatizaram as maneiras que as instituições restringem as estruturas e atividades organizacionais, e, assim, explicaram a convergência de práticas organizacionais dentro do mesmo ambiente institucional (BATTILANA, 2006), isto é, o trabalho institucional refere-se às ações intencionais das organizações com relação às instituições. Por meio dessa atividade, uma organização pode criar, manter ou interromper uma instituição.

Portanto, a presente pesquisa tem como foco estudar o assunto sob um novo ponto de vista ao propor as seguintes questões de pesquisa: Qual foi o percurso histórico do município de Londrina referente às ações para o

desenvolvimento tecnológico? Quais as diferentes lógicas institucionais que o permearam os programas de desenvolvimento tecnológicos já realizados em Londrina/PR? E quais elementos envolvidos ao processo fizeram com que tais programas perdessem a força com o passar do tempo?

Tais indagações se motivam e se fundamentam nos apontamentos de Silva e Melo (2001) que apresentam que o Brasil construiu um sistema nacional de Ciências e Tecnologia sofisticado, mas incompleto, uma vez que foi criado para resolver problemas pontuais, sem planejamento ou coordenação central da inclusão na agenda de desenvolvimento do país.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as lógicas institucionais utilizadas na elaboração dos programas de desenvolvimento tecnológico regional de Londrina/PR.

1.1.1 Objetivos Específicos

1. Identificar e descrever os programas de desenvolvimento tecnológico regional realizados no município de Londrina;
2. Comparar os programas de desenvolvimento tecnológicos realizados em Londrina à luz das lógicas institucionais;
3. Elaborar um modelo de implementação de programas de desenvolvimento tecnológico sustentável.

1.2 JUSTIFICATIVA

Esse trabalho se justifica empiricamente, pela intenção de se compreender os sistemas e arranjos produtivos locais, tendo em vista a importância da inovação para a competitividade e para os processos de desenvolvimento tecnológico na região, pois as tomadas de decisões acontecem nesse espaço, desenvolvendo novas formas organizacionais de competição global que acabam alcançando, de uma forma ou de outra, os respectivos espaços periféricos (FIORI, 1995).

O enfoque sobre o caráter localizado da inovação passa a ganhar maior evidência, tendo em vista os vários esforços para se compreender como se estabelecerão as relações entre o local e o global e o papel que cada uma destas dimensões irá desempenhar em níveis econômico e político. Dessa forma, esta investigação será capaz de compreender também o processo pelo qual se faz essencial que os municípios e regiões tenham modelos de desenvolvimento regional para resolver não apenas problemas pontuais, mas também organizar seus sistemas municipais de inovação, uma vez que a inovação e o aprendizado, enquanto processos dependentes de interações, são fortemente influenciados por contextos econômicos, sociais, institucionais e políticos específicos (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

Assim considerando a trajetória da Teoria Institucional, busca-se definir as etapas do sistema de inovação da cidade de Londrina, cujas atividades geraram e difundiram novas tecnologias, tendo a inovação como aspecto crucial. E como abordado anteriormente, o nível de articulação entre os diversos atores, que compõem um sistema, determina a capacidade de uma cidade, região ou país em gerar inovações. Assim, quando se ouve falar do “Vale do Silício”, localizado na parte sul da região da Baía de São Francisco, na Califórnia, EUA, que abriga muitas startups e empresas globais de tecnologia, como a Apple, Facebook e Google, estamos falando exatamente, de um sistema de inovação.

Estes sistemas têm se espalhado pelo mundo, por todos os países e, inclusive, no Brasil. E por acreditar que Londrina conseguiu organizar seus setores em governanças para se colocar em condições de ter um desenvolvimento sustentável, gerando riqueza para seus cidadãos, para a cidade e região, para o Estado do Paraná e para o país, acredita-se que, ancorados nas reflexões dos autores Dias, Tassi e Vieira (2020) que está rica história pode ser aproveitada por todos, pessoas, entidade, comunidades, municípios de menor ou maior porte, regiões que se proponham a se desenvolver em um processo condizente com as modernas estruturas contemporâneas para o desenvolvimento sustentável.

Em seguida, com base em nossa revisão da literatura sobre lógica Institucional, do ponto de vista teórico, bem como em nossa própria pesquisa, discutimos aspectos que podem preencher as possíveis lacunas históricas. Assim faz-se necessário ressaltar que, um dos aspectos teóricos aqui utilizados, corresponde às

lógicas institucionais como decorrentes das ordens institucionais do Sistema Interinstitucional que, por vezes são mal compreendidas, podendo assim, ser reformuladas e personalizadas no campo organizacional, isto é, ao considerarmos o posicionamento de Thornton e Ocasio (2008) que retratam como tipos ideais os modelos analíticos formais pelos quais se comparam observações empíricas entre instituições, essa pesquisa irá propor um modelo que poderá ser utilizado em outras regiões a partir da identificação dos principais elementos que fizeram com que determinados projetos perdessem suas forças ao passar dos anos.

E por fim, encerramos discutindo como essa pesquisa tem o potencial de contribuir não apenas para uma melhor compreensão dos diferentes modelos de lógicas institucionais, mas também para o avanço da Teoria Organizacional, especificamente, sobre as implicações que a agência deve ser considerada, para compreender as reações e pressões institucionais que o ambiente institucional incide sobre as maneiras pelas quais as instituições moldam o comportamento dos atores organizacionais.

Realizando-se pesquisas sobre o tema, verificou-se que os autores Scott e Meyer (1992), DiMaggio e Powell (1991) e Tolbert e Zucker (1998) afirmam que, apenas na década de 1970, deu-se ênfase à interdependência social e cultural das organizações e seus ambientes. Entretanto, há algumas inconsistências entre a perspectiva do velho e o neoinstitucionalismo com relação à construção social da instituição que precisam ser discutidas em profundidade, pois no velho institucionalismo, as instituições eram vistas como estruturas objetivas, independentes da ação humana e, *a priori*, o ambiente era desconsiderado de modo que a velha escola institucional descreve a organização como imersa em comunidades locais, vinculadas pela lealdade face a face.

Já os autores como Astley e Van de Ven (1983), Berger e Luckmann (2001), Friedland e Alford (1991) e Battilana (2006) expõem que, para o neoinstitucionalismo, a instituição é construída socialmente sendo o homem sua base e a institucionalização, o elemento central para a perpetuação de grupos sociais. De modo que a perspectiva das lógicas institucionais se centra na cultura como fonte de análise institucional, e são definidas como “padrões socialmente construídos por meio do significado de símbolos, valores, crenças e regras, pelas quais indivíduos e organizações produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam tempo e

espaço e fornecem significado à sua realidade social” (THORNTON; OCASIO, 1999, p. 804).

Portanto, a presente pesquisa pretende utilizar-se do arcabouço teórico de forma a complementar a Teoria das Lógicas institucionais, proporcionando modelos de implementação de programas de desenvolvimento tecnológico a partir das experiências de programas de desenvolvimento regional realizados no município de Londrina.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico deste trabalho é subdividido em dois temas: o primeiro refere-se à Lógica Institucional e o segundo contempla uma discussão sobre os desdobramentos dos programas de desenvolvimento tecnológico da cidade de Londrina ocorridos nas últimas três décadas.

Dessa forma, inicialmente, apresentar-se à conjuntura histórica da Teoria Institucional, abordando os pilares conceituais de uma instituição e seu percurso até a contemporaneidade no contexto da Teoria das Organizações. Para tanto, discute-se o velho e o novo/neoinstitucionalismo a partir de temas essenciais para a análise institucional, tais como: institucionalização, legitimidade e lógica institucional.

Em um segundo momento, serão apresentados os conceitos sobre desenvolvimento tecnológico regional a fim de discutir os diferentes modelos a partir das lógicas institucionais, seguidos de uma descrição histórica da trajetória dos programas de desenvolvimento tecnológico da cidade de Londrina ocorridos nas últimas três décadas, evidenciando como essas articulações em redes podem ser reconhecidas como fundamentais na geração e difusão de conhecimentos, uma vez que, atualmente, esta é considerada como a mais marcante inovação organizacional para o desenvolvimento sustentável.

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL

Estudos organizacionais dentro do campo da Sociologia deram origem à Teoria Institucional a partir do trabalho de Robert Merton e seus seguidores no final da década de 1940. Essa teoria prima em compreender como as lógicas institucionais definem as normas, valores e crenças que estruturam a cognição dos atores nas organizações e fornecem um entendimento coletivo de como os interesses e decisões estratégicas são formulados (THORNTON; OCASIO, 1999).

Assim, cabe salientar que, na abordagem institucional, as construções sociais são frutos da produção humana e, de acordo com Vieira e Carvalho (2003), considera-se o processo como estruturado e estruturante, não de forma racional, mas fruto, também, da interpretação e da subjetividade. Dessa forma, ainda sob a

perspectiva dos mesmos autores, o reflexo desta preocupação se evidencia nos arranjos organizacionais por meio dos diferentes elementos que compõem a estrutura. Essa visão mais subjetiva e interpretativa não foi a única característica da teoria, uma vez que as lógicas institucionais são historicamente variantes e são moldadas por mudanças estruturais econômicas e sociais (THORNTON; TUMA 1995).

Portanto, o desenvolvimento da teoria não seguiu uma linha uniforme de pensamento, sendo fortemente influenciada pelo positivismo e funcionalismo, passando por diferentes períodos marcados por influências de diferentes concepções epistemológicas.

Para Scott (1992) e Scott e Meyer (1992) a pesquisa organizacional mudou seu foco no final da década de 1960 com a grande influência do ambiente na estrutura organizacional, contudo, mesmo frente a tais mudanças, a realidade funcionalista se mantinha em grande parte dos trabalhos, de modo que, apenas na década de 1970, devido à ausência de descobertas empíricas e críticas contundentes aos paradigmas da quantificação, a ênfase reincide na interdependência social e cultural das organizações e seus ambientes. E mesmo baseada nessas definições que se estabelecem Théret (2003 p. 226) aponta que:

Tanto DiMaggio e Powell observam que no interior da teoria das organizações, “os ‘institucionalistas’ diferenciam-se a partir da ênfase que atribuem ao caráter micro ou macro dos fenômenos institucionais, ao peso que imputam nos aspectos cognitivos ou normativos das instituições, e à atenção que dispensam aos interesses e às redes de relações na criação e difusão das instituições”.

Portanto, é possível encontrar, tanto em Ciência Política como em Economia e Sociologia, um mesmo desenvolvimento básico do institucionalismo, que se divide em três grandes correntes, que ancorados em conceitos como a institucionalização, as normas, os mitos e a legitimidade, seguem orientações distintas, uma econômica, outra política e uma terceira sociológica (CHANLAT, 1989). Hall e Taylor constroem analiticamente a distinção entre esses três institucionalismos ao tentarem identificar como esses enfoques encaram a relação entre instituições e comportamentos individuais e também na busca em compreender o processo de formação e transformação das instituições (THÉRET, 2003).

Assim, o fundamento básico da orientação econômica consiste em inserir o processo econômico no marco de uma construção social, manipulada pelas forças históricas e culturais. Esse enfoque de cálculo, presente apenas no

institucionalismo da escolha racional, enfatiza o caráter instrumental e estratégico do comportamento (DE CARVALHO; VIEIRA; DIAS, 1999).

Na concepção puramente estratégica, de cálculo, as instituições são vistas como o resultado intencional, quase contratual, e funcional de estratégias de otimização de ganho por parte dos agentes. Elas podem, conseqüentemente, mudar de natureza depois que tenham desempenhado seu papel (THÉRET, 2003 p. 228).

Na teoria econômica neoinstitucional, as transações econômicas são responsáveis pela definição dos mercados, das hierarquias e das formas híbridas das organizações, demonstrando interesse não apenas por forças históricas e culturais, envoltas nas instituições econômicas, tais como as empresas, os mercados e as relações contratuais, mas também aos sistemas normativos e de governo que são criados para regular e gerir os intercâmbios econômicos, centrando sua atenção nas relações de classe, na tecnologia, no poder monopolista entre outros (DE CARVALHO; VIEIRA; DIAS, 1999).

Por conseguinte, a segunda corrente epistemológica corresponde a orientação política da teoria institucional, que no início manteve uma estreita relação com o direito constitucional e a filosofia moral concedendo especial atenção aos aspectos legais e à ordenação administrativa das estruturas de governo (SCOTT, 1995).

Para March e Olsen (1993), as teorias contemporâneas da política têm uma orientação instrumentalista onde a alocação de recursos, a supremacia dos interesses e o alcance dos resultados estão em primeiro plano. De modo que a ação dos atores mesmo se baseando em interesses próprios, possuem diferentes visões de mundo, correspondentes às suas posições e contextos sociais – conseqüentemente, os interesses não seriam dados, como as preferências no institucionalismo da escolha racional, mas construídos politicamente (IMMERGUT, 1996).

Ainda a luz de March e Olsen (1993) o novo institucionalismo defende a autonomia das instituições políticas frente aos fenômenos sociais; a complexidade dos sistemas políticos existentes e o papel central exercido pela representação e o simbolismo no universo político. Isto porque, de acordo com Meyer e Rowan (1992) os símbolos, rituais, cerimônias, relatos e dramatizações na vida política trazem coerência interpretativa à vida política da sociedade.

A terceira grande corrente epistemológica corresponde a orientação

sociológica da perspectiva institucional, na qual também prosperam os fundamentos teóricos do presente trabalho. E nesta orientação aparece, com importância, a influência de Émile Durkheim com as suas contribuições iniciais sobre o caráter variável das bases da ordem social e Berger e Luckmann (1991), com argumentos sustentados pelo fato de que a ordem social está fundamentada na “construção social da realidade” gerada pela interação com a natureza.

Do ponto de vista da Sociologia, esse institucionalismo sociológico “interpretativo” ou “cognitivo” é o resultado de uma “revolta microsociológica” ou ‘construtivista’ que põe fim, durante os anos 60, à hegemonia funcionalista”, provocando “um choque de paradigmas na Sociologia norte-americana” (WACQUANT; CALHOUN, 1989, p. 41).

A mudança de foco que supôs dirigir sua atenção ao sistema cognitivo, foi a base para o desenvolvimento da tendência sociológica da perspectiva institucional, e que se conhece como o novo institucionalismo nas organizações (DE CARVALHO; VIEIRA; DIAS, 1999). Assim, novas correntes de investigação surgiram a partir destas discussões, priorizando contextos organizacionais distintos como: o poder, a cultura, a estratégia, o contexto ecológico ou as instituições.

Frente ao exposto, Vieira; Lopes e Carvalho, (1999, p. 6) completam que “a perspectiva institucional abandona a concepção de um ambiente formado exclusivamente por recursos humanos, materiais e econômicos para destacar a presença de elementos culturais” Dessa forma, as empresas agora concorrem pela busca da legitimidade.

2.1.1 Primórdios da Teoria Institucional

Para entender o conceito da Teoria Institucional, faz-se necessário inseri-la no contexto das instituições e estudá-la ao longo da história, começando com as análises empíricas de Selznick (1949) das organizações e do ambiente institucional e a teorização de Parsons (1956), que expõem como as instituições funcionam para integrar organizações com outras organizações da sociedade através de regras universalistas, contratos e autoridade.

A visão mais burocrática que dominava o mundo moderno concentrava seus esforços em criar estruturas cada vez mais eficazes, destinadas a cumprir tarefas formais ligadas a essas organizações (LIMA, 2016). A esse respeito, Greenwood *et al.* (2008), assevera que, nos anos de 1970, prevaleciam perspectivas

que priorizavam a agência dos atores diante de determinadas circunstâncias. Dessa forma, as decisões eram tomadas a partir da interpretação dos administradores-sêniores que conduziam as organizações.

Assim, na década de 1970, com Meyer e Rowan (1977) e Zucker (1977) surgiu uma nova abordagem da análise institucional que destacava o papel da cultura e da cognição na análise institucional. A disseminação desses estudos se deu por meio da publicação do artigo *Institucionalized Organization*, que viria a se chamar Teoria Neoinstitucional ou Novo Institucionalismo.

Contudo, de acordo com a interpretação de Tolbert e Zucker (1998), ainda falta consenso em relação a alguns conceitos dessa teoria, sendo que a mesma ainda está se consolidando em meio aos estudos organizacionais, devido à diversidade de tópicos de pesquisa, o que representa uma variedade de contextos empíricos. Portanto, a compreensão é de que a Teoria Neoinstitucional ainda está em processo de maturidade, ou seja, institucionalizando-se.

De uma perspectiva macro, Meyer e Rowan (1977) enfatizaram o papel da modernização na racionalização de regras tidas como certas, levando ao isomorfismo nas estruturas formais das organizações. Ou seja, para legitimidade, as organizações precisavam estar em conformidade com os requisitos de ambientes externos, isto é, todas as partes da organização deveriam estar em consonância com seu núcleo técnico, uma vez que conceitos como a institucionalização, normas, mitos e a legitimidade com enfoque institucional naturalizaram-se seguindo orientações econômicas, políticas e sociológicas (CHANLAT, 1989).

Ainda sob a ótica de Vieira, Lopes e Carvalho (1999) umas das características fundamentais da perspectiva econômica da Teoria Institucional é a inserção do processo econômico no marco da construção social, manipulada pelas forças históricas e culturais. Dessa forma, o foco na mudança social surge com os trabalhos de Robert Merton, cujos estudos se concentravam na dinâmica da mudança social com intuito de compreender, a partir de trabalhos empíricos, as relações entre os elementos da estrutura organizacional, elementos estes que, por sua vez, ao se inter-relacionarem, mantinham o equilíbrio do sistema.

Cabe ressaltar que, de acordo com a perspectiva dos autores Vieira e Carvalho (2003) e Tolbert e Zucker (1999), a figura de Philip Selznick, discípulo de Merton, é a mais associada às origens da teoria uma vez que foi ele quem introduziu

as bases de um modelo institucional capaz de interpretar as organizações como uma expressão estrutural da ação racional, que, ao longo do tempo, são sujeitas às pressões do ambiente social e se transformam em sistemas orgânicos. Assim, a presença de formas organizacionais, modelos socialmente legítimos para a construção de organizações, dá ordem e estrutura a diferentes esferas da vida organizacional (GREENWOOD; HININGS, 1988).

2.1.2 Isomorfismo e Legitimação

Como já mencionado na sessão anterior, o estudo das instituições tem uma longa história em análise organizacional, começando com as análises empíricas de Selznick (1949), das organizações e do ambiente institucional, e a teorização de Parsons (1956), que enfatiza como as instituições funcionam para integrar organizações com outras organizações da sociedade através de regras universalistas, contratos e autoridade.

Assim, o papel da modernização na racionalização de regras tidas como certas leva ao isomorfismo nas estruturas formais das organizações, isto é, em uma perspectiva macro, as organizações precisam estar em conformidade com os requisitos dos ambientes externos para se legitimar (MEYER; ROWAN, 1977). DiMaggio e Powell (1983) retratam o foco de Meyer e Rowan (1977) no isomorfismo, do nível social para o nível dos campos organizacionais, com ênfase em fontes coercitivas, normativas e miméticas. Assim, a abordagem de DiMaggio e Powell levou esse estudo a uma explosão de análises empíricas.

Dentre as explicações, DiMaggio e Powell (1983), expõem que os efeitos da cognição são vistos principalmente por meio do isomorfismo mimético, concentrando-se no comportamento irracional em resposta à racionalização cultural. Por conseguinte, "o novo institucionalismo" se tornou reconhecido por sua rejeição à racionalidade como meio para legitimar a não eficiência como uma explicação para o sucesso e a sobrevivência das organizações (TOLBERT; ZUCKER, 1983).

No que tange os conceitos de "instituição" e "processo de institucionalização", dentre os vários enfoques na perspectiva institucional, Scott (1995) e Vieira, Lopes e Carvalho (1999), discorrem que as principais divergências fazem referência à ênfase atribuída aos elementos institucionais que dividem a

perspectiva em três “pilares” o pilar regulador; o pilar normativo e o pilar cognitivo.

O pilar regulador trata do controle direto dos empregados e as ações de sanção e coerção e por essa razão, se distinguem dos demais, uma vez que sua ênfase está na fixação de normas (SCOTT, 1995, p. 36). Em outras palavras, ele é o responsável por moldar e regular comportamentos, seja por meio de mecanismos formalizados como a polícia e os tribunais ou até mecanismos informais, tais como os sabotadores. Deste modo, no pilar regulatório, o ato de coagir é uma das principais forças exercidas para se manter o controle, mas cabe ressaltar também que ainda que a força, o medo e a conveniência sejam elementos centrais, estes são aprimorados pela existência de regras, sejam elas informais ou formais (SCOTT, 2001).

Por sua vez, o pilar normativo, “tenta desvendar em que as opções estruturais assumidas pelas organizações são derivadas da pressão exercida pelas normas e os valores” (VIEIRA; LOPES; CARVALHO, 1999, p. 8). Ou seja, ressalta “os valores e as normas como elementos institucionais nos quais se apoia uma grande parte dos primeiros investigadores institucionalistas, como Parsons, Durkheim e Selznick”. Portanto, a ênfase é dada às regras que introduzem uma dimensão prescritiva, definindo metas ou objetivos e qual o método mais apropriado para alcançá-las. De maneira simplista, é ele que determina as regras do jogo e define os meios legítimos para se atingir os resultados de estimados (SCOTT, 2001).

O terceiro e último pilar se refere ao cognitivo e propõe que, além das proposições objetivas, também sejam valorizadas “as interpretações subjetivas das ações, em adição às representações que os indivíduos fazem de seus ambientes configuradores de suas ações” (VIEIRA; LOPES; CARVALHO, 1999, p. 9). Scott e Christensen (1995) corroboram com essa ideia ao sustentarem que o estímulo do ambiente deve ser cognitivamente processado pelos atores – interpretado pelos indivíduos, empregando sistemas simbólicos socialmente construídos – antes que possam reagir. Isto significa que este pilar está intimamente conectado à natureza da realidade social e aos meios através dos quais os significados são criados. A ênfase do pilar cultura-cognitivo se dá pelo fato que ela considera a dimensão cognitiva da existência humana, os estímulos do mundo exterior, símbolos, palavras, sinais e gestos, bem como a resposta do organismo individual, os significados que atribuímos aos objetos e às atividades para fazer sentido ao fluxo de acontecimentos (SCOTT, 2001).

Assim, ao descrevermos as principais características dos pilares normativos, relativos e cognitivos, evidenciamos os elementos constituintes da instituição e, conseqüentemente, da investigação por meio da Teoria Institucional. E tanto as perspectivas de Selznick como as percepções de Merton enfatizam a presença de valores organizacionais que ultrapassam as margens do utilitarismo instrumental, entretanto Merton focou nas características da burocracia (racional-legal), enquanto Selznick empreendeu seus esforços no desenvolvimento de uma organização específica, descrevendo sua história natural evidenciada no processo pelo qual, ao longo do tempo, uma organização desenvolve suas estruturas, capacidades e doutrinas (SCOTT, 2001).

Sem romper com a perspectiva de Meyer e Rowan (1977) ainda nos anos de 70, ofereceram novos direcionamentos às discussões no momento em que propuseram que as estruturas organizacionais contemplavam além das funções objetivas também funções simbólicas. Assim, seguindo a linha de pensamento dos autores, as regras institucionais funcionam como mitos incorporados pelas organizações, dando margem a ganhos de legitimidade, recursos, estabilidade e perspectivas de sobrevivência reforçadas às organizações, de modo que as estruturas formais de muitas organizações na sociedade pós-industrial refletem dramaticamente os mitos de seus ambientes institucionais (LIMA, 2016).

Os autores Friedland e Alford (1991), Haveman e Rao (1997), Thornton e Ocasio (1999) e Scott *et al.* (2000), em suas pesquisas empíricas cunharam uma nova abordagem para a análise institucional que colocava a lógica institucional como definindo o conteúdo e o significado das instituições. Dessa forma, o interesse na abordagem da lógica institucional compartilhada por Meyer e Rowan (1977), Zucker (1977) e DiMaggio e Powell (1983), está centrado na tentativa de compreender a forma como as regras culturais e estruturas cognitivas moldam estruturas organizacionais de maneiras significativas. Portanto, o foco não está mais no isomorfismo, seja no sistema mundial, na sociedade ou nos campos organizacionais, mas nos efeitos de lógicas institucionais que moldam o comportamento racional consciente e nos atores individuais e organizacionais que ajudam moldar e mudar as lógicas institucionais (THORNTON, 2004).

Quanto ao termo legitimidade cunhado por Suchman (1995), este refere-se à suposição de que as ações de determinada entidade são desejáveis e

apropriadas dentro de um sistema de normas, valores e crenças e são construídas socialmente. Da mesma forma, como acontece hoje em dia, no caso de as organizações objetivarem se manter no ambiente social em que estão inseridas, além de recursos materiais e informações técnicas, demandam também a aceitação e a credibilidade no ambiente externo, uma vez que essas características estão intrinsicamente ligadas ao conceito de legitimidade organizacional. É neste sentido, portanto, que as regras institucionais propiciam ganhos de legitimidade e conforme mencionado por Berger e Luckmann (2010), a legitimação assume o papel de tornar acessíveis e subjetivamente plausíveis as objetificações de primeira ordem, sendo que estas foram institucionalizadas. Isso porque os autores expõem que, mesmo que a realidade exista independentemente de nós, ao ser vista por diferentes olhares dos homens comuns, forma o conhecimento de modo que, no contexto sociológico, o conhecimento pode ser definido como a interpretação que o indivíduo faz da sua realidade.

Em suma, os autores Berger e Luckman teorizam sobre a realidade como construção social no livro *"The Social Construction of Reality"* de 1967, a fim de fundamentar a discussão a respeito do conceito de legitimação, para o qual apresentaremos, em síntese, as ideias centrais discutidas pelos autores que acreditamos serem importante para a compreensão total dos fatos.

Ainda, externalização deve ser entendida como pensamentos, sentimentos ou ideias que ganham formatos específicos. Objetificação ou reificação refere-se à transformação dos pensamentos pela linguagem e comportamento dentro de parâmetros sociais e sua institucionalização nas artes, nas normas e nos hábitos. Internalização corresponde aos parâmetros dos artefatos ou objetos socialmente aceitos com os quais o indivíduo interpreta o mundo. Já o termo "habitualização" se trata das ações repetidas que serão aceitas por outros que estão por vir. E por fim, um dos termos centrais desse estudo, institucionalização, corresponde ao processo de implantar uma convenção ou norma na sociedade. Isso acontece quando os hábitos se tornam normais ou realidade.

Por certo, a legitimação se forma a partir da relação com o outro, visto que, ao mesmo tempo que o homem constrói e molda a sociedade, ele é por ela influenciado, sendo assim, os autores propõem ainda a sociologia do conhecimento como explicação de como os hábitos se tornam instituições e sua aceitação se torna

a realidade conhecida e aceita como natural (BERGER; LUCKMANN, 2004).

De forma mais abrangente, compreende-se que a legitimidade é um elemento componente central para a Teoria Institucional por representar os elementos que permitem a manutenção ou a mudança da instituição, tendo em vista que indagações sobre a adequação de práticas, normas e procedimentos podem impedir a reprodução dos padrões institucionalizados em uma organização (MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005).

Portanto, frente a tantos dilemas, a Teoria Institucional pode ser classificada em dois grandes movimentos, sendo eles o velho e o novo, institucionalismo e neoinstitucionalismo, explicitados em detalhes na sessão a seguir.

2.1.3 O Velho e o Novo Institucionalismo

Como ainda há desacordo sobre existir ou não uma divisão entre o velho e o neoinstitucionalismo, como aquelas apontadas por Selznick (1996), e que alguns conceitos dessa teoria ainda estão se consolidando em meio aos estudos organizacionais, conforme apontado por Tolbert e Zucker (1998), acredita-se, por essa razão, ser imprescindível demonstrar os pontos de divergência e convergência entre as duas perspectivas.

Com relação aos pontos que convergem, presume-se que se deva ao fato de que o neoinstitucionalismo tem suas raízes no institucionalismo proposto por Philip Selznick e seus discípulos. Assim, ambos possuem a mesma perspectiva com relação ao relacionamento entre a organização e o ambiente ao demonstrarem a inconsistência com fatos formais das organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Em referência à construção social da instituição, no velho institucionalismo, a estrutura formal e legal estava em foco. Isto é, as instituições eram vistas como estruturas objetivas que existiam independentemente da ação humana. Contrapondo essa ideia, na perspectiva neoinstitucional, o homem é a base das instituições sendo construída socialmente (MEYER; ROWAN, 2006).

O esforço visando à compreensão das implicações da utilização da estrutura formal para fins simbólicos, de acordo com a compreensão de Tolbert e Zucker (1998) é a principal contribuição do estudo de Meyer e Rowan (1977), que expõe as normas de racionalidade como poderosa forma de entendimentos

relacionados às estruturas sociais institucionalizadas, portanto, possuem um significado intrínseco. Logo, cabe à organização visualizar tanto as atividades práticas quanto as estruturas criadas a partir de mitos institucionalizados. Neste sentido, Meyer e Rowan (1977) apresentam três implicações:

A primeira com relação as áreas ambientais que, independentemente da existência de problemas específicos e imediatos de coordenação e controle referentes às atividades de seus membros, pode ocorrer (TOLBERT; ZUCKER, 1998). A segunda implicação faz referência à incorporação de mitos institucionalizados que são legitimados pelas organizações, isto é, a avaliação social das organizações e de sua sobrevivência pode estar na observação das estruturas formais, ao invés de relacionada ao desempenho das tarefas (TOLBERT; ZUCKER, 1998). E a terceira implicação atribui-se aos esforços de controle organizacional, relacionados às atividades do dia a dia e aos comportamentos dos membros da organização (TOLBERT; ZUCKER, 1998).

Por conseguinte, na análise institucional, o modelo mais frequente em tempos atuais, baseia-se na noção de equilíbrio, podendo ser confrontada por fatores exógenos capazes de impactar no equilíbrio institucional ou na lógica institucional existente (MEYER; ROWAN, 2006), enquanto a velha escola institucional se contentava em descrever as mudanças institucionais.

Por fim, evidencia-se também a diferença dos institucionalismos quanto à conceituação do ambiente organizacional que, para DiMaggio e Powell (1991), a velha escola institucional descreve a organização como imersa em comunidades locais, vinculadas pela lealdade face à face, enquanto o novo institucionalismo está centrado não apenas nos ambientes locais, mas em todos os setores organizacionais ou campos com fronteiras menos evidentes.

Frente às dicotomias apresentadas, com relação à abordagem, do velho e neoinstitucionalismo, para o desenvolvimento deste trabalho nós nos apropriaremos dos conceitos apresentados por Greenwood e Hinings (1996) sobre a Teoria Institucional, contribuindo para o entendimento das mudanças organizacionais, indo muito mais à frente das ideias de inercia e persistência. Entretanto, ainda sob o olhar dos mesmos autores, isso só é possível quando o velho e o novo institucionalismo partilham de um novo *framework* institucionalista, da mesma forma em que acontece “na evolução de áreas teóricas onde há um período de movimento

de afastamento de pontos de partida, um processo de reencontro desses pontos de partida e a reincorporação destes pontos na teoria existente!” (GREENWOOD; HININGS, 1996, p. 1048).

2.1.4 O Ambiente Institucional e o Campo Organizacional

No campo dos estudos organizacionais, a *priori* o ambiente era desconsiderado, mas com o transcorrer do tempo, seguindo a evolução dos estudos organizacionais, o ambiente teve seu significado transformado e sua influência passou a ser considerada. Sendo assim, desde então, o ambiente passou a ser um fator de influência que não poderia deixar mais de ser estudado (VIEIRA; LOPES; CARVALHO, 1999).

Assim, ponderando esses aspectos, a Teoria Institucional questiona como as escolhas sociais são influenciadas pelo ambiente institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1991; WOOTEN; HOFFMAN, 2008). Na perspectiva de ambiente institucional, um dos conceitos mais relevantes da teoria refere-se ao campo organizacional.

Scott e Meyer (1992) descrevem que todas as organizações estão inseridas em um setor organizacional, também chamado de campo organizacional por DiMaggio e Powell (1983), que se compõe de uma dimensão técnica e uma dimensão institucional. Ou seja, por campo organizacional faz-se alusão as organizações que constituem uma área reconhecida da vida institucional, tais como: fornecedores, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzem serviços e produtos semelhantes. Assim, o ator de um certo campo organizacional interage com outros atores que não fazem parte desse campo.

Para Scott (2001) DiMaggio e Powell (1983) as relações entre organizações e outros atores sociais não apenas representam sua estrutura, mas também definem e delimitam as possibilidades para a ação, de modo a enfatizar o processo de institucionalização. É neste sentido que Hannan e Freeman (1977) sugerem a ampliação do perímetro de alcance de uma organização.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Vieira, Lopes e Carvalho (1999, p. 7) explanam que a proposta dos institucionalistas reflete

[...] a visão de ambiente formado em sua totalidade por fluxos e intercâmbios técnicos e, por esta razão, há que se acrescentar um sistema de crenças e

normas institucionalizadas que, juntos, representam uma fonte independente de formas organizacionais racionais.

Neste sentido, Scott (1992) explica o ambiente da organização dividindo-o em ambiente técnico e ambiente institucional, sendo o ambiente técnico, definido como “um produto ou serviço trocado no mercado, proporcionando que as organizações sejam premiadas pelo controle eficiente e eficaz do processo de trabalho”, enquanto o ambiente institucional se caracteriza “pela elaboração de normas e exigências a que as organizações devem seguir caso queiram obter apoio e legitimidade do ambiente” (SCOTT, 1992, p. 158).

Assim, compreende-se que o campo organizacional reflete o ambiente institucional em que uma organização está inserida, de tal modo, que a estrutura de um campo organizacional não pode ser dada a *priori*, mas deve ser ofertada com base em investigação empírica (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Nota-se, portanto, que o campo organizacional considera um conjunto de interações que vão além das trocas financeiras e outros tipos de recursos. Ademais, os atores podem influenciar e ser influenciados por determinada organização, dependendo de suas posições e capacidade de influência.

Frente a isso, Vieira e Carvalho (2003) defendem que o processo de estruturação dos campos organizacionais abrange a contextualização histórica anterior ao processo de institucionalização e, por essa razão, tem a capacidade de explicar sua natureza de forma mais completa, ou seja, a formação do campo organizacional usualmente segue a uma cronologia, sendo formado em seu estágio inicial por organizações isoladas e especializadas que não compartilham dos mesmos valores. Mas, com o transcorrer dos dias, o campo vai se estruturando e as organizações passam a reconhecerem a o quão importante e fundamental será estreitar os relacionamentos, com vista a aprofundar o nível de interação até o momento em que, de maneira inconsciente, os mesmos valores sejam compartilhados ao ponto de se tornarem resistentes às influências externas (VIEIRA; CARVALHO, 2003).

2.1.5 Institucionalização e Agência

O conceito de instituição é pautado no institucionalismo organizacional, ainda que, por vezes, o conceito esteja intrínseco ao processo de institucionalização. Para Scott (2016) qualquer prática sociocultural se trata de instituição, como, por exemplo, um aperto de mão. Contudo, Chaerki, Ribeiro e Ferreira (2019) advertem que isto é, na verdade, apenas uma prática cultural e que o conceito de instituição se relaciona muito mais a organizações, igreja e ao Estado.

Em consequência ao fato da Teoria NeoInstitucional ser considerada como recente e em fase de desenvolvimento, ainda não existe uma concordância sobre os processos de institucionalização, e por esta razão, Tolbert e Zucker (1998) se mostraram apreensivas quanto a pouca atenção dada à conceituação e à especificação dos “processos de institucionalização” que “negligenciam importantes questões sobre os fatores determinantes das variações nos níveis de institucionalização, e sobre como tais variações podem afetar o grau de similaridade entre conjuntos de organizações” (TOLBERT; ZUCKER, 1998, p. 197).

A partir dessa perspectiva, as discussões que permeiam a Teoria Institucional no contexto dos estudos organizacionais, como explicitadas por Meyer e Rowan (1977), focam na conexão entre as organizações e os campos em que atuam, evidenciando o papel das estruturas formais racionais em permitir, restringir e legitimar o comportamento organizacional. Esses estudos enfatizaram as maneiras que as instituições restringem as estruturas e atividades organizacionais, e, assim, explicaram a convergência de práticas organizacionais dentro do mesmo ambiente institucional (BATTILANA, 2006). Concomitantemente, Scott (1987, p. 492) assevera que:

1. Institucionalização pode ser vista como um processo de inculcar valores – representada no trabalho de Selznick, o qual via a estrutura organizacional como um veículo adaptativo, moldado em reação às características e exigências dos participantes, bem como às influências e pressões do ambiente externo.
2. Institucionalização pode ser entendida como um processo de criar a realidade - centra-se no argumento de que a ordem social está baseada, fundamentalmente, sobre uma realidade social compartilhada a qual, por sua vez, é uma construção humana resultante de interações sociais. Assim a institucionalização passa a ser vista como um processo social.
3. Sistemas institucionais são também classe de elementos - sistemas de crenças institucionalizados constituem uma classe distinta de elementos que podem somar para a existência e/ou elaboração da estrutura organizacional.
4. finalmente, instituições podem ser vistas como esferas sociais distintas.

Lawrence e Suddabby (2006) acrescentam ainda que as pesquisas acerca do ambiente institucional buscaram incidir sobre as maneiras pelas quais as instituições moldam o comportamento dos atores organizacionais. Assim, a agência também deve ser considerada mesmo que, em segundo plano, para compreender as reações e pressões institucionais. Ademais, com o passar dos anos, estudiosos das teorias organizacionais identificaram que a ideia de funcionários não participarem ativamente dos processos organizacionais estava obsoleta, e apontaram que os recursos humanos são os principais recursos de uma organização, de tal modo que atualmente os colaboradores são reconhecidos como parte fundamental do processo e sucesso organizacional. (SCOTT, 1977; PERROW, 1986).

Em adição a essa linha de pensamento, Berger e Luckmann (2001), expõem que a institucionalização é um elemento central para a perpetuação de grupos sociais. E Sewell (1992, p. 20) complementa dizendo que, “para ser um agente, é preciso ser capaz de exercer algum grau de controle sobre as relações sociais em que se está envolvido o que, por sua vez, implica na capacidade de transformar essas relações sociais em algum grau”. Isto significa que a agência surge do controle de recursos, ou seja, trata-se da capacidade de reinterpretar ou mobilizar uma série de recursos em termos de outros que constituiu a matriz.

No âmbito organizacional, há um debate de longa data nas ciências sociais sobre como as instituições afetam o comportamento individual e organizacional e como indivíduos e organizações criam e mudam instituições, considerando que todos os membros da sociedade empregam habilidades complexas para controlar e manter relações sociais em curso.

Neste sentido, Sewell (1992 p. 20) expõe que, em seu ponto de vista, “a agência é percebida como social ou coletiva, pois as transposições de esquemas e remobilizações de recursos que constituem agência são sempre atos de comunicação com os outros”, implicando assim na capacidade de coordenar as ações de alguém com os outros e contra os outros, com intuito de persuadir, coagir ou monitorar os efeitos simultâneos das próprias atividades, bem como a atividades de outras pessoas. Ademais, Sewell (1992) assegura também que a extensão da agência exercida por pessoas individuais depende profundamente de suas posições em organizações coletivas para ser possível a compreensão de como os caprichos ou brigas pessoais de um grupo podem afetar a vida de milhares. Dessa forma, agência

se caracteriza, portanto, em todas as pessoas.

Logo, argumenta-se que o ator social não possui controle sobre os resultados da ação. Isso significa dizer, em outras palavras que, ao agir, ele pode, independente da sua intenção, desencadear processos de mudança que fogem ao seu controle. (FERREIRA *et al.*2014). Posto desta forma, segundo as autoras Chaerki; Ribeiro e Ferreira (2019) a agência e as consequências impremeditadas da sua ação (que independe da vontade e intenção do agente) ajudam e muito na compreensão do contexto da mudança institucional, tão importante para o institucionalismo organizacional.

Consequentemente, dentro do campo dos estudos organizacionais, Astley e Van de Ven (1983) descreveram duas perspectivas: a primeira argumenta que os atores organizacionais determinam suas respostas às situações que eles encontram no mundo fora da organização, assim, os indivíduos e as suas experiências são produtos dos ambientes externos que os condicionam, de modo que a variabilidade histórica, cultural e pessoal das orientações de agentes e as maneiras pelas quais as pessoas entendem seu próprio relacionamento com o passado, o futuro e o presente fazem a diferença em suas ações, a segunda corresponde aos atores, atribuindo-lhes um papel muito mais criativo, vistos como a unidade básica de análise e fonte de mudança na vida social, isto é, a atenção se volta aos indivíduos, a suas interações, construções sociais, autonomia e escolhas, em oposição às restrições de suas obrigações e inter-relações funcionais no sistema (ASTLEY; VAN DE VEN, 1983).

Sendo assim, Lawrence, Suddaby e Leca (2009) defendem o posicionamento de que os estudos do trabalho institucional se preocupam com as ações práticas por meio das quais as instituições são criadas, mantidas ou alteradas. Em suma, o trabalho institucional, emprega as ações intencionais adotadas em relação às instituições, tratando dos ajustes e adaptações diárias, perceptíveis dentro da organização ou não e consequentemente, estabelece uma visão mais ampla da agência em relação às instituições, como parte significativa do trabalho institucional.

Sendo assim, no contexto do trabalho institucional, a interação de atores, agência e instituições passam a ocupar um lugar preponderante em estudos institucionais tal como descrito por Chaerki; Ribeiro e Ferreira (2019 p. 70)

Em conformidade ao institucionalismo organizacional, o termo institucionalização precisa ser conceituado como processo social, recorrente

e dinâmico, cujas novas práticas organizacionais emergem e, ao serem legitimadas, são assimiladas, compartilhadas e disseminadas ganhando significado compartilhado intersubjetivamente.

Assim, Battilana e D'Aunno (2009) concluem, portanto, que a agência trata de um processo de engajamento social, temporalmente imerso, orientada pelo passado (em seu aspecto habitual), mas também para o futuro (como a capacidade de imaginar possibilidades alternativas) e através do presente (uma capacidade de contextualizar hábitos do passado e projetos futuros dentro da contingência do momento).

2.2 LÓGICA INSTITUCIONAL

Para entender o conceito de Lógica Institucional, como já mencionado nas sessões anteriores, é essencial inseri-lo no contexto da Teoria Institucional e da Análise institucional, começando com as análises empíricas de Selznick (1949) das organizações e do ambiente institucional. Cabe salientar também, as grandes contribuições de Parsons (1956) com o conceito de teorização, que expunha como as instituições funcionam quando integradas a outras organizações da sociedade seguindo regras universais.

Na década de 70, por influência de Meyer e Rowan (1977) e Zucker (1977), surgiu uma nova abordagem da Análise institucional que destacava o importante papel da cultura e da cognição. Conseqüentemente, o que eles classificaram como "o novo institucionalismo" se tornou conhecido devido sua rejeição à racionalidade, isto é, como explicação para a estrutura organizacional através da legitimidade e não por meio da eficiência como uma explicação para o sucesso e a sobrevivência das organizações (TOLBERT; ZUCKER, 1983).

As lógicas institucionais moldam o comportamento racional, por centrarem na cultura como fonte de análise institucional e são definidas como

[...] padrões socialmente construídos por meio do significado de símbolos, valores, crenças e regras, pelos quais indivíduos e organizações produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam tempo e espaço e fornecem significado à sua realidade social (THORNTON; OCASIO, 1999, p. 804).

Os responsáveis por introduzir o termo lógica institucional para descrever as práticas e crenças contraditórias inerentes às instituições das

sociedades ocidentais modernas foram Alford e Friedland (1985). Para eles, o capitalismo, a burocracia estatal e a democracia política são ordens institucionais conflitantes em razão às práticas e crenças distintas que moldam como os indivíduos se relacionam em lutas políticas.

Na visão de Friedland e Alford (1991), as instituições são entendidas como padrões de atividade enraizados em práticas materiais e sistemas simbólicos pelos quais indivíduos e organizações produzem e reproduzem suas vidas tornando suas experiências significativas. A partir desse entendimento, eles formularam a teórica inicial da Lógica institucional em um capítulo de livro chamado "O Novo Institucionalismo em Análise Organizacional". Como crítica principal, argumentava-se que, "para entender o comportamento dos atores, eles precisam estar alocados em um contexto institucional que regularize o comportamento e proporcione oportunidade de ação e mudança" (THORNTON; OCASIO, 2008, p. 102).

Neste sentido, para Friedland e Alford a escola neoinstitucional se distinguia em função da visão não determinística, da sociedade formada por subsetores, denominada também como ordens institucionais de um sistema interinstitucional que, por meio das instituições familiares, religiosas e também, através do mercado e estado, restringem os meios e os fins do comportamento individual e é essencial aos indivíduos, organizações e sociedade. Isso porque cada ordem institucional inclui um conjunto de significados próprios, simbólicos ou materiais, ou seja, seu conteúdo institucional (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Contudo faz-se necessário ressaltar que, paralelas as restrições impostas pelas instituições, elas também fornecem fontes de ação e mudança, uma vez que as contradições inerentes ao conjunto diferenciado de lógicas institucionais fornecem recursos culturais para transformar identidades, organizações e sociedade individuais tanto para os indivíduos e grupos como também para as organizações.

Por se tratar de "lógicas de ordens institucionais interdependentes, são também potencialmente contraditórias" (FRIEDLAND; ALFORD, 1991, p. 250). E nesse sentido, várias lógicas institucionais disponíveis para os atores podem interagir e competir por influência nos domínios sociais. Como resultado, a lógica de um grupo pode infundir a mesma prática com um significado diferentes isso porque, de maneira simplista, pode se compreender que a lógica institucional é o modo de funcionamento de determinados grupos.

Isto é, as lógicas institucionais propiciam a análise mais aprofundada das relações institucionais ao adotarem como forma de explicação das ações individuais ou coletivas. Para Thornton (2004, p. 41), as lógicas institucionais são um avanço analítico na análise cultural sobre as abordagens que não podem ser medidas nem observadas diretamente no campo organizacional. “Elas especificam modelos de tipo ideal a priori de práticas culturais e sistemas de símbolos dentro de contextos específicos, ilustrando como a cultura está ancorada em um conjunto de blocos elementares de construção”.

Em conformidade a esse raciocínio, Friedland e Alford (1991) e Jackall (1988) entendem que a lógica institucional é incorporada nas práticas e é sustentada e reproduzida por suposições culturais e lutas políticas, dando ênfase não apenas nos recursos simbólicos e nas contradições interinstitucionais do sistema mas também nas dimensões normativas das instituições e nas contradições intrainstitucionais das formas contemporâneas de organização como apontado pelos autores entre o mercado e a família, as profissões e a corporação.

Para DiMaggio (1997), a lógica institucional se preocupa em descrever, identificar e classificar as instituições, estabelecendo critérios para representar as influências da cultura na ação de um setor dominante da sociedade, sobrepondo às lógicas sociais superiores que influenciam as ações organizacionais. Assim, mesmo com variações em ênfase, as definições de lógicas institucionais pressupõem uma meta-teoria central que, para entender comportamento individual e organizacional, é necessário analisá-la em um contexto social e institucional, e esse contexto institucional regulariza o comportamento e oferece oportunidade para agência e mudança. Indivíduos, organizações e sociedade constituem três níveis aninhados, em que as instituições dos níveis organizacional e societal especificam progressivamente níveis mais altos para oportunizar e restringir a ação individual (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

Em suma, as lógicas institucionais foram definidas como “padrões históricos socialmente construídos de práticas materiais, suposições, valores, crenças e regras pelas quais os indivíduos produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam o tempo e o espaço e fornecem significado à sua realidade social” (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; JACKALL, 1988; THORNTON; OCASIO, 1999). Portanto, compreende-se que as lógicas institucionais, além de proverem integração

entre as estruturas sociais e econômicas, também propiciam que as regras e significados comuns dentro das instituições sejam legitimadas.

O debate sobre como as instituições afetam o comportamento individual e organizacional e como indivíduos e organizações criam e mudam instituições, não é uma ideia nova. O conceito de sociedade constituída por diferentes ordens institucionais foi discutido por vários estudiosos como DiMaggio e Powell (1983); Hall e Taylor (1996); Meyer e Rowan (1977); e também por Weber (1978). Essa abordagem de ambientes racionais e não racionais argumenta que é preciso entender o significado em comparação com os outros e se baseia na construção social de Berger e Luckman (1967), pois qualquer ator pode estar aninhado em uma combinação de ordens institucionais, expondo-as a símbolos e práticas conflitantes e compatíveis, disponíveis para reinterpretar, explorar, exportar e mudar.

A pesquisa em lógica institucional avança a Teoria Neoinstitucional além dos estudos de isomorfismo com os quais aprendemos que as empresas se tornaram as mesmas ao longo do tempo e, frente a essa discussão, emerge a inquietação de que o isomorfismo não pode explicar a relação de homogeneidade das organizações, isto é, se todas as empresas se tornaram as mesmas, por que ainda temos respostas diferentes nas organizações? Para responder esse questionamento, o conceito de lógica institucional precisa ser conhecido e, de maneira simplista, podemos dizer que a lógica institucional representa os valores e crenças dentro de uma empresa, ou seja, essa teoria pode ser utilizada para descrever as variações nas diferentes respostas das organizações.

Para exemplificar as diferentes respostas que são oferecidas pelas organizações, propomos pensar sobre as estratégias organizacionais voltadas à sustentabilidade, que pode representar um valor organizacional ou apenas uma mudança de comportamento para ações mais sustentáveis na sociedade, uma vez que, os atores do campo, clientes e a sociedade em geral colocam pressões externas na empresa. Neste sentido, Friedland e Alford (1991) argumentaram que as ordens institucionais são interdependentes e os atores podem manipular lógicas, contudo, eles especificaram apenas três níveis de análise interdependentes e autônomos - sociedade, organizações e indivíduos sem sugerir como isso ocorreu.

Com vista no avanço do desenvolvimento da teoria, Thornton e Ocasio (2008) seguiram com uma revisão da literatura que identificou os cinco

princípios meta-teóricos fundamentais da lógica institucional, (i) agência incorporada, (ii) sociedade como sistema interinstitucional, (iii) os fundamentos materiais e culturais das instituições, (iv) a contingência histórica das instituições; e (v) instituições em múltiplos níveis de análise (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

Sendo assim, de acordo com tais explicitações, as lógicas institucionais propõem um elo entre a agência a cognição individual e as práticas e as estruturas institucionais socialmente construídas. E ainda defendem a ideia de que todas as instituições possuem uma lógica institucional central e superior, ou seja, um conjunto de práticas e construções simbólicas, que constituem seus princípios e estão disponíveis às organizações e aos indivíduos, como, por exemplo, os estudos de governança corporativa ou transparência institucional (SELLAMI; GAFSI, 2017).

Corroborando com a teoria, Vince (2019) ainda traz a ideia de “ilógica institucional”, ou seja, a dinâmica inconsciente na análise das instituições. O estudo mostra que a vida organizacional das pessoas pode ser moldada por dinâmicas que estão além da razão, assim como essas dinâmicas são incorporadas nas estruturas sociais. O conceito de Ilógica Institucional (inconsciente + instituição), particularmente as defesas sociais e as fantasias compartilhadas nas organizações e instituições visam incentivar o equilíbrio, juntamente com a influência da lógica institucional de análise.

2.2.1 Precusores

Algumas pesquisas, por vezes denominadas como lógicas de ação também indicam a abordagem das lógicas institucionais como sendo as precursoras, visto que, de maneira semelhante, baseia-se em um conjunto interdependente de lógicas que fornecem algum contexto para influência social nas ações dos atores em um domínio. Neste sentido, Jackall (1988) afirma que as lógicas institucionais definem as regras do jogo pelas quais o poder executivo é ganho, mantido e perdido nas organizações.

Por essas razões, a teoria é compreendida por meio de três mecanismos pelos quais as lógicas institucionais direcionam a atenção para fontes alternativas de poder nas organizações. Tais exemplos ilustram a inter-relação entre indivíduos, organizações e o meio ambiente explicitando como as lógicas

interpenetram vários níveis de análise, desde o psicológico o social até os níveis do campo organizacional.

Chaerki, Ribeiro e Ferreira (2019) apresentam em sua pesquisa que a literatura internacional considera o institucionalismo organizacional como alargamento do nível de análise que compreende a estruturação dos campos organizacionais por meio de lógicas institucionais. Assim, discute-se que a ação dos atores das organizações não se limita ao próprio nível, mas permite também o início do entendimento dos níveis atuais de análise do institucionalismo organizacional.

Embora, Friedland e Alford (1991) e Jackall (1988) compartilhem com a perspectiva da lógica institucional, sobre o papel das instituições e da institucionalização na formação das lógicas, o foco se encontra na cultura como fonte de agência, ou seja, divergindo eles de uma abordagem da lógica institucional ao enfatizar as restrições estruturais e normativas impostas pela lógica institucional (SWIDLER, 1986; DIMAGGIO, 1997).

2.2.2 Meta-teoria da Lógica Institucional

A meta-teoria abordada pela lógica institucional analisa e discute os postulados sobre como as instituições, por meio das suas lógicas de ação implícita, marcam a diversidade, a estabilidade e a mudança em indivíduos e organizações. Isso porque, segundo Weber (1979), só existe ação social quando o indivíduo tenta estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações com os demais, de forma que a base das relações sociais se constitui por meio da interação social.

Neste sentido, Thornton e Ocasio (2008) propõem cinco princípios que fundamentam as principais mudanças em indivíduos e organizações, sendo eles: os interesses, identidades, valores, suposições de indivíduos e organizações, que são incorporadas às lógicas institucionais e fundamentam a meta-teoria proporcionando oportunidades para o desenvolvimento e refinamento teórico. Assim, as decisões e resultados são decorrência da interação entre agência individual e estrutura institucional (JACKALL, 1988; FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORNTON; OCASIO, 1999).

Da mesma forma, Sewell (1992) complementa que embora os atores individuais e organizacionais possam buscar poder, status e vantagem econômica, os

meios e fins de seus interesses e agência são ambos habilitados e restringidos pelas lógicas institucionais predominantes. Portanto, a inclusão da agência implica na autonomia parcial dos indivíduos, organizações e instituições independentes da estrutura ou ação social (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

De acordo com o entendimento de Thornton e Ocasio (2008), essa suposição se tornou conhecida por agência incorporada, fundamentada nos estudos de Seo e Creed (2002), Battilana (2006) e Greenwood e Suddaby (2006) e se difere da perspectiva de escolha racional nas instituições uma vez que se pressupõem interesses individualistas, postulados por DiMaggio e Powell (1983) e Meyer e Rowan (1977, 2006) como macroestruturais que ressaltam a primazia da estrutura sobre a ação, segregando os setores institucional e econômico ou técnico.

Isso se deve, talvez, ao fato de a sociedade consistir-se em três níveis: indivíduos competindo e negociando, organizações em conflito e coordenação e instituições em contradição e interdependência. Em resumo, os três níveis são necessários para entender adequadamente a sociedade e estão incorporados, quando organizações e instituições especificam níveis progressivamente mais altos de restrição e oportunidade para ação individual.

Berger e Luckmann (1967), a esse respeito, expõem que, ao invés de privilegiar um nível em detrimento de outro, essa perspectiva recomenda que, enquanto a ação individual e organizacional é incorporada às instituições, as instituições são socialmente construídas e, portanto, constituídas pelas ações de indivíduos e organizações. Assim, mesmo que pesquisas teóricas ou empíricas determinem múltiplos níveis, destaca-se o papel do nível social, incorporando-o na relação entre mecanismo de mudança organizacional e institucional (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

No que tange à sociedade como sistema interinstitucional, na perspectiva de Friedland e Alford (1991), cada setor representa um conjunto diferente de expectativas para as relações sociais e o comportamento humano e organizacional, assim, identificar o comportamento em um contexto requer teorizar um sistema interinstitucional de setores da sociedade. Isto é, o mercado capitalista, o estado burocrático, a democracia, a família nuclear e a religião cristã são os principais setores institucionais, cada um com sua própria lógica distinta.

E considerando a sociedade como um sistema interinstitucional que

permite teorizar fontes de heterogeneidade e agência a partir das contradições entre as lógicas das diferentes ordens institucionais, a ideia de apenas uma fonte de racionalidade deve ser refutada. Assim, em vez de postular homogeneidade e isomorfismo nos campos organizacionais, a abordagem da lógica institucional vê qualquer contexto como potencialmente influenciado pela lógica conflitante de diferentes setores da sociedade (MEYER; ROWAN, 1997).

Ao que corresponde aos fundamentos materiais e culturais das instituições, uma conjectura essencial sobre a lógica institucional se deve ao fato de que cada uma das ordens institucionais da sociedade tem características materiais e culturais (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). As relações sociais são formadas de várias ações sociais motivadas por um mesmo conjunto de significados que pode estruturar comportamentos regulares ou conformar-se em uma estrutura particular de relações sociais, materializando-se em instituições (COHN, 1997). Em outras palavras, tanto a família quanto a religião, são exemplos que embora normalmente não sejam consideradas parte da esfera econômica, estão diretamente envolvidas na produção, distribuição e consumo de bens e serviços (BECKER, 1976).

Da mesma forma, Granovetter (1985) acrescenta que os mercados, por muitas vezes, não são considerados parte da esfera cultural, entretanto, estão diretamente modelados pela cultura e estrutura social, incluindo redes de relações sociais, bem como estruturas de poder, status e dominação. Conseqüentemente, a perspectiva de lógica institucional reconhece que as instituições se desenvolvem e mudam como resultado da interação entre as explicações de forças materiais e culturais sem privilegiar uma ou outra.

Nesse ínterim, Friedland e Alford (1991) argumentaram, ao explicar o comportamento humano e a estrutura organizacional, que as teorias que se afastam da sociedade começam a falhar, fazendo referência aos mecanismos de mercado para agregar utilidades e preferências individuais, competição organizacional, tecnologia e dependência de recursos. Em contrapartida, setores institucionais como famílias, profissões, estados e religiões encontram as origens de valores e utilidades que não podem ser negociados como alternativas econômicas simples.

De tal modo, Thornton e Ocasio (2008) disserta que uma suposição que não está manifestada, mas julga-se importante, não corresponde à inquietação se a motivação e a ação são racionais ou irracionais; mas em vez disso, argumenta

como o conflito comparativo e a conformidade das lógicas institucionais, sendo elas materiais ou culturais, influenciam o comportamento humano e organizacional. Isso porque as lógicas institucionais possibilitam compreender a estruturação dos campos organizacionais, bem como permitem fazer comparações entre diferentes campos.

Neste sentido, Stinchcombe (2002) se utiliza dos conceitos de cultura para definir o significado de poder e competição. Em seu argumento, o poder é teorizado como “uma construção de primeira ordem na explicação da mudança, independentemente da cultura” (STINCHCOMBE, 2002, p. 429). De modo que há dois problemas a serem abordados, o primeiro corresponde ao fato do poder ser criado no curso da ação, isto é, não ocorre antes da ação, o segundo, por sua vez, corresponde à decisão de usar o poder como uma escolha estratégica intencional; no entanto, nem sempre é possível para os atores conhecerem o enquadramento cultural ou as opções disponíveis antes de qualquer ação (THORNTON; OCASIO, 2008). Logo, mesmo que por vezes, as teorias políticas instrumentais da ação possam parecer explicações incompletas como explicitadas a seguir, trata-se de complementos necessários às explicações estruturais, assim como as explicações culturais.

Tanto as dimensões simbólicas e cognitivas das instituições, como as lógicas institucionais, são evidenciadas por DiMaggio e Powell (1991) e por Friedland e Alford (1991). Mas, por não incorporarem as dimensões normativas, são consideradas por Hirsch e Lounsbury (1997); Mizruchi e Fein (1999) como incompletas. Por esta razão, Parsons (1951) e Merton (1957) se opõem em confiar nas normas sociais como uma explicação para o comportamento, ainda que DiMaggio e Powell (1983), ao discutirem a não forças inovadoras que impulsionam o isomorfismo, destacaram o papel da educação formal, autoridades legitimadoras e redes profissionais como pouco efetivas para as normas sociais.

Consequentemente, para Parsons (1951), a exigência de normas como uma dimensão crítica das instituições e suas lógicas implícitas são universais, e implicam no comportamento moral dos indivíduos, e em valores profundamente internalizados. Mas, em oposição a esse pensamento, Jackall (1988) e Ocasio (1999) percebem as normas como extraídas da experiência e dos exemplos da instituição de modo que as normas implicam ambivalência em relação aos princípios universalistas, coexistindo normas dominantes e subsidiárias. Isso sugere uma visão probabilística e não, determinística da aderência às normas dominantes de comportamento e à

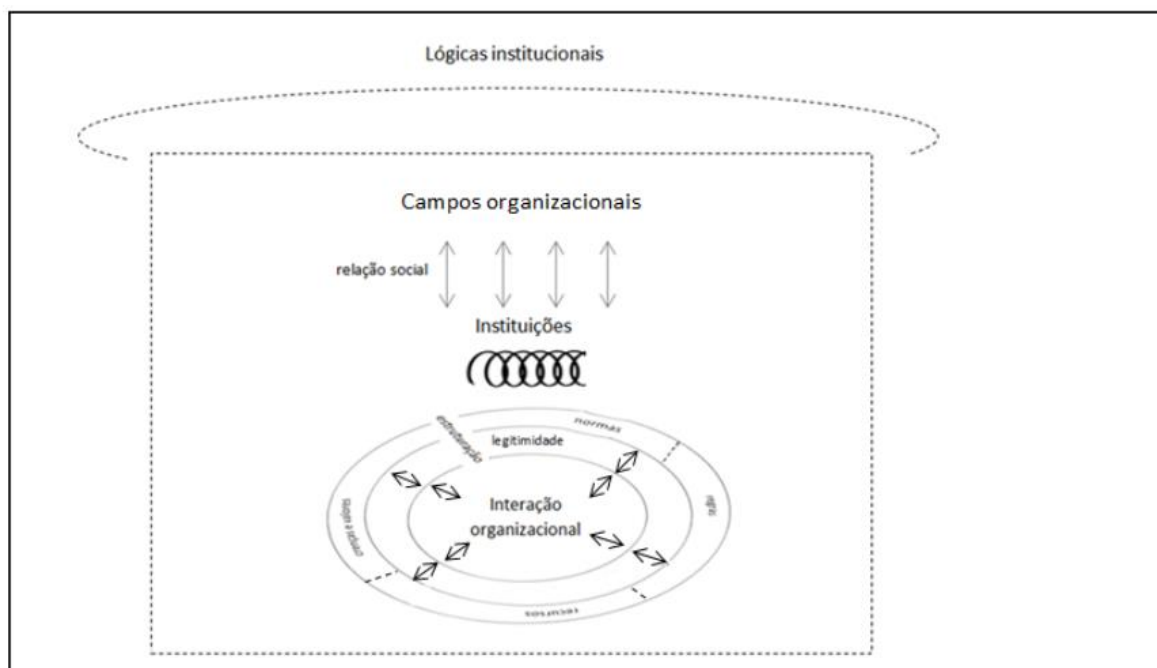
identificação de contingências específicas nas quais prevalecem as normas subsidiárias.

A abordagem da lógica institucional como meta-teoria propicia o desenvolvimento de teorias e pesquisas em vários níveis de análise, como por exemplo nas organizações, mercados, indústrias, redes interorganizacionais, comunidades geográficas e campos organizacionais. Assim, o foco de análise se encontra nas lógicas da sociedade e em seus efeitos nos indivíduos e nas organizações (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Essa flexibilidade permite enfatizar uma ampla variedade de mecanismos na pesquisa e no desenvolvimento teórico e pode ser uma das razões pelas quais o termo lógica institucional se naturalizou entre os estudiosos (KUHN, 1962).

Cabe aqui a explicação de que mecanismos teóricos são elementos da teoria que operam em um nível diferente de análise, seja em indivíduos ou em campos organizacionais, bem como abrangem os principais fenômenos que estão sendo teorizado sobre o assunto. Assim, para tornar a teoria mais precisa e mais geral faz se necessário identificar os efeitos dos mecanismos nos níveis de análise (STINCHCOMBE, 1991).

Portanto, como afirma Friedland, Alford (1991), para aplicar a meta-teoria das lógicas institucionais, é fundamental identificar de maneira clara, o nível de análise em que a institucionalização ocorre, tanto em nível da sociedade ou em outros níveis. Para fundamentar essa discussão, nós nos apropriaremos dos estudos de Chaerki, Ribeiro e Ferreira (2019) que buscaram sintetizar os avanços já alcançados pelo institucionalismo organizacional, demonstrando as possibilidades atuais de níveis de análise e elementos essenciais da abordagem através da Figura 1.

Figura 1 – Possíveis níveis de análise do institucionalismo organizacional



Fonte: Chaerki; Ribeiro e Ferreira (2019, p. 78).

A relação social demonstrada na Figura 1, segundo os autores do estudo, refere-se ao relacionamento entre as organizações do campo, isso porque as relações sociais formam a base da estrutura social (WEBER, 1979). Assim, o processo de institucionalização é construído socialmente e as práticas organizacionais, ao serem compartilhadas entre os atores, ganham significados comuns e se tornam legitimadas. Conseqüentemente, a relação social diz respeito à conduta de múltiplos atores que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações e compartilhado com os demais pertencentes ao campo (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

Sob o mesmo ponto de vista, Scott *et al.* (2000) discorrem como as lógicas profissional, governamental, de mercado e nível social moldam as transformações do campo organizacional. Partindo da análise etnográfica, o foco é nas estruturas das carreiras gerenciais e como elas moldam a formação de um *ethos* gerencial que molda a tomada de decisão e a ação nas organizações, logo, a ênfase está na institucionalização no nível organizacional (JACKALL, 1988).

Mas, embora se concentre claramente nas práticas institucionalizadas em nível organizacional, essa análise sugere como essas práticas refletem também forças culturais no nível social. Dessa forma, Thornton e Ocasio (1999) propuseram a

formação de lógicas institucionais em nível de indústria, uma vez que, seguindo a perspectiva de White (1992) os funcionários de uma indústria estabelecem uma identidade comum por meio de comparações sociais, competição por status e posições de rede estruturalmente equivalentes. Portanto, a análise e a subsequente pesquisa de Thornton (2001) focam nos efeitos das mudanças, no nível da indústria, de uma lógica editorial para uma lógica de mercado. Contudo, cabe salientar que essas lógicas são moldadas por lógicas profissionais e de mercado da sociedade de ordem superior.

Frente ao exposto nesta sessão, nota-se que a amplitude da meta-teoria e sua variedade de níveis de análise estudados pode incentivar sua imprecisão na pesquisa, podendo também inferir que, qualquer lógica ou esquema interpretativo, em qualquer nível de análise, pode ser caracterizado como uma lógica institucional. Em vista disso, Seo e Creed (2002) sugerem que as pesquisas sobre lógicas institucionais concorrentes, devem ser compreendidas como parte do trabalho sobre os campos organizacionais, pois geralmente não são precisas sobre o nível em que as lógicas se institucionalizam ou, se devem ou não ser consideradas lógicas institucionais.

Na verdade, as lógicas institucionais são mais do que estratégias ou lógicas de ação, pois são fontes de legitimidade e fornecem um senso de ordem e segurança ontológica, e por esta razão, um pressuposto meta-teórico essencial que deve ser discutido se refere à contingência histórica, por concentrar a atenção em como ambientes maiores afetam o comportamento individual e organizacional, compondo a teoria institucional. Como exemplo, podemos citar as sociedades modernas que têm maior ênfase nas influências corporativas, enquanto as estatais e também as sociedades anteriores, enfatizaram em geral a família e a religião.

Concomitantemente, Zajac e Westphal (2004) revelam em seus estudos sobre a contingência histórica nos mercados financeiros e concluem que o surgimento de uma perspectiva de agência, na década de 1980, gerou grandes transformações no contexto histórico, relacionadas à forma com que o mercado de ações respondia às adversidades. Dessa forma, em conformidade com a perspectiva dos autores, a reação do mercado a determinadas práticas corporativas não seria simplesmente uma função da eficiência inerente a essas práticas, mas influenciada pela lógica institucional predominante (ZAJAC; WESTPHAL, 2004).

Contudo, cabe observar que o domínio padrão entre ordens institucionais não trata de um modelo evolutivo ou linear de desenvolvimento impulsionado pelo progresso científico ou pela racionalização do mercado, mas, conforme exposto por Thornton, Jones e Kury (2005), ilustra modelos funcionais de equilíbrio cíclico o que, neste caso, se distingue dos trabalhos observados anteriormente, na racionalização moderna por Meyer e seus colegas.

Thornton (2004) defende ainda que o objetivo de reconhecer a contingência histórica como uma suposição meta-teórica é explorar se os efeitos de forças econômicas, políticas, estruturais e normativas que afetam indivíduos e organizações são de fato historicamente contingentes. Isto porque busca-se examinar se essas teorias, geralmente consideradas universais através do tempo e do espaço, são particulares ao tempo histórico e aos ambientes culturais (THORNTON, 2004).

Embora muitos pesquisadores de ciências sociais tenham sido céticos em relação aos efeitos culturais, conforme discutido por DiMaggio (1994), a perspectiva de Thornton e Ocasio (2008) expõe as dificuldades que pesquisadores enfrentam para mensurar os efeitos do conteúdo, significado e mudança nas instituições, a luz da lógica institucional. Assim, nesse esforço descrito em síntese, os autores comentam sobre o uso da análise do histórico de eventos, métodos interpretativos, triangulação e tipos ideais, sendo possível assim, gerar dados em vários níveis de análise, individual, organizacional e ambiental, possibilitando, dessa forma, subdividir o material de efeitos culturais (DIMAGGIO, 1994).

Esses tipos de estudos combinaram o histórico de eventos e métodos interpretativos, por meio da análise de conteúdo de periódicos profissionais (Scott *et al.* 2000) e indicaram que, por meio da análise de conteúdo, é possível identificar os termos naturalizados entre os atores das profissões e ordens institucionais, isto é, permite conhecer o significado das instituições, associando a frequência de vocabulários às ordens institucionais, com vista a identificar o surgimento e o declínio dessas lógicas institucionais alternativas.

Os métodos de análise incluem etnografia, análise de conversação, análise de conteúdo, análise narrativa, análise crítica do discurso e análise retórica que utilizam uma variedade de "textos", incluindo palavras faladas, figuras, símbolos e artefatos culturais, entre outros. Contudo, mesmo que o desenvolvimento de métodos qualitativos fortaleça a capacidade de interpretar significados, Suddaby e

Greenwood (2005), advertem que há lógicas institucionais contraditórias, incorporadas em momentos historicamente diferentes, evidenciadas através das análises retóricas de vocabulários para explicar a parceria multidisciplinar como uma nova forma organizacional.

Sendo assim, a triangulação dos tipos de dados e métodos de análise se tornou primazia nos estudos essenciais sobre a lógica institucional, integrado ao uso de tipos ideais, que se referem, de acordo com Weber (1978), a um método de análise interpretativa para entender o significado com que os atores investem suas ações. Eles foram desenvolvidos pelos teóricos clássicos como uma ferramenta teórica para facilitar comparações inteligíveis.

Mas, faz-se necessário ressaltar que, embora seja resultado da observação empírica, os tipos ideais são modelos teóricos para comparar os impactos de vários significados em um local com um limite definível, e não para descrever um campo organizacional, como, por vezes, é utilizado. Os tipos ideais atribuem um significado hipotético, que mesmo podendo não se adaptar com a realidade, pode ser usado como parâmetro para comparar o significado e o comportamento hipotético e real.

2.2.3 Lógica Individual, Coletiva e Institucional

As identidades dos indivíduos nas organizações são construídas a partir da interação humana, ao se compartilhar objetivos, regras e valores de tal modo que por vezes, encontram-se pessoas que se identificam com as identidades coletivas de um grupo, profissão, organização, ou população institucionalizada. Isto acontece quando a lógica institucional exerce seus efeitos sobre indivíduos e organizações. Zanelli e Silva (2003) asseveram a este sentido que, do ponto de vista social, a ordem que se estabelece ou não, resulta do compartilhamento que ocorre na interação humana. Do ponto de vista individual, a identidade é elemento chave da realidade subjetiva e se encontra em relação dialética com a sociedade.

Nesta acepção, o indivíduo é produto e produtor do sistema social construindo também uma identidade coletiva como membros de múltiplos grupos sociais, incluindo profissões, gênero, grupos raciais, étnicos, movimentos sociais e organizações individuais. A identidade coletiva que visa a integrar a conexão

cognitiva, normativa e emocional experiência por determinado grupo por causa dos significados compartilhados com outros membros do grupo social. Em outras palavras, as identidades coletivas emergem das interações e comunicações sociais entre membros de um grupo que atribuem o mesmo significado a algo ou alguém

Para Jackall (1988), à medida que as identidades coletivas se institucionalizam, elas desenvolvem sua própria lógica institucional distinta, e essas lógicas prevalecem dentro do grupo social. Neste sentido, sob essa mesma ótica, Thornton e Ocasio (2008) compilaram os principais estudos que discutem efeitos da lógica institucional, descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Efeitos da lógica institucional

Estudos	Teoria
Haveman e Rao (1997)	Teoria dos sentimentos morais incorporados nas identidades coletivas das formas organizacionais.
Thornton e Ocasio (1999)	Mudança da lógica editorial para uma lógica de mercado na identidade coletiva de concorrentes no mercado editorial de ensino superior.
Jones, Livne-Tarandach e Balachandra (2010)	Estratégias de arquitetos baseados nas lógicas institucionais de negócios, profissão e estado que focam a atenção em competências distintas - atendendo a clientes, construindo uma ótima arquitetura ou gerenciando instalações.
Lounsbury (2002)	Identidades coletivas incorporadas em associações profissionais no campo de finanças.

Fonte: a própria autora, a partir de Thornton e Ocasio (2008).

Embora em diferentes níveis de análise, em todos esses casos, a identificação com as respectivas lógicas institucionais ocorre diretamente, independente dos desenhos organizacionais, concorrentes de mercado, associações profissionais ou qualquer outro agrupamento social, isto porque a identificação com o coletivo é equivalente à identificação com a lógica institucional predominante.

As disputas por status e poder são sistemas universais para ações individuais e organizacionais que implicam na imposição da vontade a outrem, que resultam em dominação implicando na obediência. Logo, a dominação é o poder obedecido e incorporado. No entanto, em uma perspectiva de lógica institucional, embora as diferenças de poder e status estejam presentes em todas as organizações, esses sistemas estão condicionados às instituições predominantes (FLIGSTEIN, 2002; THORNTON; OCASIO, 1999; LOUNSBURY; VENTRESCA; HIRSCH, 2003), visto que as lógicas institucionais moldam e criam as regras do jogo, as relações e

meios pelos quais o poder e o status são conquistados, mantidos e perdidos nas organizações (JACKALL, 1988; OCASIO, 1999; LOUNSBURY; VENTRESCA; HIRSCH, 2003). Assim, e por meio de pesquisa, é possível identificar as fontes de poder e status, seus significados e consequências, entendendo como essas diferenças de poder e status estão associadas à lógica institucional predominante.

A lógica institucional se torna predominante a partir do momento em que os atores sociais geram condições para a reprodução das lógicas predominantes. Esse raciocínio é corroborado por Jackall (1988), quando ele explica que a competição por poder, status e posição nas organizações moldam a criação e a reprodução de uma lógica burocrática patrimonial nas empresas americanas. Essa lógica é percebida quando se faz necessário que os atores sociais cumpram as regras, com o uso da linguagem e a gestão simbólica para reproduzir a estrutura formal e se alcançar o sucesso na carreira, enquanto os padrões de promoção são paralelos à estrutura patrimonial, servindo às hierarquias informais de status e às estruturas de poder.

A relação entre lógicas institucionais e estruturas de poder são empregadas por Thornton e Ocasio (1999), sob uma lógica editorial na qual as estruturas de poder são determinadas pelo tamanho e estrutura da organização. E por meio da lógica de mercado, os relacionamentos finais são moldados pela competição e pelas aquisições de recursos, de modo que as estruturas de poder sejam determinadas tanto pela competição no mercado de produto como com relação ao mercado de controle corporativo.

Por sua vez, Zhou (2005) acrescenta a perspectiva de lógica institucional para explicar a classificação de prestígio ocupacional, uma vez que o autor busca uma explicação de como uma ordem hierárquica de ocupações deve ser reconhecida por meio de um sistema de significado compartilhado por membros da mesma comunidade. Desse modo, Zhou propõe uma lógica institucional de reconhecimento social para explicar os mecanismos causais, argumentando que o que é apropriado e legítimo, deve ser visto como transcendendo interesses próprios e limites de grupo, e ser aceito por um grande público.

A importância das categorias na formação da cognição individual é enfatizada por DiMaggio (1997) como um mecanismo essencial, por meio do qual as lógicas institucionais moldam a cognição individual através da classificação e categorização social. Da mesma forma, muitos psicólogos cognitivos atestam a

importância das categorias na formação da cognição individual e dão ênfase ao estudo de categorias de objetos que ocorrem na natureza, a classificação e categorização de categorias sociais e organizacionais são determinadas por instituições sociais (DOUGLAS, 1986; SEARLE, 1995).

As lógicas institucionais proveem aos agentes dentro das organizações sistemas de classificação socialmente construídos, que segundo Haveman e Rao (1997) constituem categorias de atores sociais e formas organizacionais. Em adição, Berger e Luckmann (1967) expõem que dada a institucionalização de categorias, os indivíduos dão como certo que as atividades organizadoras como CEO, recursos humanos, governança corporativa e estruturas multidivisionais não são categorias que existem na natureza, mas construídas socialmente, ou seja, categorias institucionais. Nota-se, portanto, que os processos de categorização têm sido particularmente centrais no trabalho em lógicas institucionais, focando em lógicas que residem nos contornos organizacionais concorrentes (HAVEMAN; RAO, 1997; RAO; MONIN; DURAND, 2003). Contudo, cabe salientar que as mudanças nas lógicas institucionais induzem à criação de novas categorias, bem como mudanças no significado das categorias existentes (RUEF, 1999; OCASIO; JOSEPH, 2005).

Considerando que categorias distintas são moldadas por mudanças nas lógicas institucionais no nível social, Breiger e Mohr (2004) em seus estudos, desenvolvem metodologias de rede entre sistemas de categorias para medir empiricamente lógicas institucionais. Dessa forma, seguindo a perspectiva contemporânea, tanto as pesquisas teóricas como as pesquisas empíricas oferecem mecanismos-chave para explicar como as instituições são moderadas pela atenção organizacional. E segundo Ocasio (1995, 1997), as respostas organizacionais a fatores econômicos e sociais são mensuradas, por meio da atenção dos tomadores de decisão organizacional. Em outros termos, isso significa dizer que em uma análise teórica de como as organizações respondem à adversidade econômica, propõe que as lógicas institucionais afetam a alocação de atenção a esquemas alternativos para perceber, interpretar, avaliar e responder a situações ambientais.

Em conformidade com as lógicas institucionais, Ocasio (1997) sugere ainda dois mecanismos de estruturação institucional centrados na atenção, que provocam, por sua vez, um conjunto de premissas de decisão e motivação para a

ação. O primeiro corresponde à necessidade de gerar um conjunto de valores que ordenam a legitimidade, importância e relevância de questões e soluções, e, por conseguinte, o segundo mecanismo se refere a fornecer aos tomadores de decisão uma compreensão de seus interesses e identidades.

A argumentação do autor em referência a esses estudos empíricos se refere ao fato de que as atenções dos tomadores de decisão estão concentradas apenas em questões e soluções que apresentam consonância com as lógicas predominantes. Enquanto, na verdade, as lógicas institucionais focam a atenção nas questões e soluções através de uma variedade de mecanismos, incluindo a determinação de sua adequação e legitimidade, recompensando certas formas de comportamento político nas organizações, moldando a disponibilidade de alternativas e focando seletivamente a atenção nos determinantes ambientais e organizacionais da mudança. Os resultados empíricos da pesquisa sustentam esse argumento, por colocarem em evidência como os efeitos das forças de mercado estão sujeitas às lógicas organizacionais predominantes, mediadas por processos de atenção.

2.2.4 Mecanismos de Mudança

Ao conceituar a sociedade como um sistema interinstitucional no qual as lógicas são caracterizadas por diferenciação cultural, fragmentação e contradição, DiMaggio (1997) afirma que a abordagem da lógica institucional lança à luz o problema da agência incorporada. Neste sentido, os estudos de Thornton e Ocasio (2008) concentram-se nos empreendedores institucionais, sobreposição estrutural e sequenciamento de eventos como os três principais mecanismos de mudança:

Inicialmente, abordaremos o conceito de empreendedores institucionais na perspectiva de DiMaggio (1988) como o primeiro mecanismo de mudança, que corresponde aos agentes que criam e modificam instituições antigas em razão do acesso que têm a recursos que sustentam seus interesses próprios. Da mesma forma, Thornton (2004) apresenta outra importante definição, que diz respeito ao fato de que os empreendedores institucionais podem desempenhar um papel crítico na percepção da diferenciação, fragmentação e contradição institucional em virtude dos diferentes locais sociais que eles podem ocupar no sistema interinstitucional e de aproveitar as oportunidades que ele apresenta para a mudança

institucional.

O desafio do empreendedor institucional neste caso, segundo os autores Suddaby e Greenwood (2005) concentra-se em criar um ambiente que aprove, com sucesso, as reivindicações de uma nova teoria pública, isso porque, muitas vezes, envolve não apenas empreendedores institucionais, mas exige também que eles se organizem a partir do centro de um ambiente estabelecido, podendo, em outros casos, surgir da periferia de campos emergentes (MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2004).

É importante considerar também que os ambientes adotados pelos empreendedores institucionais para obter controle dos recursos não tratam apenas de recursos materiais, mas também dos simbólicos. Assim, os empreendedores institucionais manipulam criativamente as relações sociais importando e exportando símbolos e práticas culturais de uma ordem institucional para outra. A este sentido, além de Lévi-Strauss (1966) fazer uma analogia com o *bricoleur* para exemplificar a manipulação das relações sociais, o autor também defende uma abordagem realista crítica na qual os atores usam os poderes causais de estruturas pré-existentes para criar novas instituições ou desafiar as existentes.

Com relação à sobreposição estrutural, entre sistemas com lógicas diferenciadas, esta propicia contradição nas organizações e nos campos organizacionais, criando oportunidades empresariais para mudança institucional. E seguindo a perspectiva de Thornton (2004), isso ocorre quando papéis individuais, estruturas e funções organizacionais anteriormente distintas são forçadas a se associar, desencadeando uma mudança nas lógicas institucionais que norteiam a empresa.

Neste sentido, Greenwood e Suddaby (2006) argumentam que o contato com lógicas institucionais em múltiplos e diferentes campos organizacionais aumenta a conscientização e as experiências com contradições na lógica, e diminui as restrições e a incorporação de atores, permitindo que os atores centrais se tornem empreendedores institucionais. Isso é interessante porque, no caso de mudança institucional, é inconsistente com a teoria existente que preveria mudanças da periferia, não do centro do campo.

Por conseguinte, o terceiro e o último mecanismo de mudança apresentado nos estudos de Thornton e Ocasio (2008) corresponde ao

sequenciamento de eventos, definido por Sewell (1996) como o desdobramento temporal e sequencial de eventos únicos que deslocam, rearticulam e transformam a interpretação e o significado de símbolos culturais e estruturas sociais e econômicas.

Ainda à luz de Sewell (1996), diversos são os meios de avaliar o impacto do sequenciamento de eventos na mudança institucional e, neste sentido, para identificar como essas sequências de eventos se cruzam, a fim de resolver problemas pontuais como o de reduzir estrutura em ação ou ação em estrutura, a literatura sobre métodos de análise comparativos - históricos tem sido extensivamente examinados. Em contrapartida, na literatura sobre lógica institucional, são as ordens institucionais do sistema interinstitucional que fornecem a meta-teoria que aponta para essas analogias e impedem que a análise se atole nas minúcias dos detalhes históricos.

Frente a essa dialética, DiMaggio (1997) expõe que, para identificar as implicações dos indivíduos e organizações ante a contradição cultural os pesquisadores precisam de um arcabouço teórico que responda como as normas dos indivíduos podem se desviar das normas em níveis mais altos de análise, por exemplo, no nível dos indivíduos como distintos da administração corporativa ou das associações profissionais. Ou seja, cada ordem institucional deve possuir princípios organizadores distintos, símbolos culturais e lógicas de ação que esclarecem como definir unidades de análise cultural.

Para Thornton (2004), é essencial esclarecer como definir unidades de análise cultural não apenas em diferentes níveis de análise como indivíduos e organizações, mas também em contextos específicos nos quais os indivíduos importam e exportam ativamente elementos da lógica institucional. Isso permite teorizar processos de mudança institucional, não apenas de cima para baixo ou de baixo para cima, como também na forma horizontal por meio da combinação dos elementos de diferentes ordens do sistema interinstitucional.

A premissa de competição entre lógicas institucionais alternativas, apesar de não ser, por si só, uma explicação para a mudança na lógica institucional, norteou a pesquisa, abarcando diversos mecanismos para explicar os efeitos das lógicas concorrentes na mudança, incluindo pressões de seleção ambiental, contestação política e movimentos sociais. Logo, os mecanismos causais da mudança institucional não residem na competição propriamente dita, mas em uma combinação

dos efeitos das pressões de seleção do mercado, poder dos atores institucionais e mudanças na prevalência relativa das lógicas institucionais no nível social que infelizmente em muitos estudos, é tipicamente não especificado.

Neste sentido, muitos estudos sobre lógicas concorrentes foram incorporados a uma perspectiva de movimento social a fim de demonstrar como os movimentos de identidade social sustentam a re-institucionalização nas profissões. Da mesma forma, Thornton e Ocasio (2008) apresentam em seus estudos o relato histórico do sistema de saúde de Bay Area discutido por Scott *et al.* (2000), ao descrever a mudança institucional de um ambiente dominado pelas lógicas institucionais das profissões em relação a outro ambiente influenciado pelas lógicas do estado. Em decorrência desse estudo, concluiu-se que as lógicas do estado em termos de novos sistemas reguladores empoderaram as profissões médicas, criando umas lógicas corporativas na forma de atendimento diferenciado e novos desenhos organizacionais, como Organizações de Manutenção a Saúde (HMOs), Organizações de Ponto de Provedores (OPP) e centros cirúrgicos para se tornarem comuns no sistema de saúde.

Em resumo, tais estudos corroboram com as primeiras pesquisas de Haveman e Rao (1997) que, postulando como as pressões de seleção ambiental favoreciam formas organizacionais mais congruentes com seus ambientes institucionais. Como consequência, as lógicas e profissões institucionais sofriam mudanças quando os ativistas assumiam o controle das sociedades profissionais, criticavam a lógica tradicional e oferecem uma solução que depende de uma nova lógica institucional.

2.2.5 Lógica Institucional e seus Lapsos Conceituais e

Para Thornton e Ocasio (2008), vários são os conceitos errôneos com relação à abordagem da lógica institucional, o primeiro corresponde à ideia de sobreposição entre estruturas institucionais e de mercado, discutidas por Greenwood e Suddaby (2006), pois ainda que os mercados sejam estruturas econômicas, também são instituições e funcionam de acordo com o conjunto de leis formais e expectativas normativas que podem mudar ao longo do tempo.

O segundo, equívoco se refere às lógicas institucionais não

emergirem dos campos organizacionais - elas são instanciadas localmente e decretadas nos campos organizacionais como em outros lugares, como mercados, indústrias e organizações. Friedland e Alford (1991), por sua vez, complementam que as lógicas institucionais decorrem das ordens institucionais do sistema interinstitucional, por vezes, mal compreendidas, podendo assim ser reformuladas e personalizadas no campo organizacional.

Essa abordagem presume que atributos formais do campo organizacional podem ser especificados independente da arena institucional em que estão localizados. Mas, cabe ressaltar que é o conteúdo de uma ordem institucional que molda os mecanismos pelos quais as organizações são capazes de se adaptar ou se desviar dos padrões estabelecidos. Essas ordens institucionais e as relações específicas entre eles delimitam tipos de campos organizacionais (THORNTON; OCASIO, 2008).

O terceiro conceito errôneo faz referência aos tipos ideais apontados pelos autores como não sendo uma descrição do que acontece em um campo organizacional, mas sim, como modelos analíticos formais pelos quais se comparam observações empíricas entre instituições. Assim, o posicionamento de Thornton e Ocasio (2008) retrata que os tipos ideais são mais bem desenvolvidos em pares ou até em várias caracterizações.

Por fim, o quarto e último conceito mal compreendido corresponde ao fato de que a maioria dos estudos de lógica institucional não vinculam suas análises às ordens institucionais do sistema interinstitucional. E seguindo a perceptiva de Thornton e Ocasio (2008), isso acontece em parte, porque os autores não se concentram nas relações causais, como também em razão da limitação de páginas dos periódicos.

Dessa forma, os autores concluem que, reconhecer de maneira simples e breve essas relações multiníveis, é importante para promover o desenvolvimento da abordagem da lógica institucional, uma vez que avança e antecipa sistematicamente questões para estudos futuros a considerar que as mudanças institucionais que ocorrem no contexto multinacional global fornecem um terreno fértil para novas pesquisas. Cabe observar aqui que isso vai de encontro com a perspectiva da lógica institucional de Friedland e Alford (1991), e, em particular, o sistema interinstitucional como uma ferramenta analítica não limitada às expectativas

da cultura ocidental.

2.2.6 Abordagem crítica

Além da problemática da incoerência paradigmática e dos lapsos conceituais destacados anteriormente, apresenta-se também ciência quanto a outros pontos de estrangulamento da teoria do novo institucionalismo, que de acordo com Peci (2006 p. 1) o impede de ser considerado uma “escola” ou corrente consolidada de estudos organizacionais, haja vista que, não há pontos cruciais de divergências teóricas, com implicações empíricas. Ainda seguindo a ótica do autor, apontar incoerências internas, problemáticas e pontos de estrangulamentos numa escola ou corrente de estudos torna-se essencial para incentivar uma adesão mais consciente e racional.

Corroborando com essa ideia, os estudos de Misoczky, Flores e Silva (2008) demonstram que a tentativa de unir a teoria organizacional dominante à dos movimentos sociais apenas contribui para a reprodução do sistema, contrariando a lógica desses movimentos, isso porque, a teoria de movimentos sociais (MSs) – especialmente, a desenvolvida no contexto norte-americano compartilha os mesmos referenciais da teoria de MSs, em busca de inspiração para tratar de fenômenos empresariais contemporâneos. Em outras palavras, as autoras desse estudo concluem que sempre estaremos trabalhando para manter e reproduzir a ordem vigente, em razão das oportunidades estarem vinculadas ao esquema interpretativo dos indivíduos, orientando tanto sua percepção da realidade como suas ações.

De fato, seus principais proponentes afirmam compartilhar uma visão da realidade como socialmente construída e concentram seus esforços, principalmente, na análise de organizações inseridas num setor, campo ou sociedade. Entretanto, a etnometodologia compreende o estudo das atividades cotidianas (GARFINKEL, 1967) e o construtivismo social abarca o funcionamento da mente humana por meio das relações com situações culturais, institucionais e históricas (BERGER e LUCKMANN, 2001).

Contudo cabe salientar que o novo institucionalismo embora seja relacionado a tradição sociológica de Selznick, essa teoria busca ser diferente, trazendo novas contribuições para o campo dos estudos organizacionais. Assim,

como a principal diferença entre as duas escolas, evidencia-se a influência do construtivismo social, adotado como perspectiva oficial do novo institucionalismo. Outro aspecto importante de divergência, refere-se ao fato do institucionalismo negligenciar a dimensão do poder, e quando a aborda, o faz a partir de uma perspectiva tradicional, enfatizando o aspecto regulativo. Sendo assim, algumas lacunas identificadas por Peci (2006 p.10) na análise do novo institucionalismo, relativas ao que se denomina de “confusão paradigmática” da corrente corresponde:

- a) a ausência de estudos em nível micro dificulta a compreensão dos pressupostos paradigmáticos dessa abordagem, uma vez que os números de pesquisas da escola institucional são muito mais expressivos quando orientadas por uma perspectiva macro de análise;
- b) embora predomine o nível de análise macro, o novo institucionalismo exhibe o problema da falácia ecológica, isso é, em razão das perspectivas teóricas e empíricas que se auto classificam neoinstitucionais privilegia-se focos de análise distintos, sem oferecer conceitos que possa estabelecer as inter-relações necessárias entre esses níveis de análise;
- c) a agenda empírica do novo institucionalismo é marcada pelo foco de pesquisa nos processos de estruturação do campo organizacional, e da mesma forma que “velho institucionalismo” considerava a organização como unidade autônoma, os proponentes do neoinstitucionais consideram esses espaços como campos organizacionais também autônomos, associando o caráter dependente de recursos, como organizações e pessoas. Assim, de acordo com as perspectivas de Berger e Luckmann (2001) o cerne do campo organizacional confirma uma visão reducionista do escopo de análise do construtivismo social, na qual o centro da análise transcende às fronteiras arbitrariamente estabelecidas por estudiosos das organizações, no caso específico, em torno de um campo ou setor;

Portanto, frente ao exposto, compreende-se que o novo institucionalismo é uma corrente que pouco se preocupada em termos teóricos e

empíricos relativo a processos de mudança e transformação organizacional e institucional. De modo que a incorporação do poder contribui para a compreensão dos fenômenos de mudança e transformação. Isto é, em outras palavras, negligenciar e/ou subdimensionar o poder pode influir no interesse relativo ao status *quo* (PECI, 2006 P.10).

2.3 GLOBALIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA ERA DO CONHECIMENTO

Algumas questões que marcaram profundamente o final do século e muito provavelmente continuarão em evidência nos próximos anos estão associados a dois principais fenômenos: o primeiro corresponde ao papel da informação e do conhecimento no padrão sócio-técnico-econômico emergente; o segundo se refere aos impactos econômicos, políticos e sociais decorrentes da aceleração do processo de globalização.

Para se compreender esse cenário de mudanças, na concepção de Lastres *et al.* (1998) faz se necessária uma abordagem que permita identificar e analisar seus traços constitutivos e suas possíveis tendências nas várias dimensões em que se expressa, bem como reconhecer a existência de diferentes pontos de vista e interpretações em sua análise que, por vezes, se apresenta de forma contraditória, uma vez que, tais fenômenos e suas interações estão permeados de ambiguidades e conflitos de interesse.

Tendo em vista a noção de globalização, não apresentar consistência conceitual; tanto no que se refere ao verdadeiro significado do termo, quanto à extensão do processo em suas várias instâncias, seus efeitos e impactos são mensurados de diferentes formas e em diversos segmentos, dentro da própria esfera econômica, sejam eles no financeiro, comercial, produtivo, institucional, tecnológico, etc (LASTRES *et al.*, 1998).

A globalização financeira e a emergência de um novo paradigma tecnológico são os traços mais marcantes da economia mundial nos últimos 20 anos e se estreitou ainda mais em razão da integração econômica mundial, enquanto a revolução tecnológica se difundia rapidamente, porém de forma desigual, mesmo entre países mais desenvolvidos. Lastres *et al.* (1998, p. 2), expõem que historicamente, o termo globalização econômica carrega a ideia de um mundo sem

fronteiras com a predominância de um sistema internacional autônomo em que os mercados de bens e serviços se tornam globais. Nesta perspectiva, a economia mundial é controlada por “forças de mercado incontroláveis”, nas quais os principais atores econômicos são grandes corporações transnacionais que se situam em qualquer parte do mundo, apenas em razão das vantagens oferecidas por diferentes regiões e mercados.

No contexto atual, a competitividade entre as empresas e nações estão cada vez mais relacionadas à sua capacidade inovativa, devido às significativas mudanças tecnológicas que estão em constante processo de aceleração. Assim, uma das principais características dessas intensas mudanças nos processos produtivos corresponde à crescente intensidade de investimentos em conhecimento.

Neste sentido, face a um ambiente de mudanças e incertezas, destacam-se alguns aspectos do atual processo: a políticas de cunho liberal em resposta aos novos desafios, adotada por um grande número de países com os quais atribuem ao mercado a prerrogativa de prover a autorregulação econômica. E também, a acelerada difusão das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) que possibilitaram trocas de informações entre os atores, individuais e coletivos, por meio da ampliação de sistemas (LASTRES *et al.*, 1998). Dessa forma, a conjugação destes dois fenômenos é percebida como elemento catalisador do processo de globalização nas últimas décadas.

Frente a tais mudanças, a formação de redes é a principal expressão organizacional deste conjunto, pois potencializa os meios tecnológicos disponibilizados para o desenvolvimento e barateamento dos bens e serviços gerados por setores de informática e telecomunicações. Isso se faz possível em razão da disseminação de conhecimento que, no cenário atual, tornou-se ativo primordial de concorrência, ao mesmo tempo que impõe novas formas de organização e interação entre as empresas, fomentando mudanças nas estruturas de pesquisa, produção e comercialização.

Cabe ressaltar que o atual processo de globalização, além das dimensões tecnológica, organizacional e institucional, resulta de mudanças políticas, comerciais, financeiras, culturais e sociais. E como decorrência, Lastres *et al.* (1998) salienta que a realocação internacional da atividade produtiva e dos fluxos de comércio, informação e conhecimento concentra-se na denominada Tríade (Estados

Unidos, Japão e países da Europa Ocidental) e que de acordo com Fiori (1995), são neste espaço é que são tomadas as decisões e que se desenvolvem as novas configurações organizacionais de competição global que acabam alcançando, de uma forma ou de outra, os respectivos espaços periféricos.

Dessa forma, as estratégias tecnológicas atuais das grandes empresas estão pautadas em um processo de globalização tecnológica, tanto no que se refere à descentralização em escala mundial da atividade de P&D, como por meio dos acordos tecnológicos entre estados-nações realizados nas duas últimas décadas, fomentando, assim, a ideia de tecno-globalismo interpretada como expansão dos sistemas nacionais de inovação.

Para os autores, Lastres *et al.* (1998), o essencial da atividade de inovação continua sendo desenvolvido no país de origem das empresas seguindo estratégias definidas para a internacionalização e como consequência, qualquer tentativa por parte dos governos nacionais em promover o desenvolvimento tecnológico doméstico, tornam se sem efeito. Neste sentido, os autores supracitados expressam a necessidade de se investigar e discutir de maneira ampla as políticas de atuação nacionais diante do crescente processo de globalização.

Outro aspecto para se discutir em profundidade, faz referência à capacidade das grandes corporações vender seus produtos e serviços em escala mundial e de produzi-los em diferentes localizações geográficas, agindo como agentes indutores de uma padronização de consumo, da produção e da tecnologia. Contudo, cabe salientar que paralelamente a essa tendência de padronização global em algumas áreas, verifica-se também uma crescente diversidade em outras.

2.3.1 Ecosistema de Inovação

Para podermos avançar nas discussões, faz-se necessário que conceitos como sistema, inovação, sistema de inovação e ecossistema sejam pontuados, visto que inúmeras são as definições existentes, a fim de alinharmos o pensamento e evitarmos confusão quanto a seu entendimento, utilizaremos aqui definições cunhadas por Granstrand e Holgersson (2020).

O sistema, de modo generalizado, trata de um conjunto de componentes e um conjunto de relações entre esses componentes. Isto é, sua análise

está essencialmente no exercício de caracterização, no qual um sistema aberto e dinâmico está em fase de transformação, de insumos representado por *input* para produtos que corresponde ao *output*, por meio de atividades realizadas por agentes ou atores interagindo com um ambiente.

Da mesma forma, o conceito de inovação tem muitas conotações e denotações, mas grande parte das definições atuais são compreendidas como resultado de um processo, com determinado grau de novidade e mudança na utilidade e aplicação de algo novo. E aqui, o conceito de 'novo', segundo os autores, Granstrand e Holgersson (2020), pode significar novo no mundo, novo em uma nação, novo para uma empresa etc.

Ao que corresponde o conceito de sistema de inovação, da mesma forma, atualmente, diversas são as conceituações introduzidas, tais como: sistemas de inovação nacionais, sistemas de inovação setoriais, sistemas de inovação regionais e sistemas de inovação corporativos, mas de fato, a primeira vez que sistema de inovação teve uma abordagem explícita foi na literatura de economia e política, na década de 1990, com alguns antecedentes na literatura dos anos 80. Em síntese, sistema de inovação corresponde a um conjunto de componentes e as relações causais que influenciam a geração e utilização de inovações e desempenho inovador (GRANSTRAND; HOLGERSSON, 2020).

O conceito de ecossistema tem suas principais raízes no conceito relacionado de ecossistemas de negócios e muito provavelmente, fornece a definição mais frequentemente usada de ecossistemas de inovação definido como “arranjos colaborativos através dos quais as empresas combinam suas ofertas individuais de forma coerente e com solução voltada para o cliente” (ADNER, 2006, p. 2).

Assim, uma das referências mais comuns usadas em ecossistemas de negócios centram-se na colaboração e concorrência e de acordo com Moore (1993, p. 76),

Em um ecossistema de negócios, as empresas co-desenvolvem capacidades em torno de uma nova inovação: elas funcionam de forma cooperativa e competitiva para oferecer suporte a novos produtos, satisfazer as necessidades dos clientes e, eventualmente, incorporar a próxima rodada de inovações.

Tais definições, brevemente descritas aqui e discutidas por Granstrand e Holgersson (2020), ilustram a presença de todas as características defensivas de um ecossistema de inovação, incluindo a presença de relações

complementares e substitutivas nos subsistemas de atores, atividades e artefatos. Isso demonstra que atores, artefatos e atividades são todos elementos de um ecossistema de inovação, vinculado juntos através de relações, incluindo relações de complemento e substituição.

Um Sistema de Inovação é definido por Cassiolato e Lastres (2000) como um conjunto de instituições distintas que conjuntamente e individualmente contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias. Essa ideia parte da compreensão de que o desempenho inovativo depende não apenas do desempenho de empresas e organizações de ensino e pesquisa, mas também de como elas interagem entre si com vários outros atores, e como as instituições – inclusive as políticas – afetam o desenvolvimento dos sistemas.

Em linhas gerais, tal sistema é constituído por meio da relação entre os membros que utilizam suas diferenças básicas em experiência histórica, cultural e de língua para reagir de maneira pessoal à influência de agentes exteriores. Portanto, entende-se, deste modo, que os processos de inovação que ocorrem no âmbito da empresa são, em geral, gerados e sustentados por suas relações com outras empresas e organizações, ou seja, a inovação consiste em um fenômeno sistêmico e interativo, caracterizado por diferentes tipos de cooperação.

A relevância do conceito de sistemas de inovação e as razões pelas quais atraíram tanto interesse, segundo Cassiolato e Lastres (2005), estão associadas ao renascimento do interesse em compreender as mudanças técnicas e as trajetórias históricas e nacionais rumo ao desenvolvimento, além de abordar questões essenciais como a diversidade do papel dos investimentos em atividades de aprendizado inovativo, mas que usualmente são ignoradas em modelos mais antigos de mudança tecnológica.

As novas políticas se fundamentam nas relações entre empresas e demais atores, e se distanciam das perspectivas dicotômicas e lineares da inovação. Isto é, em determinado ponto, se superasse o dilema entre oferta e demanda de tecnologias, como se estas fossem alternativas excludentes, e por outro, excedesse a visão funcional, pontual e hierarquizada do processo de geração e difusão de conhecimento (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

A capacidade inovativa de um país ou região é resultado das relações entre os atores econômicos, políticos e sociais e reflete diretamente nas condições

culturais e institucionais próprias. Dessa forma, quando os novos modelos de inovação são incorporados, ao invés de favorecer as trocas comerciais, a acumulação de equipamentos ou até outros recursos materiais, privilegia-se a produção baseada na criatividade humana, caracterizando assim a inovação e o aprendizado como processos interativos de múltiplas origens.

A centralidade dessa discussão reside no fato de que não existem formas e mecanismos de políticas de aplicabilidade universal, mas sim, formatos que irão variar de acordo com cada especificidade. Portanto, os processos de desenvolvimento econômico são caracterizados por profundas mudanças estruturais na economia, a partir de descontinuidades tecnológicas que afetam e também são afetadas pela estrutura produtiva, social, política e institucional de cada nação, sendo que cada uma delas apresenta suas especificidades, isto é, do ponto de vista da política econômica, a diversidade implica na ausência de regras gerais com relação à promoção de inovação e crescimento, sendo necessário assim, analisar em detalhes o contexto onde as políticas serão implementadas (CASSIOLATO; LASTRES, 2000).

Neste sentido, um paradigma presente hoje em dia, quando se discute sistema de inovação o que precisa ser quebrado, corresponde ao próprio conceito de inovação sobre a percepção de que a inovação é algo que só ocorra nos países avançados, em grandes corporações multinacionais ou em indústria *hi-tec*, quando na verdade, inovação envolve aprendizado e criação do conhecimento de novas e diferentes competências relacionadas ao desenvolvimento e implementação de produtos e processos. Portanto, a visão sistêmica de inovação se concentra nas relações econômicas e sociais com o seu ambiente.

Assim, para se alcançar a competitividade em diferentes setores da economia, os autores afirmam ser preciso direcionar seus esforços na criação de condições para que os diferentes agentes se apropriem eficientemente dos ganhos trazidos pela tecnologia de informação e comunicação. Porém, tal eficiência só será alcançada se as capacitações e conhecimentos associados a tais tecnologias forem enraizados nos sistemas produtivos locais (CASSIOLATO; LASTRES, 2000).

2.3.2 A Dimensão Local do Desenvolvimento Econômico da Inovação

Ainda com toda dificuldade que o processo inovativo apresentava ao

analisar o conceito dominante da teoria econômica, na década de 80, várias foram as contribuições da literatura que se propuseram a discutir o caráter localizado do desenvolvimento econômico e da inovação, bem como sua real importância, visando buscar explicações a nível mundial da taxa de introdução de inovações, com algumas regiões, setores e empresas tendendo a desempenhar o papel de principais indutores de inovações, enquanto outras parecem ser relegadas ao papel de adotantes.

Em função disso, o foco sobre o caráter localizado da inovação ganhou evidência, considerando que os vários esforços de equacionamento sobre como se estabelecerão as relações entre o local e o global e ao papel que cada uma destas dimensões resulta em níveis econômico e político. Assim, fundamentados em Cohendet e Llerena (1997), percebe-se que a interação entre tecnologia e contextos locais possui um papel fundamental na geração das inovações, por meio de mecanismos específicos de aprendizado formados por um grupo institucional local e específico.

Particularmente, na economia da inovação perpetua o entendimento sobre a necessidade de interação entre os processos de geração de conhecimento e de inovação ser estabelecida a partir da interação entre agentes localizados, ou seja, em um mesmo espaço onde se beneficia o processo de geração e difusão de inovações (LASTRES *et al.*, 1998).

Assim, a análise de experiências distintas, desde os anos 80, tem demonstrado o dinamismo tecnológico e o potencial de desenvolvimento inerentes a diversos tipos de arranjos, principalmente ao que tange as médias e pequenas empresas situadas em localidades próximas. Sob a perspectiva de Lastres *et al.* (1998), isso tem relação direta com o conceito de distritos industriais, cunhado por Marshall no fins do século XIX, o qual se refere a um marco econômico por resultar de um padrão de organização do setor têxtil que se localizava geograficamente em *clusters*, na periferia dos centros produtores. Essa abordagem tornou-se referência por fundamentar os recentes trabalhos sobre arranjos locais de desenvolvimento industrial (LASTRES *et al.*, 1998).

A partir de tais análises, resultam processos de construção das estratégias de seus atores, dos processos de aprendizagem coletiva, da formação dos vínculos e da interação entre estes diferentes elementos, relativos ao contexto socioeconômico e histórico no qual emergem e a identidade territorial criada. A este

sentido, Schmitz (1995) assevera que determinados fatores como a proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de pequenas e médias empresas, estreita colaboração entre firmas; competição entre firmas baseada na inovação, identidade sociocultural com confiança, organizações de apoio ativas, para prestação de serviços comuns, atividades financeiras e promoção de governos regionais e municipais correspondem aos principais atributos dos distritos industriais contemporâneos.

Sendo assim, um conjunto de autores como Freeman (1987, 1995), Lundvall (1985, 1992) e Nelson (1993) argumentam que desempenhos nacionais, no que tange à inovação, derivam claramente de uma confluência social e institucional particulares e de características histórico-culturais, de tal modo que sistema nacional de inovação é definido por eles como um sistema constituído por elementos e relações que determinam, em grande medida, a capacidade de aprendizado de um país de inovar e de se adaptar às mudanças do ambiente.

Da mesma forma, ao encontro de tais argumentos, os diferentes enfoques de sistemas nacionais de inovação se estruturam em três pilares, compreendido por Smith (1997, p. 20) como sendo:

- I. as vantagens competitivas resultam da variedade e da especialização e que tal fato realmente apresenta efeitos indutores *path-dependent*, isso é, especializações que apresentam sucesso econômico ocorrem particularmente ao redor de estruturas industriais específicas;
- II. o conhecimento tecnológico é gerado através de um aprendizado fundamentalmente interativo, geralmente tomando a forma de capacitações distribuídas entre os diferentes tipos de agentes econômicos que devem interagir, de alguma maneira, para que o mesmo possa ser utilizado;
- III. o comportamento econômico repousa em instituições e “regras do jogo” estabelecidas legalmente ou através de costumes que evoluem tendo em vista as vantagens que elas oferecem na redução da incerteza. Assim, diferentes modos de organização institucional levam a diferentes comportamentos e resultados econômicos.

Logo, essa diversidade entre os sistemas nacionais de inovação é entendida como produto de diferentes combinações das suas características, de tal modo que a dimensão local da inovação possibilita a conceitualização de sistemas locais de inovação como, por exemplo, os sistemas tecnológicos regionais ou locais.

Por conseguinte, após levantamento de tais aspectos, interpreta-se que a proposta conceitual de sistema local de inovação oferece a compreensão do processo de inovação a partir de sua diversidade entre os diferentes países e regiões, a considerar o processo histórico e seus desenhos políticos institucionais, com foco nos diferentes estímulos do processo de aprendizado e de difusão do conhecimento,

assim como a necessária diversidade nas formas das políticas envolvidas.

Em direção semelhante, Lastres *et al.*, (1998, p. 22) asseveram que “a dimensão local se constitui a partir da capacidade inovativa, e que arranjos locais evidenciam o aprendizado interativo (coletivo) e a capacidade de inovação como uma alternativa exequível para o desenvolvimento econômico”. Contudo, para tanto, é necessário “estabelecer a noção de especialização flexível e a crença de uma transição em curso em direção ao localismo e ao regionalismo, consolidando-se um renascimento do interesse sobre a potencialidade das economias locais e regionais”.

Dessa forma, ao se indagar a importância atribuída à dimensão local, emerge a uma questão subjacente sobre qual seria a forma de arranjos locais que sobreviveriam no novo contexto? Assim, destacam-se os formatos que envolvem pequenos fornecedores estabelecidos em uma rede em torno de uma grande empresa líder do arranjo; e também os arranjos locais de pequenas empresas que interagem entre si. Em outras palavras, é comum pequenas firmas se concentrarem em torno de grandes empresas para fornecimento de insumos ou componentes específicos, atuando em parceria, para a obtenção do produto de acordo com as especificações desejadas.

2.3.3 Arranjos Produtivos e Inovativos Locais: Vantagens e Desafios

A relação entre grandes e pequenas empresas atuando em redes podem ser compreendidas de diferentes formas e, em razão de algumas vantagens como: estruturas administrativas mais leves, ausência de restrições burocráticas e maior importância atribuída às atividades inovativas nas suas estratégias competitivas. As pequenas empresas são importantes agentes nas redes de fornecedores de grandes empresas, entretanto, de encontro a esse pensamento, as pequenas empresas, de modo geral, não desfrutam de ativos primordiais para explorar inovações no mercado de produção em grande escala e apresentam dificuldades maiores para obter resultados de suas inovações.

Assim, em relação às mudanças nas características e dinâmica dos arranjos locais, destaca-se que, tanto as vantagens atribuídas às pequenas empresas quanto as desvantagens das grandes tendem a ser reduzidas, uma vez que os modelos anteriores de produção tendem a convergir em um único, baseado em redes

de firmas. Dessa forma, Cassiolato e Latres (1999) sugerem que as políticas governamentais de desenvolvimento regional devem ser reformuladas para a promoção de redes de parcerias entre pequenas e grandes empresas e instituições de ensino e pesquisa.

Frente a tais argumentos, entende-se que tais políticas, em relação às pequenas empresas, deveriam se concentrar na transformação das relações de parcerias estáveis a fim de cessar a dependência de poucos clientes e atingir uma provável autonomia de mercado. E quanto às grandes empresas, acredita-se que as políticas devam reforçar as tendências de maximização de qualidade, incluindo a promoção de atividades de P&D com programas de educação e treinamento para pequenas empresas, com vista a facilitar a inovação e autonomia de mercado por meio da atuação de redes de colaboração.

Contraopondo essa perspectiva, há também autores que não acreditam na sobrevivência dos arranjos locais por considerar que se trata essencialmente de uma transformação estrutural nas relações econômicas e sociais. Amin e Robins (1991) descrevem que as esferas locais estão sendo radicalmente reformuladas sob as condições e forças do globalismo, sendo percebidas como conformadoras da nova estrutura e dinâmica das localidades, regiões e nações, de modo que as definem como 'globais-locais', visto que as diferenças nas dinâmicas espaciais, ao contrário de serem contraditórias ou incompatíveis, refletem novas e complexas articulações locais e globais, com diferentes combinações geográficas dentre as alternativas em poder das corporações.

Assim, segundo as argumentações de Amin e Robins (1991), o espaço se torna mais variado e heterogêneo, uma vez que passa por um processo de reconhecimento do espaço e também devido as grandes corporações terem o poder de explorar estas diferenças espaciais, podendo serem dadas por meio de estratégias locais e produzir uma variedade de efeitos espaciais, localizados ou globalizados. Ou seja, de acordo com tal perspectiva, os espaços locais estão sendo reconstruídos não por uma escolha própria, mas predominantemente por estarem subordinados a uma lógica global formada pelos interesses econômicos dominantes.

Dessa forma, demonstra-se que os vários tipos de redes de pequenas empresas e o modelo das grandes firmas integradas podem ser bem-sucedidos, seguindo as características específicas da indústria local em questão. De tal modo

que as duas formas de organização, tanto as grandes redes como também os arranjos de pequenas empresas, podem coexistir no atual contexto, crescentemente globalizado. Portanto, acredita-se que o papel do Estado deve ser de facilitador, provendo de infraestrutura e mecanismos de regulação, permitindo o desenvolvimento de novas configurações organizacionais que sejam mais bem adaptadas às firmas, ao tipo de inovação, à indústria ou setor e aos seus ambientes específicos.

2.3.4 O Papel do Estado

Concomitantemente ao desenvolvimento e difusão das tecnologias da informação entre instâncias geograficamente distantes, acentuam-se com a aceleração da globalização, as diferenças entre os países e regiões do planeta, em detrimento daqueles que se situam na periferia do sistema de poder global visto que há uma nítida concentração de atividades, com as articulações sendo efetuadas quase que, exclusivamente, entre os países e empresas tecnologicamente mais avançados. Longe, portanto, de significar um mundo integrado e sem fronteiras, onde o conhecimento flui livremente que, na nova ordem mundial, este assume papel ainda mais importante enquanto instrumento de poder (LASTRES; CASSIOLATO, 2006).

Neste sentido, compreende-se que as desigualdades nas condições de provisão, acesso e uso das novas tecnologias, podem estar gerando novas desigualdades entre indivíduos, grupos, organizações, e países ricos e pobres em termos de TIs e informação. Segundo os autores, Lastres e Cassiolato (2006), comenta-se até em Era da Ignorância, chamando a atenção para os riscos associados à hiperinformação, resultante do alto volume de informação em circulação e ao relativo descuido com a geração e acumulação de conhecimentos.

Assim, impõe-se a necessidade de novas estratégias e, sobretudo para promover a capacidade de apreender, selecionar e fazer uso destas informações e conhecimentos com vista à promoção de capacitações e competências e, particularmente, da capacidade de aprender como elementos fundamentais em qualquer estratégia que vise limitar o grau de exclusão social em atendimento aos novos requisitos da era do conhecimento, de tal modo que incluir todas as atividades, desde a pesquisa e o desenvolvimento até a produção e uso dessas novas tecnologias, equipamentos, sistemas, bens e serviços digitais, é a forma mais

assertiva de tratar a divisão digital.

Em relação à América Latina, um desafio ainda mais complexo do que a divisão digital faz menção à divisão do aprendizado e do desenvolvimento, uma vez que não dispor de conhecimentos suficientes para fazer uso das novas tecnologias é tão prejudicial quanto não possuir acesso às mesmas. Portanto, desta forma, os autores supracitados reafirmam a necessidade de entender o advento e difusão do novo padrão de acumulação e a correlata aceleração do movimento de globalização e financeirização da economia, não como fenômenos neutros, automáticos e incontroláveis, mas sim, enquanto fenômenos originários das mudanças político-institucionais dos países mais desenvolvidos do mundo (LASTRES; CASSIOLATO, 2006).

Iniciativas de liberalização e desregulação dos mercados mundiais, implementadas pelos países mais avançados, sobretudo, à desregulação dos sistemas financeiros e dos mercados de capitais como barreiras não tarifárias fundamentadas em parâmetros sócio-ambientais, funcionam como fortes medidas protecionistas que associados às crescentes exigências de maior competitividade tanto em nível nacional, quanto internacional, têm sido particularmente importantes, no desenvolvimento das novas tecnologias. Contudo, em razão de sua sutileza, algumas dessas novas formas de intervenção mostram-se ainda invisíveis e difíceis de captar.

O foco nos blocos econômicos agregados e em conjuntos de atores, para disseminar conhecimentos e potencializar os resultados, tem sido, atualmente, uma das principais características para operacionalizar as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, de modo que as políticas passam a ter novo alcance, desenho, objetivos, instrumentos e formas de implementação. Contudo, cabe salientar que grandes são as dificuldades para definir e implementar novas políticas, principalmente aquelas voltadas para a ampliação da capacidade de gerar e usar conhecimentos como recursos estratégicos e o aprendizado como processo mais importante. Portanto, é nesse sentido que reafirmamos a necessidade de implementar novas estratégias e políticas que deem conta dos desafios da contemporaneidade.

2.3.5 Desafios do Processo de Geração e Difusão do Conhecimento

A abordagem neoclássica do progresso técnico e a Tecnologia na perspectiva da economia institucional são temas que integram o livro “Economia & planejamento” (PELAEZ; SZMRECSANY, 2006) no qual se discute os conceitos de economia e inovação tecnológica na perspectiva de Marx, que têm como objetivo expor que a tendência a inovação está implícita no conceito de capital, e a produção capitalista é o celerado do desenvolvimento das forças produtivas, que proporciona como resultado a mais importante lei da economia política.

Da mesma forma, a abordagem dos modelos de progresso técnico e de crescimento exógeno segue a tradição neoclássica. O progresso técnico é definido como exógeno, no sentido de que surge na economia automaticamente, não sendo uma variável de decisão de agentes econômicos. Assim, na visão neoclássica convencional, a tecnologia é percebida como um bem público puro, não rival e não exclusivo. A essa concepção se analisa a nova visão de tecnologia, enquanto um bem sem-público e suas implicações em termos da necessidade de introduzir a concorrência imperfeita, e ao mesmo tempo, introduzir retornos crescentes à escala na produção do bem de consumo final e novos projetos de bens econômicos (PELAEZ; SZMRECSANY, 2006).

A não rivalidade do conhecimento tecnológico significa a possibilidade de utilizá-lo em uma atividade econômica sem impedir ou reduzir seu uso simultâneo em outra atividade, isto é, o conhecimento tecnológico pode ser usado por um número indeterminado de firmas e durante inúmeros períodos sem desgaste e sem custo adicional. Contudo, para justificar o investimento privado em pesquisa de desenvolvimento tecnológico, de um lado é introduzido um referencial de concorrência imperfeita e, por outro, garante-se que oportunidades tecnológicas sejam ilimitadas, por meio da hipótese de retornos crescentes e da produção de novos projetos de bens econômicos (PELAEZ; SZMRECSANY, 2006)

Em suma, a nova abordagem neoclássica do progresso técnico considera o resultado de decisões econômicas de maximização de lucros e de utilidade, assim como de interações de equilíbrio entre os diversos agentes econômicos mediante a introdução de duas hipóteses: de retorno crescente à escala na geração de novas tecnologias e de concorrência imperfeita em alguns setores da

economia provocado pela inovação tecnológica.

Todavia em contrates com a geração de novas tecnologias, um fator limitante corresponde a sua disseminação, uma vez que os fluxos de conhecimentos são ainda muito recentes no mundo inteiro e, portanto, a distinção entre conhecimento tácito e codificado se manifesta como essenciais sob a ótica das possibilidades de mensuração.

Lastres e Cassiolato (2006) asseveram a esse respeito que, se comparados aos conhecimentos tácitos, os conhecimentos codificados são mais fáceis de medir. Isso porque, as precursoras iniciativa, oferecem indicadores heterogêneos que tornam a comparação mais complexa, envolvendo não apenas os gastos em pesquisa científica, como também a forma e intensidade de contatos e redes especializadas, enquanto uma tentativa de representar a difusão de conhecimentos tácitos. Dessa forma, a base de conhecimentos complexos e heterogêneos ficam em evidência, assim como suas fontes, meios de aquisição, uso e disseminação.

Assim, cabe ressaltar que a relevância em detrimento as suas diversas fontes variáveis, sistêmicas e não lineares, podem variar de uma área para outra, por considerar os meios pelos quais o conhecimento se desenvolve, é adquirido, usado e disseminado. Todavia, essas diferentes fontes e formas são complementares e, muitas vezes, simultâneas. Portanto, nas tentativas de mensurar e avaliar os processos de aprendizado e de criação de capacitações, tanto produtivas quanto inovativas, os autores afirmam que um primeiro desafio corresponde à importância de tratar as empresas e demais organizações de forma agregada e focalizar as interações entre as mesmas (LASTRES; CASSIOLATO, 2006).

Como observado, o padrão atual de acumulação ganha ainda mais relevância frente à emergência de uma nova realidade e à tentativa de compreendê-la por meio da utilização de instrumentos conceituais e analíticos. Assumindo assim, uma posição estratégia frente à administração de recursos intangíveis como o conhecimento, inovação, cooperação, habilidades e competências, uma vez que tanto informação como conhecimento constituem-se em recursos não esgotáveis e não deterioráveis.

Portando, seguindo a concepção de Lastres e Cassiolato (2006), todos esses fatores contribuem ainda mais com a necessidade de refutar os conceitos

e raciocínios econômicos habituais, além de fortalecer as pressões para a formulação e desenvolvimento de novos indicadores, principalmente ao que tange novos enfoques teórico-conceituais, metodológicos e analíticos que suportem tais especificidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Um método é um conjunto de processos pelos quais se torna possível estudar uma determinada realidade. Em consonância com Sekaran (1984), seu objetivo é encontrar respostas ou soluções aos problemas por meio de uma investigação organizada, crítica, sistemática, científica e baseada em dados observados. Neste sentido, estes capítulos têm por finalidade o proceder metodológico ou, por vezes, também denominado como metodologia a ser empregada nesta pesquisa.

Seu objetivo é demonstrar com clareza a escolha do método, dedutivo ou indutivo, bem como as tipologias de pesquisa: experimental, teórica, exploratória, explicativa, bibliográfica, documental, qualitativa, quantitativa. E por fim, os procedimentos para coleta e análise dos dados. Logo, aqui estão descritos, respectivamente, a classificação geral da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, a definição operacional das categorias e a forma como foi realizada a análise dos dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Em termos metodológicos, a presente pesquisa possui abordagem qualitativa, aplicada e descritiva, desenvolvida via estudo de caso, uma vez que sua proposta se trata de descrever a percepção dos informantes, além de compreender também o contexto histórico e social em que o fenômeno ocorreu. Este tipo de pesquisa se mostrou pertinente com a proposta de operacionalização abordada no trabalho, uma vez que reconhece um elemento subjetivo no processo de análise sobre o fenômeno escolhido para ser estudado. Em outras palavras, trata-se de “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 43).

A classificação dada a este trabalho caracteriza-se como descritiva, visto que se trata de uma pesquisa que busca analisar as lógicas institucionais utilizadas na elaboração dos programas de desenvolvimento tecnológico regional de Londrina/PR. Na pesquisa descritiva, realizam-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. A

pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 2015).

Neste aspecto, o estudo de caso é de cunho descritivo e envolve a descrição holística e intensiva de um fenômeno que deve ser bem delimitado como por exemplo, um indivíduo, um grupo de pessoas, um tipo de processo ou uma unidade social. O interesse do pesquisador é voltado à compreensão dos processos sociais que ocorrem em determinado contexto e não, na relação estabelecida entre variáveis.

Portanto, para se alcançar o que se propunha, o objetivo do trabalho será analisado por uma ótica descritiva, cujos procedimentos técnicos envolveram levantamento bibliográfico, realização de entrevistas, análise documental, análise de conteúdo e triangulação das informações teóricas com os dados empíricos (FLICK, 2009). Tais considerações permitem afirmar ainda que a pesquisa apresentada será desenvolvida por meio de estudo de caso único na cidade de Londrina-PR, que de acordo com (YIN, 2005), propõe-se a investigar um fenômeno contemporâneo, onde os limites entre o fenômeno e seu contexto não são claramente percebidos. Sua utilidade é auxiliar na elaboração ou no aprimoramento de teorias. As evidências empíricas devem gerar *feedback* para a teoria, ou seja, uma generalização analítica.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na coleta de dados do presente estudo, as informações colhidas serão a partir de dados primários e secundários que, de acordo com Yin (2001), a variedade de evidências de um banco de dados aumentará substancialmente a qualidade do estudo de caso, sendo possível estudar de maneira mais minuciosa o fenômeno desejado. Assim, os dados primários serão obtidos a partir de entrevistas conduzidas por meio de roteiro semiestruturado e observação direta com pessoas que coordenavam os projetos de desenvolvimento tecnológico regional e sistema de inovação de Londrina.

3.3 UNIDADE DE ANÁLISE

Para definição da unidade, de análise alguns aspectos foram levados em consideração a saber: 1. O nível de organização dos instrumentos normativos municipais; 2. Grau de participação da sociedade civil organizada na área tecnológica; 3. Ativos tecnológicos do município estudado; 4. Presença de diferentes projetos de desenvolvimento tecnológico região; 5. Proximidade com o *lócus* da pesquisa (acessibilidade). O município de Londrina tem um sistema local muito bem organizado com instrumentos normativos bem definidos e com a missão de traçar rumos para o crescimento socioeconômico e industrial do município atuando fortemente na promoção da cidade junto aos empresários, empreendedores e diversas entidades que ajudam Londrina, a se destacar no cenário nacional e internacional. Para se alcançar tal objetivo, além do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Londrina a cidade conta também com a CODEL, criada em 1973 pela Lei 2.396 de 22 de dezembro e transformada em Autarquia Municipal pela Lei nº. 9872, de 22 de dezembro de 2005.

A partir das experiências ocorridas em Londrina com relação aos principais projetos tecnológicos como: Rumos do Norte (1990), o Plano de Desenvolvimento Industrial – PDI (1994), o Londrina Tecnópolis (1998), o Fórum Desenvolve Londrina (2005) e o Ecossistema de Inovação (2017) foram definidos os critérios para definição de qual (ais) iniciativas/estudos seriam analisadas. Os critérios foram: existência ou não de projeto formalmente constituído, se contempla estudos socioambientais e por fim, se houve a implementação durante o recorte de tempo analisado, ou seja, nas últimas três décadas.

Quadro 2 – Critérios para definição dos projetos analisados

INICIATIVA	PROJETO	ESTUDO SOCIOECONOMICO	IMPLEMENTADO
Rumos do Norte (1990)	X	–	–
PDI (1994)	X	X	X
Londrina Tecnópolis (1998)	X	X	X
Fórum Desenvolve Londrina (2005)	X	–	X
Ecossistema de Inovação (2017)	X	X	X

Fonte: a própria autora (2020).

A partir destes dados, foram selecionados os seguintes projetos: Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina – PDI (1994) Londrina Tecnópolis

(1998) e Ecosistema de Inovação (2016) para compor os dados de análise do presente estudo, uma vez que apenas esses três projetos atenderam aos critérios de seleção estabelecidos anteriormente como essenciais.

Dessa forma, seguindo a perspectiva de Yin (2001), os dados secundários dessa pesquisa se constituem em importante fonte de evidências, sendo que os mesmos serão utilizados para acrescentar informações de outras fontes. Assim, na pesquisa em curso, serão analisados documentos essenciais de cada projeto que registram a história, baseando-se em atas, avaliações, planejamentos, boletins de ordem pública, livros e revistas com publicações sobre a implementação de cada projeto a fim de resgatar o contexto sociológico de quando os principais projetos de desenvolvimento tecnológico que já ocorreram em Londrina, citados anteriormente, foram desenvolvidos.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a realização do estudo, será utilizada como instrumento de pesquisa, a entrevista por roteiro semiestruturado que será enviada previamente ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) para avaliação, e após liberação será aplicada aos sujeitos da pesquisa (o roteiro de coleta dos dados está no Anexo I). Tal instrumento permite ao pesquisador fazer inferências sobre aspectos subjetivos e garante que as informações sobre o que verificar sejam delimitadas, assegurando o foco do estudo, isto é, o objetivo da entrevista semiestruturada é compreender os significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse (GODOY, 2005).

Em se tratando da entrevista semiestruturada, a atenção tem sido dada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado. Todavia, cabe ressaltar também que, para sua realização, a pesquisa documental foi essencial para conseguir identificar o contexto histórico do fenômeno analisado. Neste aspecto, Berger e Luckmann (2010) corroboram ao afirmarem não ser possível entender a institucionalização sem dar a devida atenção ao processo histórico em que foi produzida.

A escolha por esta técnica de pesquisa se justifica na tentativa de responder os seguintes questionamentos: Qual foi o percurso histórico do município

de Londrina referente às ações para o desenvolvimento tecnológico? Quais as diferentes lógicas institucionais que o permearam os programas de desenvolvimento tecnológicos já realizados em Londrina/PR? E quais elementos envolvidos ao processo fizeram com que tais programas perdessem a força com o passar do tempo? Constituiu-se semiestruturada, pois se exigirá prévio planejamento para que não haja desacordo dos dados coletados e daquilo que se almejava analisar. O roteiro de entrevista constará no Apêndice desta dissertação sob o título de Apêndice A.

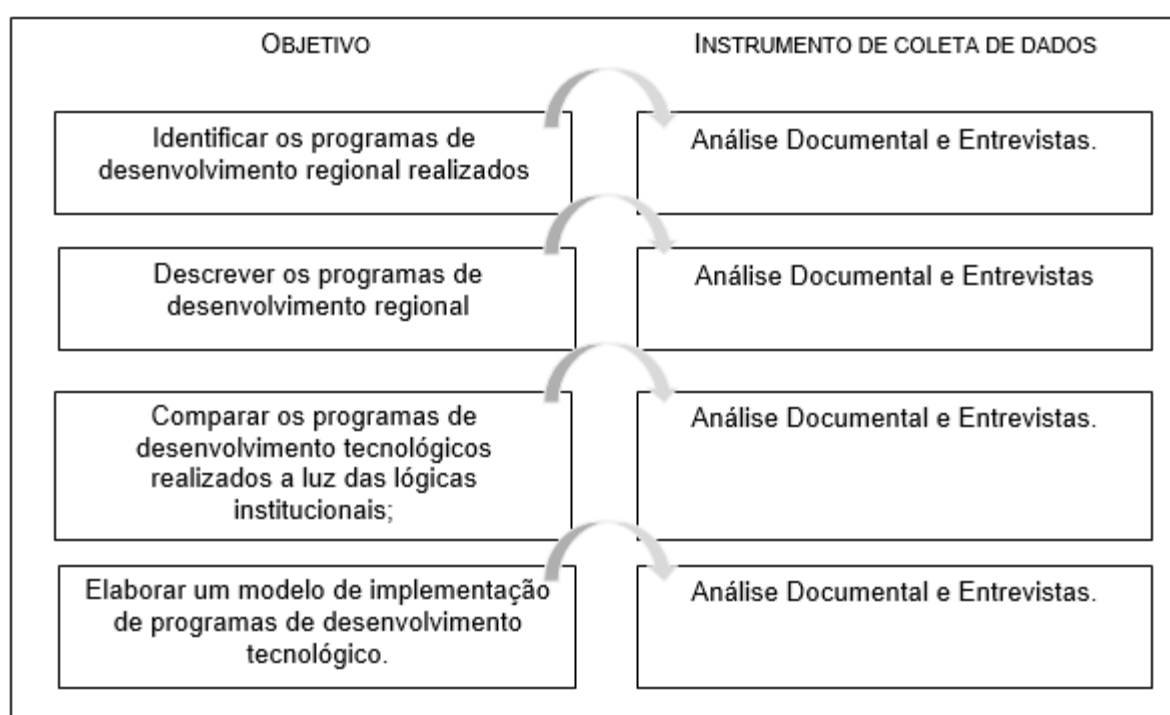
As entrevistas serão direcionadas às pessoas que coordenaram os projetos de desenvolvimento tecnológico realizados em Londrina, os quais foram selecionados para esse estudo, conforme critérios destacados anteriormente o Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina – PDI (1994) Londrina Tecnópolis (1998) e Ecossistema de Inovação (2016). Para cada um dos projetos será utilizada a técnica conhecida como *snowball* que corresponde a uma técnica de amostragem não probabilística onde os indivíduos selecionados para serem entrevistados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos que, por sua vez, indicam novos participantes e assim, sucessivamente, com o objetivo de reunir informações em períodos distintos (anterior, durante e posterior) à implementação em cada um dos projetos analisados a fim de identificar as lógicas institucionais utilizadas na elaboração dos programas de desenvolvimento tecnológico regional de Londrina/PR até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”).

Assim, o “ponto de saturação” é atingido, quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa. Essa técnica de pesquisa, de acordo com Albuquerque (2009), tende a contribuir com a pesquisa por utilizar cadeias de referência como uma espécie de rede, isto é, sob o olhar da autora, os primeiros participantes contatados na aplicação da pesquisa são classificados como “sementes” que, obrigatoriamente, precisam estar inseridos no contexto e localidade do fato analisado para que possuam conhecimento do ocorrido. De tal modo que esse mesmo indivíduo (a “semente”) possa indicar outra(s) pessoa(s) de seu relacionamento (ou de seu conhecimento) para que também participe(m) da amostra, esses são os “filhos” das “sementes”.

Dessa forma, para se obter tais informações relevantes à pesquisa, a *priori*, faz-se necessário um contato telefônico para o agendamento das entrevistas,

que serão realizadas em locais previamente acordados entre as partes envolvidas, entrevistado e entrevistador. E assumindo-se que os fenômenos de interesse não sejam puramente de caráter histórico, Yin (2001) expõe que alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes estão disponíveis para observação e dessa forma, tais observações dizem respeito a outras fontes de evidências em um estudo de caso. Portanto, no decurso das entrevistas, serão realizadas as observações diretas.

Figura 2 – Relação entre instrumentos de coleta e objetivos específicos



Fonte: elaborada pela autora (2020).

3.5 DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS CATEGORIAS

Esta subseção busca apresentar os principais pontos teóricos que se tornaram categorias e auxiliaram na operacionalização da pesquisa. O processo de formação das categorias se concretizará após a seleção do material e incessante leitura. A codificação se deu em função da repetição das palavras que, uma vez triangulada com os resultados observados, serão constituídas em unidades de registro, para então efetuar-se a categorização progressiva, conforme previsto por Bardin (2011).

Quadro 3 – Definições cognitivas da pesquisa

PRINCIPAIS AUTORES	DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA
Scott (1987, p.492)	Institucionalização pode ser vista como um processo de inculcar valores –representada no trabalho de Selznick, o qual via a estrutura organizacional como um veículo adaptativo, moldado em reação às características e exigências dos participantes, bem como às influências e pressões do ambiente externo.
DiMaggio e Powell (1983) Suchman (1995)	Isomorfismo institucional, representa uma maneira fácil de se entender a política e os rituais que estão intrínsecos em grande parte da vida organizacional moderna. Por essa razão, para essa pesquisa, será estudado apenas o isomorfismo institucional podendo ser classificado em três tipos: coercitivo, mimético e normativo. Legitimação faz referência a suposição de que as ações de determinada entidade são desejáveis e apropriadas dentro de um sistema de normas, valores e crenças e são construídas socialmente.
Sewell (1992, p.20)	Agência surge do controle de recursos, o que significa a capacidade de reinterpretar ou mobilizar uma série de recursos em termos de outros que constituiu a matriz.
Meyer e Rowan (2006) Friedland e Alford (1991) Thornton e Ocasio (2008)	Lógica Institucional é a tentativa de compreender a forma como as regraculturais e estruturas cognitivas moldam estruturas organizacionais, de maneiras significativas (Meyer; Rowan, 2006). Lógica Institucional descreve as práticas e crenças contraditórias inerentes às instituições das sociedades ocidentais modernas. Trata-se de ordens institucionais conflitantes em razão às práticas e crenças distintas que moldam como os indivíduos se relacionam em lutas políticas (Alford; Friedland, 1985). Lógica Institucional , embora as diferenças de poder e status estejam presentes em todas as organizações, esses sistemas estão condicionados às instituições predominantes (Thornton; Ocasio, 2008).
Lastres <i>et al.</i> (1998) Cassiolato e Lastres (2005)	Sistemas de Inovação Trata-se de um conjunto de instituições distintas que, conjuntamente e individualmente, contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias
Freeman (1987;1995) Lundvall (1985;1992) Nelson (1993)	Sistema nacional de inovação trata-se de um sistema constituído por elementos e relações que determinam em grande medida a capacidade de aprendizado de um país e, portanto, aquela de inovar e de se adaptar às mudanças do ambiente.

Fonte: a própria autora (2020).

A triangulação corresponde ao processo no qual os conceitos são oriundos de diferentes áreas do conhecimento e, de acordo com Minayo (2013), para a realização de uma análise na perspectiva da triangulação, é preciso a formação de um grupo híbrido quanto às áreas de conhecimento que apresentem competência disciplinar, isso porque os dados sociais são em si complexos e imbuídos de incontáveis interações e, portanto, exigem diferentes olhares e suportes teóricos para a apreciação.

Quadro 4 – Definições operacionais da pesquisa

PRINCIPAIS AUTORES	DEFINIÇÃO OPERACIONAL – SUBCATEGORIAS
Tolbert e Zucker (1998)	<p>Habitualização inicia-se com a adoção de novos arranjos estruturais. A organização, geralmente, adota essa nova estrutura em resposta a problemas ou conjuntos de problemas organizacionais específicos. Nesse estágio ocorre, também, a normalização das novas estruturas em políticas e procedimentos da organização, ou um conjunto de organizações que encontrem problemas iguais ou semelhantes. Esses processos resultam em estruturas que podem ser classificadas como um estágio de pré-institucionalização.</p> <p>Objetificação envolve o desenvolvimento de um grau de consenso social entre os decisores da organização a respeito do valor da estrutura, e a crescente adoção pelas organizações. Esse processo pode ocorrer por meio de dois mecanismos diferentes, embora não necessariamente desvinculados: as organizações podem colher informações diretamente de uma variedade de fontes, ou através da atuação dos champions. Quando uma estrutura já está sendo testada em outras organizações, pode-se avaliar de forma mais precisa os riscos na adoção da mesma.</p> <p>Sedimentação refere-se à institucionalização total, um processo que fundamentalmente se apoia na continuidade da estrutura e, especialmente, na sua sobrevivência através de gerações de membros da organização. Assim, a total institucionalização da estrutura depende, provavelmente, dos efeitos conjuntos da baixa resistência relativa por parte de grupos de oposição, de promoção e de um apoio cultural contínuo por grupos de defensores e de uma correlação positiva com resultados desejados</p>
DiMaggio e Powell (1983)	<p>Isomorfismo coercitivo é o resultado de pressões formais tanto quanto informais, a que as organizações são submetidas, tanto por outras organizações que são dependentes quanto pelas características culturais da sociedade em que a organização está inserida. Outra forma importante na questão do isomorfismo coercitivo é a existência de um ambiente legal, que afeta aspectos do comportamento e da estrutura das organizações.</p> <p>Isomorfismo mimético é adotado a partir de ambientes de incerteza, e organizações tomam outras organizações como modelo de atuação, servindo como uma fonte de práticas que uma organização pode se utilizar e que outras organizações já utilizam com sucesso. Usualmente organizações novas tomam como modelo as organizações com maior tempo de experiência e com práticas já difundidas e desenvolvidas no mercado.</p> <p>Isomorfismo normativo é basicamente uma derivação da profissionalização das organizações; Campos organizacionais que têm a utilização de força de trabalho profissional são orientados por esse tipo de isomorfismo, devido ao próprio tipo do negócio, que traz padronizações tanto em linguagem, procedimentos, forma de atuação, etc.</p>
Sewell (1992, p. 20)	<p>Agente precisa ser capaz de exercer algum grau de controle sobre as relações sociais em que se está envolvido, que por sua vez, implica a capacidade de transformar essas relações sociais em algum grau.</p>
Zanelli e Silva (2003) Jackall (1988)	<p>Lógica individual, a identidade é elemento chave da realidade subjetiva e se encontra em relação dialética com a sociedade, construída a partir da interação humana ao se compartilhar objetivos, regras e valores (Zanelli; 2003).</p> <p>Lógica Coletiva, as identidades coletivas emergem das interações e comunicações sociais entre membros de um grupo que atribuem o mesmo significado a algo ou alguém. À medida que as identidades coletivas se institucionalizam, elas desenvolvem sua própria lógica institucional distinta e essas lógicas prevalecem dentro do grupo social (Jackall, 1988).</p>
Cassiolo; Lastres (2000)	<p>Capacidade inovativa é resultado das relações entre os atores econômicos, políticos e sociais e reflete diretamente nas condições culturais e institucionais próprias. Dessa forma, quando os novos modelos de inovação são incorporados, ao invés de favorecer as trocas comerciais, a acumulação de equipamentos ou até outros recursos materiais, privilegia-se a produção baseada na criatividade humana, caracterizando assim a inovação e o aprendizado como processos</p>

PRINCIPAIS AUTORES	DEFINIÇÃO OPERACIONAL – SUBCATEGORIAS
	interativos de múltiplas origens.
Moore (1993)	Ecosistema de Inovação As empresas co-desenvolvem capacidades em torno de uma nova inovação: elas funcionam de forma cooperativa e competitiva para oferecer suporte a novos produtos, satisfazer as necessidades dos clientes e, eventualmente, incorporar a próxima rodada de inovações.

Fonte: a própria autora (2020).

Assim, optou-se por apresentá-los na forma de quadro, para melhor compreensão. As categorias descritas a seguir, dizem respeito a temática a que o estudo que está sendo descrito se propôs, de modo a sintetizar alguns elementos que abordam as categorias utilizadas na pesquisa, suas respectivas definições e os principais autores de cada perspectiva.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para Minayo (2012), fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, em uma perspectiva de tripé que se sustente de maneira mútua. O modo de fazer depende exclusivamente do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto está sujeito às perguntas e aos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. A essa trilogia o autor acrescenta que a qualidade de uma análise depende da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom ao trabalho que elabora.

No que tange à análise dos dados, a técnica a ser utilizada será a de Análise de Conteúdo (AC), por trabalhar com as categorias advindas da fundamentação teórica, emersas dos dados coletados e/ou consideradas pertinentes pelo pesquisador (BARDIN, 2011). Da mesma forma, Minayo (2012) expõe que o movimento classificatório que privilegia o sentido do material de campo não deve buscar nele uma verdade essencialista, mas o significado que os entrevistados expressam de modo que, pouco a pouco, o pesquisador alcance o sentido das falas e de sua contextualização empírica denominada lógica interna dos atores.

Assim, como ponto de partida, faremos a pré-análise dos documentos a serem escolhidos para construir o banco de dados do estudo, bem como a seleção dos entrevistados. Os documentos serão solicitados às instituições e coordenadores envolvidos nos programas de desenvolvimento tecnológico regional. Para assegurar os critérios de fidedignidade e de validade da pesquisa, faremos o possível para seguir

os passos sugeridos por Minayo (2012, p. 625):

(1) O primeiro de todos é aquele que guia universalmente toda pesquisa científica: teoria, método e técnicas adequados, descritos e avaliáveis por qualquer outro investigador. (2). Por exigir presença, envolvimento pessoal e interação do pesquisador em todo o processo, uma boa análise qualitativa deve explicitar suas ações no campo, assim como seus interesses e dificuldades na construção do objeto. Existem ainda alguns cuidados possíveis de serem realizados durante o processo de realização da investigação que lhe asseguram maior grau de validade: (3) a triangulação interna à própria abordagem, que consiste em olhar o objeto sob seus diversos ângulos, comparar os resultados de duas ou mais técnicas de coleta de dados e de duas ou mais fontes de informação, por exemplo. (4) A validação dos relatos, comparando as falas com as observações de campo. O alerta para os relatos e os fatos que contradigam as propostas e as hipóteses do investigador, tratando de problematizá-los e de apresentá-los, em lugar de ocultá-los. E (5) a fidedignidade aos vários pontos de vista, garantindo a diversidade de sentidos expressos pelos interlocutores, fugindo à ideia de verdade única.

Neste sentido, para aperfeiçoar a análise dos referidos projetos, o presente trabalho pretende analisar separadamente caso a caso. O instrumento de pesquisa a ser utilizado como exposto anteriormente, será a entrevista semiestruturada possibilitando assim, que a questão seja explorada de maneira mais abrangente, e caso o entrevistador julgue necessário, poderá realizar outros questionamentos que podem surgir no ato da entrevista. As informações serão armazenadas em um gravador para depois serem transcritas e analisadas.

Em um estudo onde a metodologia utilizada é a qualitativa e a coleta de dados realizada por meio de entrevista como este, o ponto chave é definir quem são os sujeitos que serão entrevistados. Nesses aspectos, como o objetivo geral do trabalho é analisar as lógicas institucionais utilizadas na elaboração dos programas de desenvolvimento tecnológico regional de Londrina/PR, as entrevistas serão direcionadas tanto aos coordenadores de cada projeto como às pessoas indicadas por eles que fizeram parte do processo.

As perguntas serão formuladas previamente seguindo um roteiro de entrevista, que constará como apêndice deste trabalho, as quais serão elaboradas com base no referencial teórico e no objetivo geral do trabalho. Além disso, para garantir que todos os aspectos importantes para a realização do trabalho sejam abordados no roteiro de entrevistas, tanto os critérios de escolha e de delimitação das categorias serão determinados pelos temas relacionados aos objetivos da pesquisa e que se pretende identificar nos discursos dos entrevistados da pesquisados.

Para analisar os dados, será realizada a análise de conteúdo, que

segundo Bardin (2011, p. 44), “[...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”. E com objetivo de expor os dados da maneira mais simplificada possível, em um primeiro momento, será realizada a transcrição das entrevistas com a autorização dos entrevistados. Essa autorização será concedida de maneira formal por meio da assinatura do Termo de Consentimento, onde os entrevistados concordam com a entrevista.

Para garantir que a análise seja fidedigna, após a transcrição das entrevistas, pretende-se também elaborar um quadro, para cada pergunta do roteiro de entrevista, o qual haverá também categorização, definição com referência de autor e respostas de todos os entrevistados com os trechos principais, esse quadro será elaborado com base nos dados coletados nas entrevistas.

3.7 PROTOCOLO DA PESQUISA

O protocolo constitui passos importantes no desenvolvimento da pesquisa. Yin (2005) corrobora afirmando que o protocolo para o estudo de caso é muito mais do que um instrumento de pesquisa, considerando o fato de conter regras gerais que devem ser seguidas ao utilizá-lo, o que o torna essencial em estudos de caso como a pesquisa em questão.

Trata-se da transcrição do método científico com vista a responder à pergunta formulada pelo pesquisador. Isto se faz necessário porque é comum acontecer de as questões científicas serem imprecisas, o que faz com que os instrumentos de medidas das variáveis sejam, em muitos casos, não confiáveis, visto que as relações entre as variáveis são, por vezes, enganosas. Além disso, pode ser compreendido como um momento especial para o pesquisador aprofundar as ideias básicas do projeto, considerando os aspectos teóricos e práticos de sua operacionalidade.

Portanto, seguindo a perspectiva de Yin (2005), o protocolo deve conter uma visão geral do projeto do estudo de caso, procedimentos de campo, questões do estudo de caso e guia de relatório de estudos de caso, e seguindo essas orientações, o quadro abaixo demonstra parte do protocolo inicial da pesquisa, pois a visão geral do projeto foi explorada nas seções anteriores.

Quadro 5 – Protocolo para a realização de estudo de caso

ETAPAS	ATIVIDADES	PROCEDIMENTOS
Planejamento	Elaboração do Protocolo	Nesta etapa serão definidas as categorias da pesquisa, as unidades de análise e os projetos que serão analisados neste estudo de caso.
Coleta de Dados	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização dos programas a serem analisados; • Elaboração do banco de dados com os documentos coletados nas instituições responsáveis pela implementação do projeto • Coletar os dados por meio da entrevista semiestruturada; • Transcrição das entrevistas; • Organização dos dados por suas categorias pertinentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nesta etapa realizar-se-á a pesquisa documental (atas, notícias vinculadas nas mídias locais) e; • Realização de entrevistas com coordenadores responsáveis por cada projeto.
Análise de Dados	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar os dados coletados nas entrevistas e nos documentos; • Verificar como ocorreu o processo de implementação dos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de dados por meio da análise de conteúdo presente nas entrevistas e nos documentos coletados; • Confrontar com a Teoria Institucional
Conclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Apontar quais foram as lógicas institucionais utilizadas em cada projeto regional de desenvolvimento tecnológico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugestões e apontamentos finais

Fonte: a própria autora, com base em Yin (2005).

Portanto, o protocolo para esse estudo de caso também será essencial, uma vez que contemplará as regras a serem seguidas pelo pesquisador, bem como assegurará que o pesquisador se mantenha focado durante a coleta dos dados, proporcionando, em caso de necessidade, direcionamento ao pesquisador.

3.8 SÍNTESE DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Quadro 6 – Síntese da estratégia metodológica

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS DE PESQUISA	DOCUMENTOS A SEREM UTILIZADOS
Analisar as lógicas institucionais utilizadas na elaboração dos programas de desenvolvimento tecnológico regional de Londrina/PR.	1. Identificar os programas de desenvolvimento regional realizados no município de Londrina;	1. Você conhece os programas de desenvolvimento tecnológico regional realizados em Londrina nos últimos 30 anos? Quais? 2. De quais programas de desenvolvimento tecnológico regional você participou? 3. Como se deu sua participação?	Recortes jornalísticos vinculados na empresa local; revistas institucionais e dados coletados na entrevista
	2. Descrever os programas de desenvolvimento regional realizados no município de Londrina;	1. Existia, no período de desenvolvimento e institucionalização do projeto, alguma dificuldade observada pela comunidade em relação ao desenvolvimento tecnológico da região? 2. Havia reunião entre as pessoas, instituições e/ou empresas envolvidas para discutir coletivamente possíveis soluções para eliminar tais dificuldades? Como acontecia? Onde acontecia? 3. Como foi o processo para se resolver os problemas compartilhados pelo grupo?	Recortes jornalísticos vinculados na empresa local; revistas institucionais e dados coletados na entrevista
	3. Comparar os programas de desenvolvimento tecnológico realizados à luz das lógicas institucionais;	1. Quais os elementos facilitadores e dificultadores você acredita que estiveram presentes nesse projeto? 2. Qual era o contexto político local e regional da época?	Recortes jornalísticos vinculados na empresa local; revistas institucionais; dados coletados na entrevista; livros; artigos e periódicos sobre Teoria Institucional.
	4. Elaborar um modelo de implementação de programas de desenvolvimento tecnológico.	1. Todas as questões do bloco 1 de perguntas, correspondentes à caracterização dos entrevistados e as questões referentes ao bloco 2 dois, relacionadas ao objeto de pesquisa.	Recortes jornalísticos vinculados na empresa local; revistas institucionais; dados coletados na entrevista; livros; artigos e periódicos sobre a Teoria Institucional.

Fonte: a própria autora (2020).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 BREVE HISTÓRICO DE LONDRINA

A região norte do Paraná, uma região de terra roxa, muito fértil, teve seu início de colonização nas terras que hoje se localiza a cidade de Cambará, no início do século XX, mais precisamente em 1904, por homens advindos de Minas Gerais e São Paulo para trabalharem em empresas privadas de colonização.

Segundo os registros da época, disponíveis no site oficial de Londrina, foi, a partir de 1922 que o governo estadual começou a ceder pedaços de terras para essas empresas, iniciando assim a história da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em 1924, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltd., que deu grande impulso ao processo desenvolvimentista da área (AMÂNCIO VIEIRA *et al.*, 2005). Assim, em 21 de agosto de 1929, com a chegada da primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local conhecido como Patrimônio Três Bocas, surgiria Londrina.

O nome da cidade é uma alusão e uma homenagem as “filhas de Londres”, e foi feita pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. A criação do município ocorreu cinco anos mais tarde, através de Decreto Estadual assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934 (PREFEITURA DE LONDRINA, 2019).

Outro fato muito importante, de acordo com Amâncio Vieira (2005), além da divisão dos terrenos em lotes relativamente pequenos aos colonos realizada pela CTNP ocorrida neste período, foi a reforma agrária promovida pelos ingleses, sem interferência do Estado no norte do Paraná, que proporcionou aos operários sem posses, a chance de adquirirem pequenos lotes, uma vez que as formas de pagamento eram adequadas às condições de cada comprador.

Este sistema estimulou a concentração da produção – principalmente cafeeira, a explosão demográfica, a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento de classes médias rurais no município. O projeto de colonização, além disto, trouxe outras inovações, como a propaganda em larga escala, transporte gratuito para os colonos, posse das terras em quatro anos, alguma assistência técnica e financeira, levantamento de toda a área e até o mapeamento do solo em algumas zonas (PREFEITURA DE LONDRINA, 2019).

A primeira década após a fundação foi uma fase de desenvolvimento

comercial, quando muitas empresas paulistas do setor alimentício, armarinhos e atacadistas se instalaram na região. Desse modo, o setor industrial limitava-se a trabalhar com máquinas de café e cereais, mantendo a dependência em relação a outros centros urbanos com maior grau de industrialização.

Na década de 40, as principais realizações referiam-se à implantação de galerias pluviais, construção de escolas e elaboração do plano urbanístico. Já nos anos 50, devido à expansão urbana como consequência da produção cafeeira no norte do Paraná, em especial na cidade de Londrina, a cidade emergiu no cenário nacional como importante cidade do interior do Brasil. Nesta década a população passou de 20.000 habitantes para 75.000, sendo que quase metade se encontrava na área rural. Nos anos 60, surgiram os primeiros conjuntos habitacionais edificadas pela COHAB para atender a população de baixa renda, principalmente associada à migração de boias-frias do meio rural para o meio urbano, provocando assim a forte expansão da periferia de Londrina (PREFEITURA DE LONDRINA, 2019).

O desenvolvimento econômico da cidade entre 1934, data da criação da cidade, até metade da década de 1970, foi basicamente por meio da agricultura já que a cultura cafeeira, durante este período, era a principal atividade agrícola da cidade, tanto que graças à cafeicultura a cidade foi considerada a "Capital Mundial do Café", commodities esta que fez com que, nas primeiras décadas da cidade, tudo acontecesse em torno do "ouro verde".

Entrevistado P2-E: Essa questão de desenvolvimento tecnológico de londrina e região, antes mesmo do PDI já existiam outros estudos, então, isso era um assunto recorrente, e depois com o PDI houve uma serie de profissionais e empresários que tinham uma série de visão da impotência a inovação tecnológica, e até políticos, principalmente o Tadeu Felismino que, na época era vereador, fizeram várias solicitações junto ao governo do Paraná para levar adiante um programa estruturante voltado para o desenvolvimento industrial e inovação tecnológica. E depois de tudo isso. o PDI foi concluído, e por questões políticas até onde eu sei, as ações não foram levadas adiante. Mas com a chegada do Jaime Lerner e do Ramiro Wahrhaftig a elite pensante da região viu a oportunidade de retomar esse projeto de desenvolvimento tecnológico da região. Então, no meu entendimento essa visão trazida também pelo Ramiro Wahrhaftig do Canadá faz com que essa ideia do Londrina tecnopolis emergisse para suprir a necessidade do Paraná em se criar ações de estruturação de um polo tecnológico.

Em franco desenvolvimento, em 1970, Londrina já contava com 230.000 habitantes e uma produção agrícola voltada para o mercado externo, mas com as sucessivas geadas ocorridas em meados da década 70 que dizimaram o plantio do café em toda a região norte do Paraná, a cultura cafeeira precisou se refazer

exigindo uma reestruturação econômica da cidade (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

Por extensão de décadas, devido à concorrência internacional e às sucessivas geadas em 1962, 1966 e 1969, os preços do café começam a cair e dá-se início à diversificação de culturas na região. Esse período de geadas e enfraquecimento da agricultura cafeeira da cidade de Londrina também podem ser constatados nas narrativas do entrevistado P2-C:

Entrevistado P2-C: Na década de 70, com a geada, o café que era a base econômica de Londrina desapareceu, e Londrina ficou um bom tempo sem rumo. Nesse período teve uns estudos chamados Rumos do Norte para identificar qual o rumo de Londrina. Ou seja, a busca por alternativas de Londrina levou a novas iniciativas em termos de desenvolvimento Industrial.

Aos poucos, a cafeicultura foi sendo substituída por novas atividades agropecuárias e industriais no decorrer da década de 60. Nessa época, a supremacia do café terminava e o Brasil perdia 226.000 empregos rurais, que não foram absorvidos pela pecuária e pelas culturas de soja, trigo e milho já mecanizadas. Isto representou, para o Estado do Paraná, uma grande transformação não somente produtiva e conseqüentemente econômica, mas também social, o que ocasionaram grandes fluxos migratórios do campo para a cidade. Essas informações vão ao encontro dos dados coletados em entrevista, com personalidades importantes que constituíram os projetos de desenvolvimento tecnológico da região:

Entrevistado P2-C: Na virada dos anos 70 para 80, eu, por um breve período, trabalhei como assessor parlamentar de um deputado federal que era o Álvaro Dias, na época. E quando saiu o censo de 1980, referente aos anos 70, ele trouxe uma radiografia, da grande desestruturação da região. Na época eu me sentei com uma professora da UEL, de Geociências, a Yoshiya Nakagáwara Ferreira, sentamos e analisamos os dados do censo, e vimos que a região norte do Paraná, com o fim da cafeicultura, perdeu aproximadamente 100 mil pequenos propriedades, que foram absorvidas. Houve um êxodo rural tremendo, esvaziamento do campo, e isso causou um grande impacto.

Londrina apresentava um desenvolvimento industrial modesto, na década de 70, e passou por uma grande transformação com o fim da cafeicultura em 1975.

Entrevistado P2-C: Então, aquela cidade que nasceu nos anos 30, e que de 1934 partiu de 3 mil habitantes para 30 mil em 1940, sendo que toda a expectativa do projeto da companhia pra Londrina era que ela, no auge, teria 30 mil habitantes. E ela alcançou os 30 mil em sete anos. E isso com a chegada da ferrovia e com o grande sucesso que foi aquele projeto de colonização, que foi, pela primeira vez na história do Brasil, um projeto privado que permitia a pequenos agricultores, e imigrantes, comprarem terra de alta qualidade, barato, em condições facilitadas, e com acesso a toda infraestrutura.

Paralelamente, nessa mesma época, amplia-se a verticalização do centro da cidade e cresce o adensamento da população de renda média e alta. Londrina contava com uma elite ativa nesse período da história, e parte do capital acumulado pela cultura do café foi direcionada à promoção do desenvolvimento local, iniciando assim, mudanças na situação da região de Londrina, relacionada à pesquisa científica (AMÂNCIO VIEIRA *et al.*, 2005).

Iniciativas diversas impulsionaram a cidade, a empresa de Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina – SERCOMTEL teve sua aprovação em outubro de 1964 por meio do decreto de Lei nº 934, mas oficialmente, sua inauguração ocorreu apenas 4 anos mais tarde, em 6 de julho de 1968. Em 1968 foi também discutida a criação de um instituto ligado à pesquisa na área agrária, e como resultado das discussões, criou-se o IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná, que a partir de 1975 consolidou toda a atividade de pesquisa vegetal, animal e de meio ambiente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná e passou a operar as redes de estações experimentais e de agrometeorologia, abrangendo praticamente todas as regiões do Paraná (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

De acordo com os registros históricos da região, em 6 de novembro de 1969, foi assinada a Lei Estadual nº 6.034 que autorizava a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), de Maringá (UEM) e de Ponta Grossa (UEPG). A criação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 1971, foi um fator importante para o desenvolvimento da cidade. Sua implantação aqueceu o mercado imobiliário para abrigar estudantes de fora. A implantação do Campus no sudoeste da cidade também provocou uma grande expansão urbana (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2016).

A Universidade Estadual de Londrina teve seu reconhecimento pelo Ministério da Educação – MEC, em 7 de outubro de 1971, e iniciou suas atividades com um total de 13 cursos de graduação: História, Geografia, Letras, Pedagogia, Ciências, Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia e Bioquímica, Ciências Biomédicas, Ciências Econômicas e Administração. Mas somente em 1987 foi implantado o ensino gratuito no nível de graduação, sendo transformada em Autarquia pela Lei Estadual 9.663 de 16/07/91 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA 2010).

Ainda na década de 70, mais precisamente em 1975, a Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) instala em Londrina uma sede própria no distrito Warta, o Centro Nacional de Pesquisa de Soja, atual EMBRAPA/Soja, onde atualmente mantém sua sede. Em resumo, em um espaço de tempo pouco superior a uma década, foram criadas as três principais instituições do sistema de ciência e tecnologia da região (UEL, IAPAR e EMBRAPA/Soja).

Mas, além da criação dessas instituições, foram instaladas outras organizações importantes na estruturação do sistema, como empresas na área de TI (Tecnologia da Informação), Institutos de pesquisa na área de agronegócio, universidade e ensino médio técnico.

Contudo, nada superou a dependência da cidade e região da monocultura do café e o cenário econômico da época continuava o desolador após a Geada Negra de 1975. Portanto, várias foram as ações, movimentos e estudos realizados, principalmente a partir de 1989 até o amadurecimento cultural, que proporcionou a estruturação de um Ecosistema de Inovação em 2017, no que esperamos ser o resultado de um processo de articulação em prol do desenvolvimento local (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020). Portanto, será a partir deste contexto que nossa discussão será iniciada.

4.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

Para se compreender o cenário atual, com relação à estruturação de seu Ecosistema de inovação de Londrina, é essencial apreender, em síntese, um pouco sobre os projetos que compõem essa análise, bem como compreender como foi o início do processo. Isso porque, ao longo de duas décadas, vários movimentos foram realizados nesse sentido até a estruturação de um Ecosistema de Inovação como nos dias atuais.

Uma das primeiras iniciativas deu origem ao movimento “Rumos do Norte” que tinha por objetivo mobilizar as lideranças da região para discutir o futuro do Norte do Paraná. Nos anos seguintes, surge também a “Proposta de Industrialização para Londrina e região baseada no desenvolvimento de um Polo Tecnológico”, com objetivo de discutir o que fazer a partir das experiências de outras cidades, diminuindo assim o caráter endógeno da discussão e a criação de uma associação articuladora (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

Entrevistado P2- B: Eu era professor, na área de comunicação, e aí eu

assumi a pró-reitoria de extensão. Nessa época, o professor Ivan Dias, em função desse debate, que foi promovido pelo Rumos do Norte, começou a escrever alguns artigos, alguns textos, chamando atenção para modelos de desenvolvimento regional que estavam acontecendo nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. Então falava das tecnópolis na Europa falava dos grandes polos tecnológicos nos Estados Unidos e no Japão, dizendo que Londrina poderia ter potencialidade nessa área. A gente já tinha uma percepção que Londrina tinha perdido a viagem para um ciclo industrial tradicional, por questões várias que não vêm ao caso, até por escolhas políticas, não é? A cidade tinha meio que passado daquele momento e de repente, a gente começou a ver que a indústria do conhecimento, uma indústria baseada em inovação, uma indústria limpa, poderia ser um jeito de compensar aquela perda.

Embora as articulações anteriores tenham sido importantes, nenhuma delas se propôs a realizar um estudo socioeconômico de Londrina. Assim, para preencher essa lacuna, surge o PDI – Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina, em 1994, com objetivo de “determinar as ações estratégicas que viabilizarão a promoção do desenvolvimento industrial de Londrina, seja pela potencialização da base industrial existente ou pela atração de novos investimentos e iniciativas empresariais” (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020, p. 114).

Ainda na década de 90, foi elaborado também o Projeto Londrina Tecnópolis – Diretrizes de planejamento para o desenvolvimento tecnopolitano da região de Londrina. O foco do estudo era transformar Londrina em uma cidade com um parque industrial sustentado na inovação tecnológica com a articulação dos setores privados, poder público e entidades de ensino e pesquisa da região. Contudo, o Projeto Londrina Tecnópolis não alçou voo por motivos de ordem política e porque outro movimento com objetivos similares estava sendo desenvolvido (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

Em 2005, foi criado o Fórum Desenvolve Londrina, pautado nas discussões de cenários (fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças) do município de Londrina, no qual definiu-se que, além da visão, objetivo e papel, o Fórum faria o acompanhamento dos indicadores do município de Londrina e realizaria estudos relativos a estes indicadores. Assim, todo os anos, desde 2006, o Manual de Indicadores de Desenvolvimento é publicado e apresentado à comunidade londrinense, em evento especialmente realizado para tal, os principais indicadores que permitem avaliar o desenvolvimento com o objetivo de estimular a participação da população do município na discussão e solução dos problemas de sua comunidade (FÓRUM DESENVOLVE LONDRINA, 2020).

Contudo, em meados de 2017, sentiu-se a necessidade de dar maior

organicidade ao trabalho e o Fórum procurou a Fundação CERTI — sediada em Florianópolis para fazer um estudo socioeconômico de Londrina. Este abrangeu quatro municípios que compõem a região de Londrina: Cambé, Ibiporã, Londrina e Rolândia. Por fim, o projeto Ecossistema de Inovação teve como objetivo principal, apoiar a elaboração do planejamento do ecossistema de inovação de Londrina, aplicando metodologias e ferramentas desenvolvidas pela instituição para apoiar a estruturação de habitats de inovação. O relatório apresenta quatro setores estratégicos com potencial para alavancar o desenvolvimento local por meio da inovação.

Sendo assim, a partir dos critérios já mencionados, como: a existência de projeto formalmente constituído, contemplam-se estudos socioambientais e por fim, se houve a implementação, durante o recorte de tempo analisado, dos projetos Plano de Desenvolvimento de Londrina – PDI; Londrina Tecnópolis e Ecossistema de Inovação foram selecionados para compor a base de dados dessa pesquisa.

Para tanto, nossa análise será segregada por projetos, a partir das pesquisas realizadas em fontes secundárias, sites, revistas e livros e após realização das entrevistas e as posteriores transcrições, as perguntas foram subdivididas e categorizadas, dando origem a 5 categorias: (1) habitualização, (2) institucionalização, (3) isomorfismo, (4) lógica institucional, e (5) agência e capacidade inovativa. Tal ordem foi seguida nos tópicos da análise.

A primeira categoria engloba questionamentos a fim de identificar os conhecimentos relativos aos projetos de desenvolvimento tecnológico ocorridos na região e como se deu a participação de cada entrevistado por meio de indagações como: Você conhece os programas de desenvolvimento tecnológico regional realizados em Londrina nos últimos 30 anos? Quais? Em quais programas de desenvolvimento tecnológico regional você participou? Como se deu sua participação?

Posteriormente foi analisado o processo de Institucionalização, ancorados nos conceitos de Scott (1987, p. 492) que define Institucionalização como um “processo de inculcar valores,” moldado em reação às influências e pressões do ambiente externo. Para essa categoria, foram realizados os seguintes questionamentos: Com relação ao processo de institucionalização, você diria que o programa teve o apoio na continuidade? Existia, no período de desenvolvimento e

institucionalização do projeto alguma dificuldade observada pela comunidade em relação ao desenvolvimento tecnológico da região?

A terceira categoria faz menção aos problemas identificados buscando entender a forma como reconheciam e lidavam com os problemas compartilhados pelo grupo, partindo do conceito de Isomorfismo que, segundo Lima, (2016) expõe que as características organizacionais são modificadas na direção de uma compatibilidade cada vez maior com características do ambiente, portanto, trata-se da resposta às pressões do ambiente institucional e são motivados por atos governamentais, incertezas, profissionalização e outros aspectos cognitivos e culturais. Para esta categoria foram realizados os seguintes questionamentos: Como foi o processo de identificação do problema? Como foi o processo de comunicação do problema? Havia reunião entre as pessoas, instituições e/ou empresas envolvidas para discutir coletivamente possíveis soluções para eliminar tais dificuldades? Como acontecia? Onde acontecia?

Seguido as análises, a próxima categoria anseia descobrir as lógicas institucionais que permearam os projetos por meio de questionamentos como: O programa contou com alguma ajuda financeira ou incentivo de programas governamentais? Quais foram os resultados? A estrutura se mantém até os dias de hoje? Em caso negativo da pergunta anterior, quais os principais motivos para a desinstitucionalização?

Por fim, objetivou-se também a identificação dos *champions* de cada projeto a partir da perspectiva de Tolbert e Zucker (1998) que envolve o desenvolvimento de um grau de consenso social entre os decisores da organização a respeito do valor da estrutura e a crescente adoção pelas organizações com vista a apontar seu “poder de agência, isto é, a capacidade de reinterpretar e mobilizar uma série de recursos” (SEWELL, 1992, p. 20). Assim, para esta categoria, foram realizadas as seguintes perguntas: Como foi o processo para se resolver os problemas compartilhados pelo grupo? Quais práticas organizacionais de outras instituições ou programas anteriores que serviram como referência de atuação? Quais práticas organizacionais de outras instituições ou programas anteriores que serviram como referência de atuação? Quais os elementos facilitadores e dificultadores você acredita que estiveram presentes nesse projeto? Qual era o contexto político local e regional da época? Qual a sua percepção com relação à capacidade das pessoas envolvidas

nos programas em transformar as relações sociais em algum grau?

Dessa forma, a primeira análise realizada, a seguir, fundamenta-se no Plano de Desenvolvimento Local, o PDI, por ser o primeiro programa de desenvolvimento tecnológico da região a apresentar um estudo socioeconômico.

4.2.1 Plano de Desenvolvimento Industrial – PDI (1994 - 1997)

Londrina foi considerada por muito tempo como uma cidade voltada ao *agrobusiness* e à prestação de serviços, e após identificação dos muitos ativos da região destacados no Relatório Final do PDI e informações concedidas por pessoas que estiveram à frente do projeto, tanto a participação do empresário londrinense do Grupo Marajó como a participação do executivo do Grupo Ipiranga em Porto Alegre, foram essenciais para definir um plano estratégico de industrialização para Londrina. Isto porque, com base nas experiências compartilhadas, sobre como se promoveu a reestruturação das referidas empresas, propôs-se usar um procedimento semelhante no que tange ao desenvolvimento da cidade para a reestruturação de Londrina.

O fato de Londrina ser considerada uma cidade média com cerca de 450.000 habitantes; Atividades voltadas à saúde e à prestação de serviços; principais indústrias existentes: têxtil e alimentos; a existência do SERCOMTEL; o papel exercido pela CODEL; possuir uma boa qualidade de vida; o fato da infraestrutura oferecida também ser muito boa, tendo como pontos de destaque a existência de Shoppings; o estádio do café; o autódromo internacional de Londrina; a Universidade Estadual de Londrina - UEL; a EMBRAPA (CNPSo) e IAPAR (ANDERSEN CONSULTING, 1997).

Assim, realizou-se contato com o então prefeito Eduardo Cheida, que iniciou seu mandato no início de 1993 para apresentar a proposta de implementação do PDI na cidade de Londrina. Não apenas o prefeito como também outras pessoas e entidades foram envolvidas logo na sequência, como a CODEL sendo representada pelo senhor Abílio Medeiros, o SERCOMTEL na figura do senhor Assad Janani, que na época também assumia o cargo de vice-prefeito, o senhor Alex Canziani que compunha a Câmara Municipal, o senhor Farage Khoury, representando a ACIL e por fim, o Senhor João Milanez como representante da ADETEC. A elaboração do PDI ocorreu durante os anos de 1995 e 1996, com cerca de 10 pessoas, formando assim um Comitê gestor que se reuniam semanalmente. Luiz César Guedes, da Embrapa, que viria ainda mais à frente se tornar presidente da ADETEC, também foi convidado para participar da equipe técnica (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

Após levantamento e estudo, foi constituído um grupo de trabalho

para obtenção de um consenso sobre o diagnóstico da cidade em termos de sua capacidade para o desenvolvimento industrial. Os seguintes pontos foram alcançados: entendimento dos fatores positivos da cidade que podem ser utilizados para atração de indústrias; entendimento dos fatores negativos da cidade que merecem atenção no sentido de melhor contribuir para com o Plano de Industrialização e Identificação de pontos críticos a abordar (PDI-97). Cabe ressaltar que todos os participantes estavam inseridos em associações, sindicatos, conselhos etc., sempre com papel de destaque e liderança promovendo eventos que buscavam conscientizar a população local acerca da importância do desenvolvimento tecnológico.

Entrevistado P1-D: Eu acho que um dos elementos centrais que facilitaram e facilitam esse tipo de discussão, a quantia de instituições de inovação que tem em Londrina, então tem Embrapa, IAPAR, UEL, e agora uma série de outras universidades, UNOPAR que tem uma capacidade de fazer estudos, reflexões e promover um debate e tal, mas ao mesmo tempo, esse ativo que a gente tem também são entraves para você construir esses consensos e buscar pelo menos definição de prioridade, então eu diria que em algum momento, nós tivemos um espaço político no município que permitiu a gente fazer esse debate [...] uma crítica que eu faria também que dificulta, e dificultou, mas recentemente a UEL tem se engajado na gestão municipal com participação mais ativa, mas historicamente a UEL esteve muito distante dos processos de desenvolvimento local e regional, dá pra fazer uma discussão larga disso, dizer se a culpa é da UEL ou se a culpa é das entidades locais, é difícil mas tem culpa dos dois lados, a UEL teria uma contribuição imensa a dar, no sentido de dar estudos, acompanhamentos, proposições, projetos desenvolvidos em plataformas múltiplas, mas isso aconteceu muito vagamente e ao longo do tempo.

Para o processo de desenvolvimento do PDI, abriu-se um edital, no qual licitava empresas de consultoria internacionais com proposta de reestruturação da cidade. A vencedora do certame foi a empresa Andersen Consulting e a contratação ocorreu pela Prefeitura Municipal e pela ACIL em 1994. A empresa de consultoria Andersen Consulting contava com uma equipe de 5 consultores, gerenciados por um consultor de Bilbao (Espanha) e supervisionado por outro de Barcelona (Espanha).

Apropriando-se da teoria das lógicas institucionais, acerca dos estudos das organizações, observamos que a primeira fase do PDI corresponde à fase de habitualização, na qual a organização adota uma nova estrutura em resposta a problemas organizacionais específicos e neste caso específico, tratamos sobre as transformações do setor agrícola para o industrial. Em um segundo momento, percebe-se que houve a objetificação por envolver um grau de consenso social entre os empresários londrinenses, isto é, através da atuação dos *champions* de cada projeto e da capacidade de reinterpretar e mobilizar recursos.

Entrevistado P1-A: Bom, eu fui presidente da ACIL, Associação Comercial e Industrial de Londrina, onde eu fui diretor-secretário, vice-presidente e presidente. E, na minha gestão, a bandeira era exatamente a industrialização de Londrina. Aí, então, em 1995, um grupo de empresários decidiu formar um grupo para contribuir para o desenvolvimento industrial de Londrina. E a primeira pessoa que eles chamaram foi eu exatamente por causa da minha bandeira de industrialização. E aí participamos do PDI, que foi um exemplo de sucesso, que foi o Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina, e eu participei desde a primeira reunião preliminar com cinco pessoas até a execução dos últimos dois anos como diretor executivo.

Entrevistado 2 P1-B: Sempre tive papel de destaque e de certa liderança. Sempre fui muito curioso e preocupado com Londrina, eu não nasci aqui, nasci em Guarulhos, mas sou cidadão honorário, recebi isso por alguns trabalhos que fiz, dentre eles o PDI que liderei. Também trabalhei em um outro projeto que foi o projeto de modernização da gestão pública, foi um trabalho feito em Londrina que reuniu toda a comunidade pensante da cidade, personalidade civil interagindo com o poder público, e naquela época do PDI, Londrina estava passando por uma crise de autoestima muito grande.

Também se observou através dessas participações que houve um despertar muito grande sobre a importância do ensino, da pesquisa, da experimentação e extensão, pois todos os participantes, além de possuírem formação acadêmica, estavam relacionados às atividades realizadas no período de desenvolvimento e implementação do programa.

Como principal objetivo, o PDI buscava “Determinar as ações estratégicas que viabilizariam a promoção do Desenvolvimento Industrial de Londrina, tanto pela potencialização da base industrial existente como também pela atração de novos investimentos e iniciativas empresariais”. Para o alcance dos objetivos propostos, foi preciso obter resposta a alguns questionamentos considerados essenciais para direcionar os rumos em que os estudos tomariam: Quais as indústrias mais atrativas e adequadas a Londrina? Qual a situação da indústria local e quais as ações para o seu fortalecimento? Que processos utilizar para a atração de indústrias? Qual é a situação atual de Londrina e quais as ações de melhoria recomendadas? Quais os mecanismos que viabilizarão o processo? (ANDERSEN CONSULTING, 1997).

A partir da resposta a estas questões, elaborou-se o Modelo de Desenvolvimento Industrial (MDI) que correspondia a 26 setores industriais a serem analisados considerando dois fatores principais: o primeiro correspondia à Atratividade e o segundo à Adequação da Oferta Urbana. A metodologia de análise utilizada era caracterizada por “notas” Alta, Média e Baixa.

Para a Análise de Atratividade foram estabelecidos nove critérios:

Estrutura do Setor e Perspectivas de Crescimento; Valor agregado; Nível de Geração de Empregos; Complementaridade com a Base Industrial Existente; Possibilidade de Substituição às Importações; Prestígio para a Cidade; Dinamismo no Comércio Exterior; Elemento Coadjuvante na Estruturação Sócio – Econômica; e Conteúdo Tecnológico. A Oferta Urbana basicamente, está associada à capacidade da cidade em oferecer os requisitos necessários aos setores em análise e os critérios considerados para análise referem-se a: Mercado de Trabalho; Acesso a Clientes e Fornecedores; Infraestrutura e Serviços Produtivos; Comunicações; e Transporte (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

Neste contexto, os setores de fármaco-químico, de alimentos e a eletroeletrônica foram identificados como as áreas mais promissoras da cidade. A fármaco-químico abrangia não apenas produtos farmacêuticos, como também de higiene & limpeza; o setor de alimentos compreendia biscoitos, grãos e alimentos nobres; e o setor de eletroeletrônica correspondia a eletrodomésticos, equipamentos médico-hospitalares e telecomunicações.

Assim, a partir da identificação de tais setores, algumas premissas estratégicas precisariam ser também analisadas: Qual fator privilegiar, atratividade ou adequação da oferta urbana? Os esforços deveriam ser direcionados com foco ou pela diversificação dos setores? Qual deverá ser o investimento para se alcançar o desejado? E qual o porte das empresas que se busca atrair? (ANDERSEN CONSULTING, 1997).

Com resposta a todas essas indagações as ações sugeridas para melhoria da oferta urbana foram: fortalecimento dos setores existentes, criação de imagem, atração de investimentos e a criação de uma Agência Local de Desenvolvimento. Para tanto, contratou-se o entrevistado P1-A, que era membro da Adetec à época, viabilizando a vinda das empresas Atlas, Dixie Toga e outras tantas grandes empresas para a cidade. No ano seguinte, em 1997, criou-se um Comitê e uma Comissão Executiva, pelo então novo prefeito Antônio Belinatti, eleito para o período 1997 a 2000. Entretanto, o Comitê foi dissolvido em 1999 em razão a alguns problemas políticos, ocasionando a cassação do prefeito Belinatti (ANDERSEN CONSULTING, 1997).

Fundamentados na literatura e nas entrevistas com um conjunto de atores e entidades de diversos segmentos que estavam inseridos no projeto durante

seu período de implementação, evidencia-se que juntos produziram e reproduzem fundamentos da vida social por meio de poderosas forças externas que ajudam a determinar como tornar suas experiências significativas no processo de institucionalização do projeto conforme explicitado nos fragmentos a seguir.

Entrevistado P1-A: No planejamento e execução do PDI, eu já disse que mais de 120 pessoas participaram ativamente, representando entidades de quase todos os segmentos produtivos da cidade. E, na execução do PDI, em 97, 98, que fui diretor executivo, conseguimos trazer essas indústrias todas, tinha um conselho de cidadãos, e depois o comitê executivo. Eu fazia parte do comitê executivo. E ali havia mais de cinquenta pessoas, das mais proeminentes de Londrina, participando. Então a participação foi bastante grande. E nessa da melhoria da gestão da prefeitura, nós também formamos um movimento chamado Movimento Londrina Competitiva, porque, para esse trabalho, nós contamos com apoio do movimento Brasil Competitivo, que tinha feito esse trabalho com os governos dos estados de Minas, Pernambuco e outros.

Entrevistado P1-B: Nossa, foi total, até hoje é falado tudo que foi feito quando ele foi institucionalizado, que época, o prefeito fez um decreto e criou um grupo executivo, eu era o presidente, então nós trabalhamos nisso durante uns dois anos para ele ficar pronto, quantas reuniões noturnas, idas a São Paulo na Andersen Consulting, eu pegava meu avião particular, porque também sou piloto e ia pra lá, ficava até meia noite ia pro hotel, dormia, pegava as minhas coisas e voltava pra cá no dia seguinte.

Entrevistado P1-C: É, eu acho que de alguns setores sim, talvez não tenha tido o apoio pleno, total, porque existe o visionário e aquele que tem um pouco de desconfiança, além da questão do financiamento, porque essas ações são caras, elas precisam ser financiadas. Muitas vezes é preciso ter um aporte do investimento privado e Londrina não tem, e não tinha maturidade para isso. Não sei hoje qual é o grau de maturidade, acho que talvez seja um pouco melhor, porque os empresários começaram a sofrer as consequências, da falta de projetos, de desenvolvimento local e regional.

Para se compreender o processo de institucionalização, faz-se necessário compreender que se trata de “ações habituais, tomadas por atores específicos que compartilham significados ligados a determinado tipo de comportamentos” (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 204), de modo que se tornam habituais. Os fragmentos demonstram que tais ações foram legitimadas, uma vez que os atores assumiram a responsabilidade de tornarem acessíveis a informação e conhecimentos a partir da relação com o outro. Nesse estágio ocorre, também, a normalização das novas estruturas em políticas e procedimentos da organização, ou um conjunto de organizações que encontrem problemas iguais ou semelhantes. Esses processos resultam em estruturas que podem ser classificadas como um estágio de pré-institucionalização

Isso porque as ações de determinada entidade ou agentes construídas socialmente se tornaram desejáveis e apropriadas dentro de um sistema

de normas, valores e crenças, podendo assim ser constatado em narrativas como “Os líderes locais e regionais, tendo como exemplo o Tadeu, que tinha uma visão futurista, daquilo que ele acreditava que seria muito bom pra Londrina, e ele levou junto importantes personagens”. Portanto, cabe aqui afirmar que, ao mesmo tempo que o homem constrói e molda a sociedade, ele é por ela influenciado e constrói a interpretação que o indivíduo faz da sua realidade.

DiMaggio e Powell (1983) expõem que os efeitos da cognição são vistos principalmente por meio do isomorfismo mimético, concentrando-se no comportamento irracional em resposta à racionalização cultural. Isto é, trata-se da resposta às pressões do ambiente institucional e são motivados por atos governamentais, incertezas, profissionalização e outros aspectos cognitivos e culturais (LIMA, 2016). Neste sentido, na perspectiva de campo organizacional deve considerar os processos de isomorfismo mimético, coercitivo e normativo, onde várias instituições e organizações interagem trocando recursos e informações, impactando diretamente nas características organizacionais que se modificam para atingir uma compatibilidade cada vez maior com características do ambiente.

Entrevistado P1-A: Havia reuniões técnicas com o núcleo de pessoas envolvidas no projeto, que eram, vamos dizer assim, as cabeças pensantes. Essas reuniões aconteciam, na maioria das vezes, na ADETEC, mas por vezes, também tivemos reuniões em algumas entidades ou instituições envolvidas.

Entrevistado P1-B: Criamos um movimento de grande discussão, fizemos vários seminários, fizemos publicações, mas enfim, infelizmente esse movimento levantou a discussão, houve repercussão, mas, no contexto da câmara municipal, acabou entrando em questões políticas... e sempre que se entra nessa questão cria divisão, cria conflito, cria dificuldade, e... enfim, não conseguimos ir adiante. As reuniões aconteciam dentro da Marajó ou onde fosse possível. Às vezes também no Hotel do Lago, a gente realizava onde havia disponibilidade ou de acordo com o tipo de expertise que se precisava acrescentar, né?

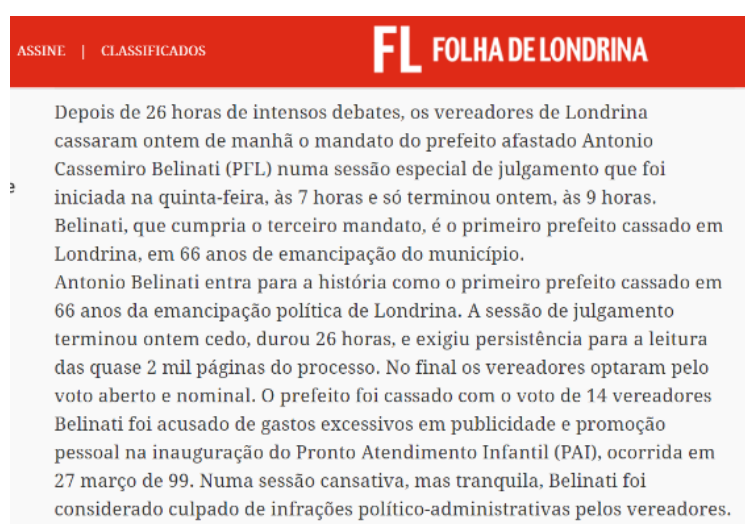
Entrevistado P1-C: Sempre havia reuniões entre a “elite” para se discutir o futuro de Londrina, mas nunca houve de fato envolvimento com todas as camadas da sociedade. Essas reuniões eram sempre nas instituições envolvidas de acordo com os interesses e disponibilidade dos envolvidos.

Entrevistado P1-D: Então, havia reuniões frequentes, mas, determinadas dificuldades e ou problemas estavam acima do nosso poder de resolução, principalmente problemas de ordem políticas.

Considerando esses aspectos, a trajetória do Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina foi marcada por reflexões sobre o planejamento estratégico para o desenvolvimento industrial da cidade com sugestões

para a formulação de uma política de desenvolvimento industrial. Entretanto, durante o período de desenvolvimento e implementação do projeto, nem tudo aconteceu como planejado para o sucesso do PDI. Elementos críticos como cultura, falta de comprometimento e suporte da comunidade geral, ausência do apoio público em todos os seus órgãos de representação, fontes escassas de recursos para garantir a sustentação dos projetos e desafios do calendário político de 1996 foram dificultadores na perenidade do projeto, todavia, conforme mencionado por todos os entrevistados o cenário político foi o grande desmotivador, levando-o à desistencialização, conforme pode ser observado na reportagem da Folha de Londrina de 22 de junho de 2000 em que Belinatti é cassado pelos vereadores (Figura 3).

Figura 3 – Reportagem Folha



Fonte: Folha de Londrina (2000a).

Anos mais tarde, já em 2003, foram feitas tentativas de resgatar o PDI em 2003, no mandato do prefeito Nedson Micheleti e em 2014, no mandato do prefeito Alexandre Kireef, mas ambas as tentativas não tiveram êxito. Isso porque, segundo entrevista concedida à Folha de Londrina em 2014, pelo senhor Kentaro Tahahara, que atuava como secretário da Comissão Executiva do PDI, o projeto, mesmo não tendo sido institucionalizado como previsto, gerou vários frutos, pois além de propiciar a vinda das empresas já citadas, Atlas, Dixie Toga, também facilitou a vinda da Milênia, resultado da fusão de uma empresa israelense com uma antiga empresa de Londrina, a Herbitécnica (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

Conforme evidenciado por meio dos relatos sobre as experiências empíricas dos entrevistados, e corroborando Meyer e Rowan (2006) os fatores exógenos são capazes de impactar no equilíbrio e na lógica institucional existente.

Entrevistado P1-A: Essa desinstitucionalização que você está falando acontece porque falta continuidade nos trabalhos e tudo. Em outras palavras, como você colocou, falta a institucionalização disso tudo como uma prática recorrente do nosso dia a dia e tal. E aí, mais uma vez, está em cima das lideranças. Pessoas interessadas em participar de um trabalho sério, com propósito, com visão de futuro e tudo, em benefício da população e da comunidade. Nós temos gente interessada, gente inteligente, gente preparada e tal. Então, mais uma vez, a exemplo do que acontece na área política, há uma falta de liderança em todos os setores. No Brasil, na área política, não enxergamos políticos com liderança, com o perfil de um estadista que pode realmente conduzir esse Brasil por um melhor caminho. Infelizmente, cada um puxando a brasa para sua sardinha e tal, uma barbaridade. Mentira daqui mentira de lá, e tudo. E isso não é só na área pública, no governo e tal, mas também na iniciativa privada, nas entidades e tal, acontece isso, né? Então, mais uma vez, é uma questão de liderança. Da ausência de uma melhor liderança em todos os setores e tal. A questão é, como é que vamos resolver isso? Eu não sei.

Entrevistado P1-B: Algumas coisas, mas devido a corrupção na prefeitura, prefeito cassado e tal, todo trabalho foi por água abaixo. Nós estamos vendo, é só ligar a televisão que só tem barbaridade, só tem corrupção, dinheiro na cueca e não sei mais o quê. É uma barbaridade. Enquanto a gente não der uma melhoria na qualidade da gestão pública, então todo o esforço das instituições, das entidades produtivas e tal, acaba não conseguindo alcançar o resultado de que precisamos. Era uma coisa de extrema riqueza que, por questões políticas e questões de má gestão municipal parou... Porque depois de pronto, ele tinha que andar com as próprias pernas, e aí por aquela confusão de cassação etc. se perdeu.

Entrevistado P1-C: Pela nossa cultura imediatista, você tem um projeto que não dá certo antes de dez anos, em razão a magnitude do projeto, porque ele é contínuo, ele é dinâmico, ele passa por fases, e ele vai encontrando o seu caminho, então, as pessoas querem respostas muito rápidas, se passou cinco, não deu resposta, começa a desconfiança, e quando há desconfiança você quebra, as suas relações. Vaiminguando tudo, então as pessoas vão desaparecendo, vão sumindo, daí você precisa delas. Outra questão é se o projeto não consegue se sustentar também, uma pessoa só não consegue sustentar, mas leva para um projeto ter resultados, então a nossa falta de cultura mesmo, para esse tipo de projeto de desenvolvimento de uma cidade.

Entrevistado P1-D: A descontinuidade tem vários fatores, mas certamente quando você tem uma instituição que tem um programa e aloca recurso, enquanto tiver recurso e tal, consegue mobilizar, eu coordenei programa pelo IAPAR, programa de caráter estadual, estudo de cadeias produtivas do agro, eu tinha um recurso e eu consegui com uma miséria, mas eu tinha um recurso suficiente pra mobilizar, eu mobilizei mais de 100 profissionais, dois anos e meio de trabalho, eu consegui publicar dez estudos de cadeias, livros, então assim com relativamente pouco recurso você consegue fazer rodar tranquilamente, determinados programas, projetos e tal, mas acredito que não há convicção das lideranças, diria da cidade, claro que sempre tem as pessoas que estão em posição de liderança, então aqui em Londrina as lideranças estão muito calcadas nas instituições, e muitas vezes quem chega ao cargo dentro de uma instituição de uma organização, não é um líder, ele ocupa uma posição gerencial daquela organização, mas não tem liderança, não tem visão de liderança coisa nenhuma, enquanto que outras pessoas que

eventualmente têm visão de liderança, tem dificuldade de botar suas ideias pra andar, porque não ocupa posição gerencial e às vezes nem gosta de ter posição gerencial, então, essa, dificuldade que nós temos de fazer permear no tecido social e que isso refletiria no tecido empresarial e no tecido político. Nós temos a dificuldade de fazer permear no tecido social as ideias e projetos que mobilizam a sociedade, então a gente tem soluções como essas ideias que já foram no passado lideradas e puxadas por essas entidades, mas longe delas terem conseguido a aderência ampla na sociedade de forma um valor a ser defendido, um projeto de desenvolvimento a ser defendido e que permanecesse no tempo. Ao longo do tempo esses projetos poderiam até mudar naturalmente, mas a gente tem que ter um sentido de direção, que significa isso? Não temos o sentido de direção, o que que Londrina quer ser, daqui a 10, 20, 30 anos? que valores essenciais nós temos enquanto sociedade? Essas perguntas a gente e tem dificuldade de responder, e cada um responde do jeito que acha que tá certo, e nesse sentido então, não que a diversidade de opiniões seja ruim, mas esse sentido de direção nós precisamos ter

Os fragmentos aqui descritos mostram que, durante a década de 90, o processo de desenvolvimento tecnológico regional foi acontecendo sem muito apoio dos governantes locais. Consequentemente, também não chegava ao conhecimento da comunidade local. Após a organização de alguns empresários londrinenses e a identificação de ativos na cidade de Londrina, a sociedade civil organizada passou a reivindicar ações, por parte do Município e Estado, que apoiassem o desenvolvimento tecnológico da região.

Frente a esse contexto, traçou-se um panorama entre o PDI e a Teoria Institucional, identificaram-se as transformações organizacionais, permeadas por mecanismos de controle e sistemas de significado que estabelecem a partir de entendimentos comuns e interpretações convergentes a lógica institucional.

Assim, as lógicas institucionais evidenciadas no plano de desenvolvimento industrial fazem referência a cultura local, que se apresenta como um dificultador para a inovação, isto porque, de acordo com os relatos, o interesse individual se sobressai ao interesse comum, gerando divergências de pensamentos e objetivos. Entretanto, como também mencionado, esse não seria um elemento crítico ocorrido apenas em Londrina, portanto, não deveria ser considerado determinante para o processo de mudança.

Quando se envolvem múltiplos interesses, principalmente se tratando de políticas governamentais, o processo de mudança que geralmente transcende o período de governança gera um desinteresse pelos projetos, dando força ao processo de desistionalização. Isto significa dizer que, de acordo com o maior ou menor grau de interesse quanto a questões relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, há

maior apoio efetivo ou não. Outro problema ocorrido, conforme relatado pelo entrevistado 1, “a exemplo do que acontece na área política, há uma falta de liderança em todos os setores”. Na percepção do entrevistado, faltam pessoas interessadas em participar de um trabalho sério, com propósito, com visão de futuro em benefício da população e da comunidade.

No âmbito organizacional, os conhecimentos de esquemas culturais, neste caso de rituais de interação, implicam na capacidade da agência e do agir criativamente no controle das relações sociais e no âmbito dos seus poderes de transformação. Dessa forma, a próxima categoria visa identificar o poder de agência, dos *champions* de cada projeto, isto é, a capacidade de reinterpretar e mobilizar recursos.

Entrevistado P1-A: Pergunta muito difícil. Mas eu, fundamentalmente, eu sempre acreditei e acredito nas pessoas, não é? Pessoas bem formadas, bem-educadas, bem-intencionadas. Com uma cultura de desenvolvimento, uma cultura de participação, uma consciência social. Porque hoje eu acho que a pessoa tem que ter essa sensibilidade e tal, para com o aspecto social, com o aspecto humano, né? Essa relação a adversidade das pessoas e tudo o mais, que não têm condições de uma atuação convincente e produtiva. Então, eu acho que esse aspecto é da consciência social que você citou aí, né; é muito importante e nunca foi tão debatido como agora, né. Com essa questão de gênero, disso, daquilo e tal. De raça e tudo o mais. Está se discutindo bastante, e eu acho que, exageros à parte, tanto para um lado quanto para o outro, acho que nós vamos nos estabilizar num ponto, assim, muito bom, de respeito às pessoas, respeito às diferenças, às diversidades e tudo o mais. E fazer disso uma força, sob uma liderança bastante autêntica, bastante firme, com propósito, com visão de futuro para conduzir o Brasil por um melhor caminho. Nós temos, tudo. Tudo, tudo, tudo. Só tá faltando é dar uma treinada nesse povo muito mal-acostumado.

Entrevistado P1-B: Diferentemente de todos os projetos que já existiram na época, talvez pela inovação para aquela época, porque antigamente as prefeituras tinham lá uma empresa de desenvolvimento local e ficava lá esperando alguém bater na porta. Nós pensamos diferente, depois de definido quais as empresas, nós queríamos, nós fizemos ao contrário, nós saímos pelo mundo dizendo que Londrina tinha essa infraestrutura urbana para oferecer, e quais seriam as que faltavam, para atrair aquele segmento né [...] As pessoas envolvidas no projeto comigo, cerca de 7 ou 8 pessoas, cada um de nós ficou de conseguir mais 7 ou 8 integrantes e juntamos umas 30 pessoas que se multiplicaram para vender um jantar com uma adesão paga, no planalto, nós fizemos 600 pessoas participarem do evento, uma espécie de leilão para angariar verba para o projeto. Conseguimos naquela noite juntar 2 milhões e quatrocentos mil reais, e aí nasceu esse programa. Mas no fim, aquele Barboza Neto também foi cassado. Então, o problema de Londrina é que teve 30 anos de má gestão, entendeu, isso aí.

Entrevistado P1-D: Esses projetos de Londrina eles são discutidos num nível muito alto de liderança, de entidades com pouquíssima raiz e penetração nas camadas, nos segmentos outros no envolvimento da sociedade, pouco, pelo menos no nível que foi trabalhado, e talvez por isso que eles perderam energia e foram pro caminho que foram, porque o engajamento da sociedade como um todo, foi muito pequena, e isso mostra que as entidades não são

diferentes do que muitas lideranças de Londrina que acreditam que representam a sociedade, e falei isso na imprensa, não representa, porque se representasse estariam envolvidas e os processos não teriam morrido, e longe de terem então esse diálogo com a cidade, eu diria que grande parte dessas lideranças, dessas entidades, não conhece a sociedade de Londrina, no sentido de quem teria poder e capacidade de fazer essa leitura mais plural é a universidade, e nenhuma sociedade que tenha se desenvolvido calcada na tecnologia, na ciência, a universidade está fora, nenhuma, pega esse caso que eu te citei de Pato Branco, Santa Rita, a escola desde o início até chegar nos cursos de mestrado e doutorado, passando por todas estâncias, é uma estrutura que permeia a sociedade em todos os níveis, faz leitura e se engaja. Se você pegar os três cases que eu te falei você vai ver isso faz uma diferença aqui em Londrina imensa, e infelizmente, num período mais recente algumas dessas universidades que vieram aí mais recente tem promovido, porque daí alguém pode falar não veja lá, estão promovendo isso, isso são coisas pontuais mais associadas a marketing do que a processos de mudanças mais profundos, não precisa detalhar muito, é só você colocar a visão aí em cima disso e analisar você vai perceber, tanto que vários processos desses já não existem mais.

Para ser um agente é preciso ser capaz de exercer algum grau de controle sobre as relações sociais em que se está envolvido, que por sua vez implica na capacidade de transformar essas relações sociais em algum grau. Contudo, como demonstrado em alguns trechos do fragmento acima, existem fatores internos e externos que impactam diretamente no poder de agência do *champions* limitando suas ações.

Isto porque as estruturas e os instrumentos humanos que conferem são carregados com diferenças de poder de modo que comumente somos catequisados a aceitar a estrutura formada, inibindo as formas específicas de agência. “A agência surge do controle de recursos, o que significa a capacidade inovativa de reinterpretar ou mobilizar uma série de recursos em termos de outros que constituiu a matriz” (SEWELL, 1992, p. 20), ou seja, envolve um grau de consenso social entre os decisores da organização a respeito do valor da estrutura. Assim, pode-se afirmar que a variabilidade histórica, cultural e pessoal das orientações de agentes e as maneiras pelas quais as pessoas entendem seu próprio relacionamento com o passado, o futuro e o presente fazem a diferença em suas ações.

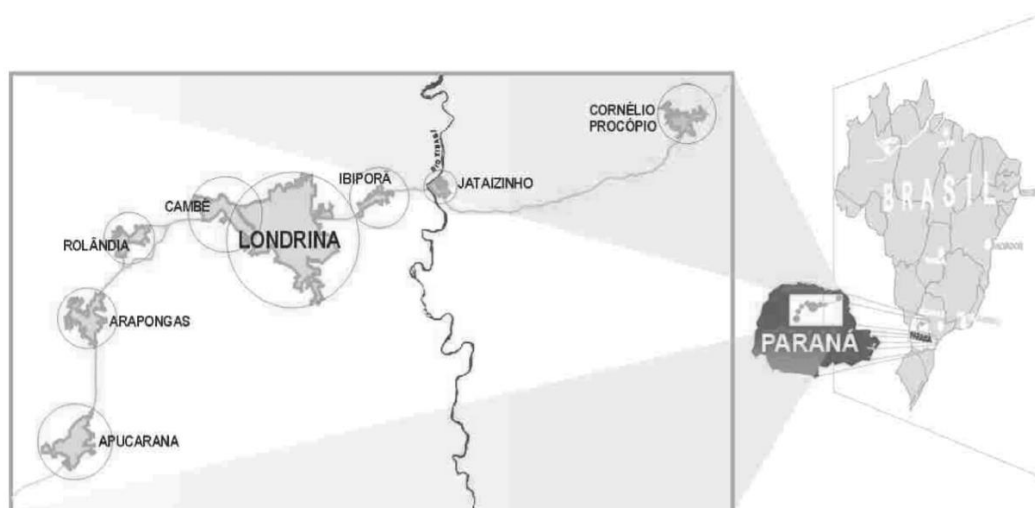
As estruturas são, na verdade, o histórico de pensamentos dos agentes, as intenções são constituídas pelas culturas implicando na capacidade de trabalhar de maneiras criativas e inovadoras (SEWELL, 1992). Portanto, o poder de agência está diretamente relacionado ao contexto social da estrutura, há estruturas em que os agentes têm poder de agência e há estruturas que não, mas todas caminham em direção ao isomorfismo como discutido anteriormente.

4.2.2 Programa Londrina Tecnópolis

O desenvolvimento de todo o Norte do Paraná é fortemente influenciado pela cidade de Londrina, que teve sua rede urbana organizada e dinamizada a partir da década 70, através de um conjunto de mudanças político-econômicas e sociais que promoveram transformações que resultaram no aumento do número de empresas de vários segmentos industriais, centros de P&D, ativos de inovação tecnológica e um expressivo terceiro setor no qual destacam-se principalmente os serviços de educação e de saúde.

Desde então, a concentração de infraestrutura em quantidade faz com que Londrina se destaque na hierarquia paranaense e várias tentativas de aproximar os ofertantes e demandantes de serviços tecnológicos têm sido feitas na região desde 1993, via articulações da Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (ADETEC), com o intuito de criar um ambiente fértil à promoção das inovações tecnológicas e consolidar a região como um polo de inovação tecnológica (RUIZ; UCHOA JR; DINATO, 2002).

Figura 4 – Localização geográfica de Londrina e região



Fonte: Ruiz, Uchoa Jr. e Dinato (2002, p. 26).

Os entrevistados assim descrevem tal fato:

Entrevistado P2 - D: Houve todo um processo desde a criação da ADETEC em 1993, e que passou justamente por uma fase pós declínio do café, onde

Londrina então ficou meio que “no limbo”, no sentido do desenvolvimento, perdendo aquele potencial que havia na economia do café, que acabou com a crise de 1976, em consequência da geadas de 75. E aí então as lideranças estavam procurando qual seria a nossa vocação econômica a partir de então. O que nós vamos nos desenvolver, e é claro que existia ali já todo um substrato, todo um terreno fértil, né? Ou seja, a universidade, a UEL como um ícone de desenvolvimento, de formação, de competências, em determinadas áreas, e a insistência de algumas lideranças, em que se agregassem cursos de engenharias, então, foi uma série de fatores e interesses políticos, interesses econômicos, boas lideranças convergindo ali, e boas cabeças pensantes, que estavam ali, imaginando um futuro para Londrina, um futuro que fosse de desenvolvimento científico tecnológico econômico

Todas essas tentativas culminaram na concepção do projeto Londrina Tecnópolis – Diretrizes de planejamento para o desenvolvimento tecnopolitano da região de Londrina que, de acordo com relatos, foi elaborado em novembro de 1998 por Silas Barros, gerente da Incubadora Industrial de Londrina (INCIL), e Alexandre B. M. de Lima, professor do Departamento de Economia da UEL e colaborador da INCIL (P2- E).

Em linhas gerais, esse projeto tinha como meta a estruturação de um polo de inovação tecnológica no eixo Cornélio Procópio – Apucarana, com vista a consolidar a região de Londrina, até 2010, como um dos três principais polos de inovação tecnológica do país, em áreas selecionadas, conforme pode também ser constatado, logo abaixo, na reportagem vinculada pela imprensa local, Folha de Londrina de 09 de novembro de 2000 – Londrina Tecnópolis reúne 7 Programas (Figura 5).

Figura 5 – Matéria Folha de Londrina

The image shows a screenshot of a news article from the website 'FOLHA DE LONDRINA'. The page header includes the logo 'FL FOLHA DE LONDRINA' and navigation links like 'ASSINE | CLASSIFICADOS'. The article title is "'Londrina Tecnópolis' reúne 7 programas'". The main text discusses the Adetec's strategic plan for technological development in Londrina, mentioning various sectors like food, IT, and electronics. The article is dated '09 DE NOVEMBRO DE 2000'. On the right side, there are several promotional banners: one for HostGator web hosting, one for LATAM Airlines flights, and one for a book 'Mile Francine Chlba - Grupo Folha'. There are also social media icons (Facebook, Twitter, LinkedIn) and a search bar.

FL FOLHA DE LONDRINA

ASSINE | CLASSIFICADOS

09 DE NOVEMBRO DE 2000

'Londrina Tecnópolis' reúne 7 programas

Assine e navegue sem anúncios [+]

Crie o seu site agora com a HostGator

Hospedagem de Sites
R\$ **10,79** /mês*
+domínio grátis

Saiba mais

Últimas notícias

Bolsa sobe 0,17% e marca terceiro dia consecutivo de alta

Alemã consegue autorização do COI para usar símbolo LGBTQIA+

O que você precisa saber sobre a abertura das Olimpíadas-2021

Cotação das moedas (1)

LATAM AIRLINES

Fortaleza
De Teresina e Fortaleza
A partir de R\$130

Oriando
De Rio de Janeiro a Oriando
A partir de R\$3.032

CONTINUE LENDO

Com reajuste de tarifas de água e luz, consumidores devem ficar de olho na conta

Mile Francine Chlba - Grupo Folha

FL

Outv: londrina Tecnópolis reúne 7 programas

exclusivo globoplay

A Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (Adetec) apresenta hoje o Plano Estratégico de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina. A implementação do Plano visa transformar Londrina numa "tecnópolis" (capital tecnológica) nos setores de alimentos, informática, eletroeletrônica, eletromecânica, alimentos, químicos, fármacos/produtos veterinários.

A Adetec identificou 7 gargalos e estabeleceu 7 programas para tentar solucionar os problemas. Amanhã, às 10h30, no Hotel Sumatra, será assinado um convênio para a implantação do programa "Plataforma Londrina de Tecnologia da Informação" a fim de solucionar gargalos na área de informática e que prevê a criação da Fábrica de Software Norte do Paraná. A associação concluiu que há dispersão e fragilidade da indústria regional de software, evasão de mão-de-obra, atraso tecnológico, incapacidade para atender demandas reprimidas e sistema educacional orientado pela oferta.

No sistema educacional, falta complementariedade nas cadeias de conhecimento na região. "Não há curso técnico na área de alimentos, não existe mestrado e doutorado em eletroeletrônica, informática e químicos. Para integrar oferta e demanda e também capacitação gerencial e empreendedora, segundo o coordenador da Adetec Tadeu Felismino, a proposta é a criação de um "Programa de integração do sistema educacional".

Para tentar minimizar a informalidade dos iniciantes no setor de alimentos, a falta de apoio à criação de novas empresas e a falta de capacitação tecnológica e empresarial, a Adetec quer implantar uma "Incubadora de empresas de alimentos em Londrina". Outros problemas identificados no setor são os poucos canais de distribuição de alimentos (centralizados pelos grupos Sonae e Carrefour), dificuldades de negociação, perda de mercados e mortalidade de empresas. A proposta é criar o "Consórcio de empresas de alimentos e logística".

A Adetec também propõe a criação de um "Programa de atração de empresas integradoras para a região" para definir políticas para atração de empresas. Para incentivar a negociação coletiva de linhas de financiamentos e fundos de capital de risco, a associação quer organizar as pequenas de base tecnológica em "Consórcios de empresas inovadoras". Outra proposta visa integrar os serviços ofertados na região através da criação de um "Programa de integração de serviços tecnológicos", apoiado por um "Serviço de informações e apoio a projetos" e um "Plano de comunicação e Marketing da Londrina Tecnópolis". (C.L.)

PUBLICIDADE

Fonte: Folha de Londrina (2000b).

Este texto foi apresentado ao Conselho Técnico da INCIL na primeira semana de dezembro de 1998, e enviado posteriormente a entidades parceiras, secretários municipais, SETI e FIEP/IEL (Instituto Euvaldo Lodi), reitores e diretores de Instituições de Ensino e de Pesquisa da cidade. Se comparado aos dois primeiros textos - "Rumos do Norte" e "Proposta de Industrialização para Londrina e região

baseada no desenvolvimento de um Polo Tecnológico” - este tratava-se basicamente de um texto mais técnico e mais bem fundamentado, com a perspectiva de transformar Londrina em uma cidade com um parque industrial sustentado na inovação tecnológica com a articulação dos setores privado, poder público e entidades de ensino e pesquisa da região (DIAS; TASSI; AMÂNCIO VIEIRA, 2020).

Entrevistado P2-A: De certa forma, o Londrina Tecnópolis repetiu a mesma experiência com foco muito mais forte em inovação. Então, também foi feito um estudo bem detalhado, de quais seriam os setores econômicos que poderiam ser perseguidos por Londrina no interesse de um desenvolvimento maior focado em inovação. Tudo isso, pensando sempre em quais seriam os focos de Londrina dentro de um planejamento estratégico.

Entrevistado P2- B: Com a chegada do Jaime Lerner e do Ramiro Wahrhaftig, a elite pensante da região viu a oportunidade de retomar esse projeto de desenvolvimento tecnológico da região. Então, no meu entendimento, essa visão trazida também pelo Ramiro Wahrhaftig do Canadá faz com que essa ideia do Londrina tecnopolis emergisse para suprir a necessidade do Paraná em se criar ações de estruturação de um polo tecnológico.

Ao analisar o caso à luz da Teoria das Lógicas Institucionais, nessa fase do projeto, como ocorreu também no PDI, percebem-se os esforços dos envolvidos para a habitualização do projeto aqui explícito na ação do agente e na adoção de novos arranjos estruturais por um conjunto de organizações como a ACIL, CODEL, IPPUL, IAPAR, UEL, EMBRAPA, SEBRAE, que se uniram para buscar soluções a um problema comum.

Entrevistado P2- E: Eu fui, vamos dizer assim, o formulador da ideia, e sai atrás de convencer as pessoas que essa era a opção na época em 1992, final de noventa e dois começo de noventa e três. Minha formação também ajudou bastante a ter essa preocupação com desenvolvimento e sobre a relação nas universidades, a importância da industrialização em área de complexidade tecnológica, quando eu estava fazendo o meu doutorado, em oitenta e seis na UFMG, e eu fiz na área de materiais semicondutores, que é uma técnica que tinha sido recentemente adquirida no país, uma técnica pra época muito cara, o equipamento que eu trabalhava custava na faixa de um milhão e meio de dólares, isso em 1986, e dois equipamentos deles foram comprados no Brasil, um pra UFMG e o outro pra São José dos Campos, mas esse eu só fiquei sabendo depois que estava voltado pra pesquisas e materiais, com finalidades militares. Bom, com esse tema de doutorado né materiais semicondutores havia uma discussão muito grande na época, no Brasil dentro da UFMG e outras universidades, e umas conversas que a gente via sobre o desenvolvimento tecnológico do país nessa área, que é uma área fundamental né, desde forno de micro-ondas, celular, máquina de lavar roupa, hoje está aí toda tecnologia de internet só com o simples desenvolvimento desses materiais, e dispositivos fabricados por esses materiais, então logo depois do meu doutorado, por ele ser nessa área, eu realmente comecei a fazer alguma atividade desse sentido.

A Associação Desenvolvimento Tecnológico – ADETEC na época, era

presidida pelo senhor Luiz Carlos Guedes, e coordenada pelo senhor Tadeu Felismino que, em conjunto, trabalhavam para atingir as metas da associação.

Entrevistado P2- C: Assim, a ideia inicial de um polo de inovação, era do Ivan, ele que foi o primeiro que observou esses movimentos fora, ele escreveu alguns ótimos artigos. E o meu papel foi pegar essa ideia e tornar ela executável, um trabalho de muita abstração, né, de tentar olhar aquela visão de futuro, e tentar definir um conjunto de ações. Então a gente já visualizou os grandes vetores que envolveram Londrina, a área agroalimentar, a área de saúde, e a área de tecnologia da informação.

Além de ser um dos responsáveis pela criação do projeto Londrina Tecnópolis, o Sr. Tadeu Felismino, chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Londrina em dezembro de 2020, proporcionou grande visibilidade ao projeto por meio da articulação com representantes de várias entidades dos setores, público, iniciativa privada e instituições de pesquisa e ensino, locais (ACIL, CODEL, IPPUL, IAPAR, UEL, EMBRAPA, SEBRAE), estaduais (FIE/IEL, SETI, TECPAR, COPEL) e federais (FINEP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência e Tecnologia - CNPq/MCT). Essas articulações, tanto do entrevistado **P2-E** e **P2-C**, fundamentados na Teoria das Lógicas Institucionais, podem ser interpretadas como as implicações da agência para compreender as maneiras pelas quais as instituições moldam o comportamento dos atores organizacionais.

Entrevistado P2-A: No caso da ADETEC, que se confunde um pouco com o Londrina Tecnópolis, eu participei desde o início da ADETEC em 1993/94 e depois o Londrina Tecnópolis que se estruturou mais a partir de 2000/2001 foi mais ou menos na época em que me aposentei do IAPAR, então minha dedicação foi exclusiva na ADETEC por um período de 5 ou 6 anos. E foi nesse período que estava se tentando implementar o Londrina Tecnópolis, de uma forma mais concreta.

Por conseguinte, um estudo foi desenvolvido com o apoio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Estado de São Paulo, sobre as potencialidades e problemas existentes em Londrina e região, visando a elaboração de um plano estratégico para o eixo Londrina – Apucarana – Cornélio Procópio.

Entrevistado P2- B: Eu fui contratado para ser coordenador técnico do projeto e conforme relatado, o pessoal me convidou para vir a Londrina conhecer as bases do PDI e o início do programa Londrina Tecnópolis utilizando-se da mesma metodologia aplicada anteriormente no projeto que realizei o levantamento técnico por serviços técnicos especializados. A gente selecionou três setores para aprofundar os estudos do Londrina Tecnópolis, a partir do PDI, que foram basicamente o setor de alimentos, o de químico-farmas e o setor de tecnologia da informação. E disseminar a cultura tecnopolitana onde a ciência e tecnologia da inovação para consolidação de polos de inovação que era o que se pretendia no ponto do Londrina Tecnoois, consolidando Londrina, Apucarana e Cornélio Procópio, as cidades da região né, como uma região tecnopolitana com vários ativos de inovação, e também

com potencialidades que seriam levantadas a partir do cruzamento da oferta desses ativos de Inovação com as demandas das caracterizadas por esses três setores que mencionei. Então foi essa minha participação, ajudar associar os conhecimentos que eu já tinha, com os resultados do PDI e fazer um filtro para tornar esse trabalho exequível de consolidar um sistema local de Inovação com um parque tecnológico.

Por sua vez, nesta fase do projeto, é possível constatar, a partir das evidências coletadas, que houve também a objetificação que, conforme apresentado por Tolbert e Zucker (1998), pode ocorrer por meio de dois mecanismos diferentes, embora não necessariamente desvinculados: as organizações podem colher informações diretamente de uma variedade de fontes, ou através da atuação dos *champions*.

Assim, como ativos de inovação tecnológica da região e os principais indicadores de qualidade de vida em Londrina, na época, destacados no estudo que estava sob a responsabilidade do senhor Mauro Ruiz, do IPT, que atuava como Gerente Técnico, e vislumbrava a estruturação de um Polo de Inovação Tecnológica em um horizonte de uma década foram destacados:

- Centros de Pesquisa: IAPAR, Embrapa/Soja, UEL, CEFET-Cornélio Procópio, Unopar.
- Centros de formação de recursos humanos: Unopar, CEFET-Cornélio Procópio, Unifil, FACCAR-Rolândia, FECEA-Apucarana, FAFIC -Cornélio Procópio, Ipolon, SENAI, Colégio Castaldi.
- Instrumentos de transferência de tecnologia: INTUEL, INCIL, ITEDES, NIT, FAUEL, FAPEAGRO.
- Prestadores de serviços tecnológicos e recursos para o desenvolvimento de projetos como a Genesis / GeNorP, SOFTEX
- Articulação empresarial como ADETEC, Fapeagro, SOFTEX-NPR

Somado a outros estudos realizados na cidade de Londrina, como por exemplo, o PDI desenvolvido pela CODEL entre 1995 e 1996, este estudo perdurou cerca de um ano e meio e o resultado está consubstanciado no livro escrito por Ruiz (2001) intitulado como “Londrina Tecnópolis: os segmentos econômicos de Londrina e região”.

A organização do projeto se deu por meio da divisão de plataformas tecnológicas das áreas estratégicas, foram selecionados para uma investigação detalhada, via entrevistas em empresas, centros de pesquisa, universidades e ativos

de inovação tecnológica, os três segmentos mais abrangentes e representativos da região, valendo-se dos trabalhos do PDI, o Quadro 7 expõe as ações realizadas em cada etapa. Em relação à divisão de áreas: alimentos, químicos-fármacos e eletrocomunicação. Este último abrange as áreas de eletroeletrônica, informática e telecomunicações.

No que tange a institucionalização do projeto, buscou-se inculcar valores aos empresários que compunham a base do setor produtivo de Londrina moldando-os em reação às características e exigências dos participantes, bem como, as influências e pressões do ambiente externo conforme proposto na teoria por Scott (1987).

Portanto, as seguintes classificações foram adotadas: PLATIN - Plataforma de Tecnologia da Informação, a PLATALI - Plataforma de Tecnologia Agroalimentar, a PLATSAÚDE - Plataforma de Saúde, e a PLATCON - Plataforma do Conhecimento que agregava as entidades associadas à pesquisa científica e tecnológica.

Entrevistado P2- B: A concepção das plataformas, inicialmente se fundamentou em três, pelo que me lembro: Platali - Plataforma de Alimentos; Platin - Plataforma de Tecnologia da Informação, e Platcon - Plataforma do Conhecimento. Essas siglas foram cunhadas pelo Tadeu, se não me engano. Participei de algumas reuniões de concepção, principalmente da Platali com Tadeu, Sendim, Maria Teresa, acho que era esse o nome dela, professora do Departamento de Ciência do Alimento da UEL) e, um pouco depois com o Plínio Arruda (hoje morando em Piracicaba). Participei bem menos das articulações da Platin. Neste caso, acho que o Tadeu foi o grande maestro, "torrando" o Sérgio Tanaka e sua equipe que tinha como integrantes o Ademir Padilha (UEL) e o sempre disponível Saulo, hoje também docente da UEL. Embora o idealizador da Platcon deva ter sido também o Tadeu, a Rosi Sabino e o Silas foram os que implementaram várias ações dessa plataforma, a exemplo das Maratonas do Conhecimento.

Com intuito de criar uma cultura empreendedora na região, a Plataforma do Conhecimento - PLATCON estimulava ações de empreendedorismo por meio dos ofertantes de C&T e pelo lado do setor produtivo, incluindo empresários iniciantes, emergentes, estabelecidos e até mesmo os informais. A Plataforma Londrina de Tecnologia da Informação (PLATIN) e a Plataforma de Alimentos (PLATALI), segundo Ruiz (2001), tiveram como objetivo combinar esforços dos empresários em torno de metas específicas que foram atrelados à superação dos gargalos existentes no âmbito tecnológicos e empresariais com vista ao aprimoramento de produtos e processos, *benchmarking* e à geração de novas empresas (*spin-offs*).

Entrevistado P2- B: O Arie Melamede veio mais tarde, capitaneado pelo Tadeu, e ele iniciou a concepção da PlatSaude - Plataforma de Saúde. No entanto, com o início da era Requião e os cortes das fontes de recursos para o Programa Técnopolis, o Arie "não chegou a esquentar o banco" e foi desligado. Saiu bastante frustrado e, depois de algum tempo, foi para o Canadá onde, se não me engano, passou cerca de dois anos atuando em um parque tecnológico de lá, muito provavelmente como bolsista. Depois que retornou ao Brasil, se comunicou comigo pela última vez, estava com algum envolvimento com o departamento de Administração da UFRGS. [...] Como retornei ao IPT em meados de 2003, depois disso não acompanhei de perto o que aconteceu. Me lembro apenas que a Rose assumiu a linha de frente da PlatSaude conduzindo algumas dinâmicas participativas com alguns profissionais dessa área...Depois disso não sei mais nada, mas aparentemente, alguns colegas que continuaram na luta, "mão na massa", mesmo com recursos escassos, foram Rosi e o Sendim. Estou mencionando isso "de orelhada". Enfim, são esses pontos que relembro. Espero ter ajudado.

Com relação às plataformas, procurou-se situar preliminarmente cada uma delas no contexto do componente científico-tecnológico do desenvolvimento local e mostrar algumas das relações horizontais entre elas e com ações prováveis de acontecer na esfera da agência de desenvolvimento local. O SIAP - Sistema de Informação e Apoio a Projetos (SIAP) foi o método adotado para sistematizar e disseminar as informações geradas e recebidas pelas três plataformas e o fluxo entre ofertantes de C&T e o setor produtivo.

Quadro 7 – Etapas do projeto

Etapa 1	Levantamento das demandas tecnológicas e empresariais
Etapa 2	Elaboração de cenários para a estruturação de um polo de inovação tecnológica
Etapa 3	Caracterização dos ofertantes de P&D e ativos da região
Etapa 4	Identificação das potencialidades e problemas de natureza tecnológica e empresarial
Etapa 5	Elaboração e apresentação do Plano Estratégico
Etapa 6	Detalhamento das ações do Plano
Etapa 7	Visitas técnicas à Técnópolis europeias
Etapa 8	Relatório Final.

Fonte: a própria autora, com base em Dias, Tassi e Amâncio Vieira (2020).

Este modelo concentra-se prioritariamente no detalhamento do componente científico-tecnológico do desenvolvimento local e a sua estruturação em três plataformas (tecnologia da informação, alimentos e conhecimento). Na primeira etapa, a divisão foi realizada em sete fases distintas, sendo que uma das fases basicamente tratava da divisão das áreas. Em relação à segunda etapa, foi analisando

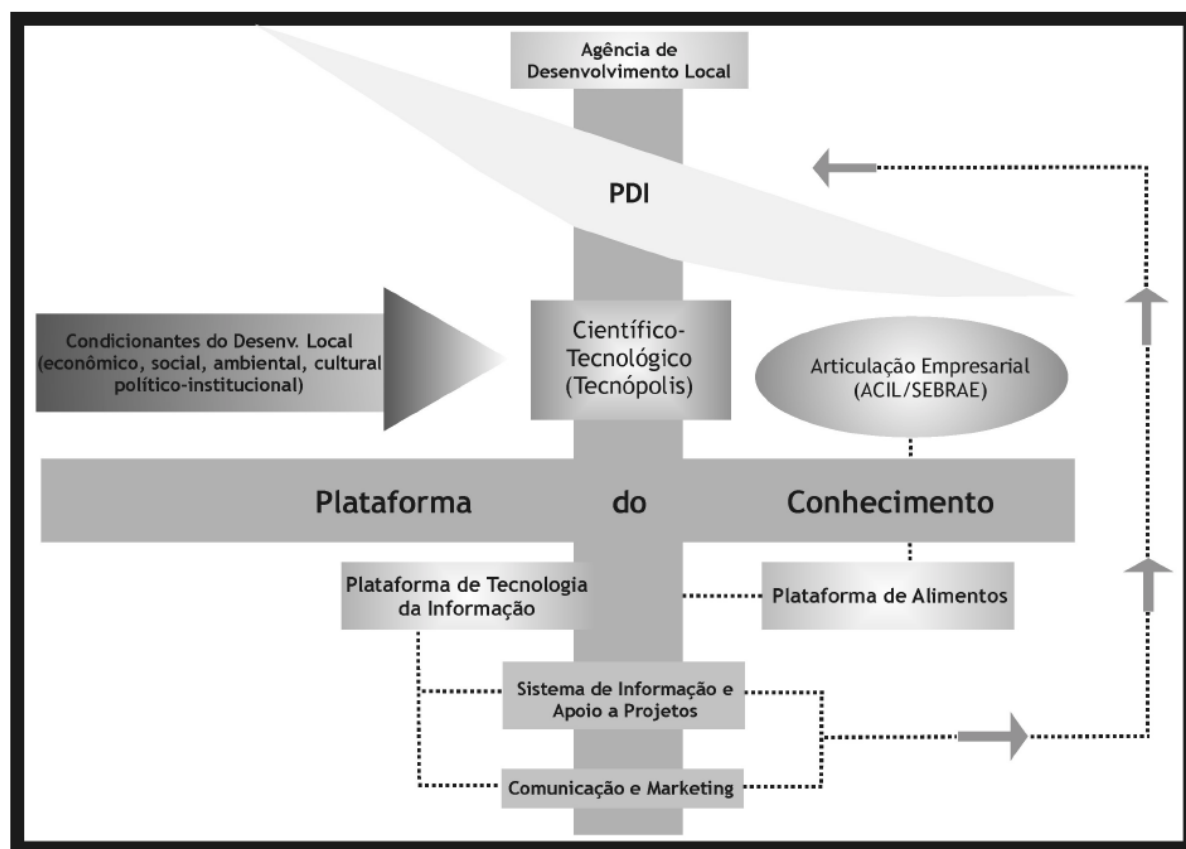
informações bibliográficas e realizando *workshops*. A etapa número três, correspondia à capacidade e oferta de cursos/treinamentos, serviços tecnológicos e realização de projetos em parceria com o setor privado.

A quarta etapa buscava identificar os pontos fortes e fracos de natureza tecnológica e empresarial. Por sua vez, após a identificação dos problemas de natureza tecnológica e empresarial, a quinta etapa discutia as ações estratégicas para enfrentá-los, visto que se observou durante a construção da matriz de estratégias que os principais problemas tecnológicos para cada setor estavam relacionados à capacitação, desenvolvimento de produtos, desenvolvimento de processos e os principais problemas de natureza empresarial associados à gestão. A etapa seis consistia na realização de *workshops* para discutir os inúmeros problemas e apresentar propostas de ações estratégicas com representantes de todos os setores envolvidos.

Assim, em 08 de novembro do ano 2000, o plano foi apresentado na VII Jornada Tecnológica Internacional promovida pela ADETEC. No que tange à sétima etapa, foram realizadas visitas técnicas à Tecnópolis europeias (Lille, Montpellier, Bordeaux, Nantes e Rennes na França e Bilbao na Espanha), e por fim, a oitava e última etapa consistia no desenvolvimento do relatório final.

Além do foco no detalhamento do componente científico-tecnológico do desenvolvimento local, este modelo também mostra as relações deste componente com instituições que tradicionalmente efetuam articulações empresariais (p.ex. Associação Comercial e Industrial de Londrina [ACIL] e Sebrae) e com ações as quais, em termos de execução, estariam mais afetas à esfera da Agência de Desenvolvimento Local (ADL).

Figura 6 – Modelo de concepção do projeto

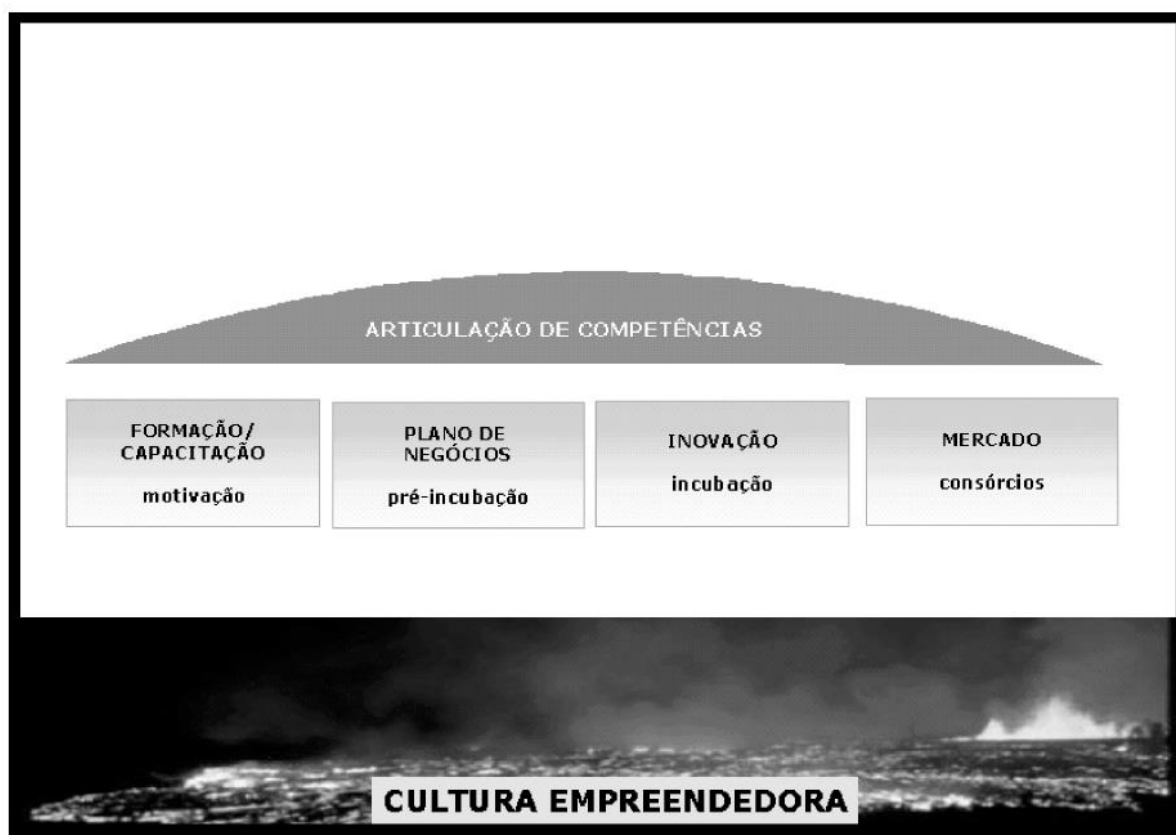


Fonte: Ruiz, Uchoa Jr. e Dinato (2002, p. 31).

Essa articulação executada no desenvolvimento do projeto Londrina Tecnópolis nos remete ao conceito de Sistemas de Inovação proposto por Lastres *et al.*, (1998) por tratar-se de um conjunto de instituições distintas que, conjuntamente e individualmente, contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias.

De acordo com Ruiz, Uchoa Jr. e Dinato (2002), a base da estruturação das três plataformas foi pensada para propiciar a criação de uma cultura empreendedora na região, de modo a estimular ações de empreendedorismo, ou seja, as plataformas do projeto Tecnópolis são “âncoras” de ações estratégicas, programas e projetos de curto e médios prazos que visam articular o Sistema de Inovação Local de Londrina, para dinamizar as relações entre centros de P&D e o setor produtivo nas áreas de alimentos, tecnologia da informação e conhecimento.

Figura 7 – Modelo funcional da plataforma



Fonte: Ruiz, Uchoa Jr. e Dinato (2002, p. 32).

Entretanto, cabe destacar que, infelizmente, embora a cidade de Londrina tenha tido alguns avanços com o Londrina Tecnopolis, conforme relatado por nosso entrevistado “Eu acredito que todo esse processo da década de 90 até 2001, 2002, contribuiu pro amadurecimento cultural dos ativos tecnológicos do setor público, da iniciativa privada e academia, eu acho que a iniciativa privada teve um papel muito importante nesse processo todo que de certa forma não foi institucionalizado em razão de problemas locais de ordem política” (P2-E), o programa não chegou a atingir a fase de sedimentação, ou seja, a institucionalização total do projeto, visto que a institucionalização da estrutura depende do apoio cultural e contínuo da comunidade.

Entrevistado P2-A: O Londrina Tecnopolis apontava o que Londrina precisava fazer para ser referência nacional e até internacional em inovação, e nesse período falava-se muito em economia do conhecimento, e que o futuro da economia, que hoje já vivemos esse futuro, seria baseada em conhecimento e não apenas em recursos naturais. A história também se repete, no caso do Londrina Tecnópolis, houve uma abolição em torno da ideia no início de 2002 a 2004, mas logo em seguida a prefeitura ignorou e algumas vezes até atrapalhou o processo. Um exemplo disso, foi a criação

do parque tecnológico. O parque tecnológico tinha tudo para ser implantado de 2002 a 2004, mas até hoje está enrolado, esperando ser inaugurado de forma efetiva, isso em função da falta da visão estratégica da prefeitura. Percebiam-se na prefeitura, alguns setores que apostavam no projeto como por exemplo o IPUL na época e a CODEL que tiveram uma boa participação por um bom tempo, mas o executivo, o prefeito não tinha nenhum interesse no projeto devido a sua visão limitada ao período eleitoral, e via até como uma ameaça em termos políticos, de que as pessoas envolvidas no projeto poderiam se destacar e com isso ser uma ameaça política. Ou seja, o grande problema no fundo acaba sendo este, por mais que a sociedade civil organizada se esforce, se não houver uma participação do poder público, fica difícil de você implementar ações estratégicas.

Entrevistado P2- B: Eu acho que esse programa não estava totalmente conectado à comunidade. Digamos que a comunidade acadêmica, os pesquisadores do IAPAR e da EMBRAPA, e os docentes, principalmente a UEL, mas não era todo mundo que se envolvia por tratar de assuntos muito específicos. Muito embora tenha tido uma massificação de seminários e divulgação por panfletos e maratonas de empreendedorismo, o Silas e a Rose Sabino faziam um trabalho muito intenso, mas na primeira etapa esse assunto não atingia a comunidade de forma geral. Digamos que esse assunto ficou em um patamar restrito no qual sempre as mesmas pessoas que participavam. A divulgação era sempre muito bem-feita, o Tadeu era jornalista, isso ajudava bastante. Sempre havia bastantes pessoas participando dos eventos, mas eram sempre os mesmos envolvidos.

Entrevistado P2- D: É, esse apoio da comunidade, ele veio como um processo, de desenvolvimento mesmo. Acho que foi um processo de evangelização, como diria o meu amigo professor Ivan Dias, que na época em que eu fui para o projeto, era então pró reitor da universidade, como se diz, nós éramos pregadores no deserto, muitas vezes incompreendido, muitas vezes não ouvidos, mas acredito que se hoje há um envolvimento bem mais intenso da comunidade, quando eu digo comunidade, eu estou falando da comunidade organizada, eu tô falando daquela das instituições que compõem esse movimento hoje em Londrina, então, se hoje há essa união, é fruto de um processo que começou lá atrás, de todo esse esforço de evangelização em torno do desenvolvimento tecnológico.

As dificuldades mencionadas pelos entrevistados potencializam o processo de desinstitucionalização, uma vez que “negligenciam importantes questões sobre os fatores determinantes de institucionalização, e sobre como tais variações podem afetar o grau de similaridade entre conjuntos de organizações” (TOLBERT; ZUCKER, 1998, p. 197).

4.2.3 Ecossistemas de Inovação

Para que as discussões sobre o ecossistema de Inovação estejam bem fundamentadas, é imprescindível que esse conceito seja compreendido na sua totalidade, assim, partiremos da premissa de que o ecossistema se trata de um conjunto de comunidades, que vivem em um determinado local e que interagem entre si e com o meio

ambiente ao seu redor, constituindo um sistema estável, equilibrado e autossuficiente. Portanto, ecossistema de inovação pode ser compreendido como um ambiente onde estão presentes empresas, empreendedores e agentes que podem atuar de forma harmônica e colaborativa.

Neste sentido, novamente a proposta de habitualização a partir das premissas de Tolbert e Zucker (1998), confirmam-se a partir de um diagnóstico realizado pela sociedade civil com ajuda das universidades, especialmente a UEL, em uma análise crítica da própria gestão pública.

Entrevistado P3 - C: Identificou-se a necessidade de se compreender as demandas existentes no contexto da Inovação e, embora sejamos aqui uma região considerada metropolitana, inclusive na área tecnológica, precisamos criar um ambiente favorável para a inovação, formação de quadros, que pudesse colocar Londrina na condição de desenvolvimento, com um grande polo tecnológico, isso porque dificilmente se veem políticas públicas e raros são os exemplos com uma visão de futuro integrada.

Um ambiente propício à inovação é fundamental para a competitividade das empresas e para a diversificação econômica dos municípios. Há algum tempo, pequenas e grandes empresas já perceberam que ambientes colaborativos estimulam melhores resultados. Estas empresas se esforçam para ter equipes com múltiplas habilidades e capacidade de cooperar com o ambiente interno e externo.

Entrevistado P3 - A: Bom, eu sempre falo assim, que o ecossistema de inovação é algo que existe desde a fundação da cidade. O ecossistema é uma lógica local, que começou lá na criação da cidade. Aprópria instalação da UEL na cidade alavancou bastante o Sercomtel, o IAPAR, a EMBRAPA, muita coisa veio acontecer em Londrina, e foi fortalecendo o ecossistema de inovação. Em 2016 eu estava na gerência do Sebrae junto com outros atores, associações comerciais, as governanças de TI de saúde, SENAI, sindicatos. E a gente percebia que muita coisa estava acontecendo na cidade, e que era necessário ter um planejamento, porque a gente perdia muita sinergia e o fato de você não ter planejamento você acaba se perdendo, favorecendo aquilo que você acha importante, mas às vezes no momento errado, as vezes o mercado não reconhece.

Entrevistado P3 - B: Bom, eu estou no SEBRAE desde 11 de Junho de 2007, eu trabalhei no vale do Ivaí durante 5, 6 anos, em Ivaiporã que era sede de lá, daí eu vim para Londrina e o Everson me convidou em 2012 para iniciar um trabalho setorial com o setor de tecnologia da informação e comunicação, que é o arranjo produtivo local de TIC, que é uma governança que discute isso nas 9 cidades da nossa região. Eu passei a fazer parte desse trabalho pelo SEBRAE.

E com essa percepção, o Sebrae Paraná e diversas entidades parceiras buscaram a Fundação CERTI para juntos elaborarem o planejamento do ecossistema de inovação de Londrina, aplicando metodologias e ferramentas

desenvolvidas pela instituição para apoiar a estruturação de habitats de inovação.

Entrevistado P3 - B: Também iniciei, na mesma época, a fazer de Startups, no Paraná pela regional norte de Londrina, e eu tinha outros 5 pares no estado do Paraná. De 2014 para a frente, eu estava responsável por essa questão de Startups e participava também como setor da tecnologia informação e comunicação, então isso num viés empresarial, e via a responsabilidade de começar a atuar também com agenda para questão de inovação, mas em um ambiente de negócios que seria parte das políticas públicas.

Assim, novamente apoderando-se da Teoria das Lógicas Institucionais, nota-se que essa fase corresponde a fase de objetificação por envolver um grau de consenso social por meio da atuação dos *champions* e da capacidade em mobilizar recursos.

Entrevistado P3 - A: Em 2016 a gente se reuniu, e fomos atrás de uma instituição, alguém que pudesse fazer esse planejamento. Nós conhecíamos a fundação CERTI que tinha feito um trabalho fantástico lá em Florianópolis, um dos atores principais e quando a gente começou esse movimento percebemos que era necessário contratarmos a fundação CERTI que já tinha feito alguns trabalhos em Manaus, em Goiânia, em Foz do Iguaçu, em Maringá, aí não só o Sebrae, mas várias instituições, pra fazer o planejamento que durou 2017 todo. Então nós fizemos uns 4 workshops, umas 120 pessoas em cada workshop, fizemos esse planejamento e logo no final teve uma troca eventual de gerentes, e eu fui convidado para coordenar isso no estado e continuar tocando as ações aqui em Londrina. Então a gente vem ajudando a organizar as governanças, o planejamento das governanças e do ecossistema como um todo.

O fragmento relatado acima evidência também a fase de habitualização do projeto, buscando a aceitação e legitimação de novas estruturas como respostas possíveis a dificuldades no contexto organizacional.

Entrevistado P3 - C: As iniciativas que temos tido nos últimos anos se devem muito a uma preocupação de articular essa inteligência que gosta do assunto, seja nas universidades, nos centros de pesquisa, nas empresas de tecnológicas que, cada vez mais, estão sendo atraídas pra Londrina, elas acabam que empurrando os projetos. Criam condições de atratividade, e assim vai criando, vai se ampliando esse ambiente, mas de certa forma, eu não vejo nenhuma dificuldade pontual assim, nenhuma ação refratária por parte da sociedade na inovação tecnológica, muito pelo contrário, isso encanta né? Há um encantamento por isso.

Assim, o planejamento do ecossistema de inovação de Londrina contou com a realização de três workshops entre os meses de agosto a dezembro de 2017, os quais estiveram presentes empresários, professores universitários, representantes dos mecanismos de inovação, representantes do governo e de associações. Em consonância, houve um forte investimento na formação das governanças, na estruturação do Ecossistema, na modelagem de negócio do

Ecosistema e, com todo esse trabalho, obtiveram-se às dez governanças que se têm atualmente.

A partir de então, outros setores começaram a se mobilizar: a construção civil criou a Icon - Governança de Inovação na Construção Civil Norte do Paraná. Vieram então a Governança de Turismo; a Lavi - Londrina Audiovisual; Agro Valley; Inovemm - Ecosistema EletroMetalMecânico; Integra Químico & Materiais; Londrina EdTech e RetailLondrina; que vieram se somar ao APL de TI e a Sallus - Saúde Londrina União Setor. As próprias instituições de ensino superior de Londrina estão se organizando em uma governança e, de forma conjunta, os participantes dos workshops construíram, o planejamento do ecossistema de inovação de Londrina e ainda hoje trabalham em conjunto para sustentabilidade do projeto, conforme apresentado em 05 de abril de 2021, no site de notícias da Universidade Estadual de Londrina (Figura 8).

Figura 8 – Matéria Agência UEL

Pesquisadores e estudantes têm participação estratégica no Ecosistema de Inovação de Londrina

Agência UEL
05.04.2021 às 15h13
atualizado 4 meses atrás

[Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#)
A- A+
Ouvir texto

A UEL participa das 10 governanças existentes no Planejamento do Ecosistema de Inovação de Londrina, iniciativa de várias entidades civis, coordenada pela regional norte do Sebrae local, que mapeia as principais vocações econômicas da região. O objetivo é buscar o crescimento integrado, a partir do potencial existente no município. As chamadas governanças reúnem pesquisadores, empresários e profissionais para promover ações com foco no desenvolvimento e na inovação tecnológica.

Esses grupos foram constituídos a partir da metodologia desenvolvida pelo ecossistema de inovação, que identificou inicialmente 72 vetores de desenvolvimento regional. Professores de várias áreas participam das governanças existentes, que correspondem a setores econômicos estratégicos como o Agronegócio (AgroValley), Construção Civil (iCon), Saúde (Salus), Eletrometalmecânica (INOVEMM), Tecnologia de Informação (APL TI), Química e Materiais, APL de Audiovisual, Turismo e o Grupo Nova Sergipe, que tem o objetivo de encontrar oportunidades para o comércio varejista. O mais recente e que está em fase de construção é o de Ensino Superior, que vai reunir a UEL e outras 10 Universidades e Faculdades existentes na cidade.

Fonte: Agência UEL (2021).

Nesta reportagem, o reitor da UEL, Sérgio Carvalho afirma que não há como falar em inovação sem pesquisa nas várias áreas do conhecimento.

Dependendo da forma que produzimos o conhecimento, ele se torna um bem público no sentido tecnológico e jurídico. É conhecimento produzido e que fica à disposição de qualquer ator social para transformar esse benefício [...] Então faz sentido uma Universidade do porte da UEL que tem investimento

público, que guarde esta propriedade intelectual como bem público [...] A Instituição de Ensino Superior Pública defende os setores e as áreas de produção de conhecimento com linha de atuação bem clara de transformar a produção científica para a população. Isso faz com que a Universidade tenha necessidade de trabalhar com outros atores sociais. A nossa missão institucional é democratizar essa vasta produção científica (AGÊNCIA UEL, 2021).

O Planejamento do Ecossistema de Inovação de Londrina compreendeu três etapas: A primeira corresponde à identificação dos setores prioritários; a segunda etapa destina-se à caracterização do ecossistema de inovação de Londrina e a terceira e última etapa refere-se à elaboração do plano de ação. Para a primeira etapa que compreendia identificação das áreas e setores com oportunidades para inovação, foi necessário realizar uma análise das vocações locais e das potencialidades da região em termos de pesquisa científica e tecnológica, alinhadas às tendências mundiais. Isso porque, com a identificação dos setores estratégicos, seria possível roteirizar o conjunto de atores que poderiam apoiar no fortalecimento do Ecossistema.

Após a identificação dos setores estratégicos, iniciou-se a segunda etapa que correspondia à caracterização do ecossistema de inovação de Londrina por meio de uma análise detalhada das vertentes que compõem o Radar da Inovação. Assim, foram analisados aspectos de capital humano, potencial de pesquisa nas instituições locais, cultura empreendedora, políticas públicas de apoio à inovação e empreendedorismo, governança e acesso à capital. Em posse das informações sobre o estágio atual dos setores estratégicos em cada vertente, definiu-se a posição futura desejada para o Ecossistema de Inovação de Londrina para os próximos 10 anos.

Por fim, a terceira etapa compreendia o plano de ação, ou seja, a elaboração de estratégias, ações e responsabilidades de curto, médio e longo prazo para cada vertente do Ecossistema e para cada setor estratégico definido nas etapas anteriores. Também foram propostos um modelo de gestão para o Ecossistema de Inovação de Londrina e dois projetos mobilizadores conforme Relatório Executivo disponibilizado de arquivo do Planejamento.

Ancorados nos ensinamentos de Tolbert e Zucker (1999) sobre o processo de institucionalização, é possível identificar nas etapas do projeto, as forças externas que contribuíram, por meio de suas experiências, a tornarem acessíveis a informação e conhecimentos a partir da relação com o outro legitimando tais ações por tornam-se habituais.

Este estudo foi realizado com vista a identificar os setores estratégicos, por meio da utilização de uma ferramenta denominada “*Delta Opportunity*”. Essa ferramenta analisa as vocações econômicas, potenciais científicos e tecnológicos e tendências. Inicialmente, para a identificação da vocação econômica da cidade, foram pesquisadas as principais aglomerações produtivas, mensurando as por empresas, empregos, índices de especialização e quociente locacional.

Com relação a potencialidades científico-tecnológicas, avaliou-se a qualificação dos pesquisadores, bem como a oferta de cursos de graduação, pós-graduação *stricto sensu*. O levantamento sobre as tendências foi construído a partir da coleta de dados por meio de entrevistas com empresários, professores universitários e lideranças governamentais, sendo considerados as iniciativas de setores portadores de investimentos públicos e privados e áreas tecnológicas que são tendências globais conforme Relatório Executivo disponibilizado de arquivo do Planejamento.

Como resultado da triangulação dessas variáveis (vocação, potencial e tendência) evidenciaram-se as oportunidades dos setores estratégicos para Londrina como: agronegócio; eletrometalmecânico; químico e materiais; saúde e TIC – Telecom; Hardware e Software. Sendo assim, o plano de ação traçado para se alcançar os objetivos propostos compreendia as estratégias, ações e responsabilidades de curto, médio e longo prazo para cada vertente do Ecosistema e para cada setor estratégico.

A metodologia aplicada foi desenvolvida pela Fundação CERTI e contemplava sete vertentes de análise. Para cada um dos setores foram apresentados o nível atual de maturidade das vertentes analisadas e o nível de maturidade projetado para um futuro de 10 anos. A avaliação do nível de maturidade do Ecosistema de Inovação de Londrina foi projetada a partir do Radar da Inovação, e contemplava os seguintes aspectos: Talentos - Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTI); Capital; Inovação e Empreendedorismo; Políticas Públicas; Cluster e Governança.

Após a verificação das três etapas, para o fortalecimento do ecossistema de inovação de Londrina, notou-se a necessidade de se estruturar uma estratégia de gestão, de maneira que os atores principais deste ecossistema pudessem interagir e gerar a sinergia necessária para alcançar maturidade e capacidade de apoiar a competitividade das empresas instaladas na região.

Entrevistado P3 - B: Em Londrina, eu e mais algumas pessoas, a Jandira, Pedro Cela, Pedro Casa Grande, Yuri e Tatiana, éramos 6 ou 7 pessoas da governança da TIC, que participamos em 2015 da discussão da lei de inovação. Eu entrei nessa dinâmica por uma questão mais do público relacionado a mecanismos de inovação enquanto incentivos. Isso porque de 2011 a 2016 foram os anos com maior nível de utilização da lei, então assim eu entrei fortemente nessa agenda executiva junto com outras pessoas para a gente realmente ter o engajamento aí para levar a discussão de inovação da cidade, a minha participação no setor de TIC junto com a governança da APL de TIC provocou uma interação muito forte com a ACIL, que abriu portas com o poder público, e a gente começou a ter uma parceria muito forte com grandes players.

Sendo assim, elaborou-se também uma proposta de gestão do ecossistema da inovação, para aproveitar um projeto em desenvolvimento pelo governo municipal de Londrina que está viabilizando uma edificação no Parque tecnológico, com o objetivo de: unir as entidades do ecossistema; organizar a implementação do plano de ação; envolver os atores no fortalecimento do ecossistema; desenvolver projetos e captar recursos para o ecossistema; articular ações de estímulo ao empreendedorismo e apoiar as gestoras de habitats de inovação na melhoria de seus processos.

Entrevistado P3 - B: De 2017 pra cá, eu participei do estudo da *Smart City* e dos estudos da economia criativa. Participei também do estudo sobre a aplicação do *Master Plan*, e planejamentos estratégicos de cidades em outros municípios. Verificamos o que deu certo e o que deu errado e buscamos corrigir as falhas e replicar os acertos. Também participamos no ano passado dos estudos relacionados -a questão de retenção de talentos promovida pelo Fórum Desenvolve Londrina. O fórum provoca discussões de como estruturar isso em termo de estudo para análise de indicadores sobre a percepção da cidade e torna isso público para instituições envolvidas, a fim de que gestores públicos e privados possam apresentar a realidade da sua organização e tentar contribuir com essa gente.

A ação que integra o projeto Master Plan Londrina 100 anos, que formulará ações e políticas estruturantes para o desenvolvimento econômico e urbano da cidade foi assinada no dia 06 de setembro de 2020. Durante a apresentação do MasterPlan pelo então prefeito Marcelo Belinati, foi explanado que esse planejamento estratégico visava organizar a cidade, focando nos potenciais do município e reunindo esforços de várias entidades, como o poder público, sociedade civil organizada e Fórum Desenvolve Londrina, da ACIL.

Da mesma forma, Bruno Ubiratan, presidente do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), destacou que “Londrina hoje é a 10ª maior cidade em desenvolvimento de Startups e a principal do Paraná. Grandes cidades, como Joinville e Pernambuco, já fizeram esse planejamento a longo prazo. Isso é

muito importante, para que os próximos governantes sigam um planejamento estratégico e não venham com achismos” (CODEL, 2020).

De acordo com a reportagem da CODEL (2020), a empresa vencedora do certame foi a empresa carioca Macroplan Prospectiva Estratégica & Gestão s/s LTDA que terá como meta pensar e construir o futuro de Londrina para os próximos 20 anos, focando em uma cidade desenvolvida e sustentável. Assim, por meio do consenso e da colaboração, espera-se promover a interação dos principais atores possibilitando agir de forma integrada com os mais diversos participantes do poder público e da sociedade.

Por essa razão, ao longo do tempo, com o fortalecimento das verticais e dos setores estratégicos, pode-se considerar a criação de associações/entidades sem fins lucrativos para cada um dos setores, com o objetivo de aumentar a capacidade dos setores obterem projetos subvencionados, de modo que esse aspecto deve ser entendido como uma visão de futuro.

4.2.4 O Processo de Institucionalização dos Projetos

Frente às informações apresentadas neste trabalho a partir dos dados coletados em entrevistas e por meio das pesquisas realizadas, observou-se que o isomorfismo também correu na cidade de Londrina em relação a outras cidades do Brasil e do exterior, isso porque a sociedade organizada buscou iniciativas que pudessem servir de exemplos, como relatado por nossos entrevistados, para suprir as demandas da região, impostas a partir da crise da cafeicultura na década de 60, após as várias geadas e, em especial a de 1975, conhecida como “Geada Negra”.

Dessa forma, traçando um paralelo com a Teoria Neoinstitucional, que fundamenta esse trabalho, verifica-se que a hipótese de nível organizacional proposta por DiMaggio e Powell (1983) é válida para o presente estudo, por indicar que esse é o melhor meio de descrever o processo de homogeneização entre as organizações de determinado campo, uma vez que constitui o processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais.

Entrevistado P1 – B: A cidade de Londrina, naquela época, estava empobrecendo, parecia que estava perdendo aquele ímpeto de vanguarda que sempre foi uma característica da cidade. Nós queríamos criar uma situação para desenvolver Londrina, criar um novo vetor de desenvolvimento,

e o modelo do café tinha se esgotado, e a gente entendia que a indústria era o motor que poderia fazer a cidade ter um novo norte para se desenvolver.

Entrevistado P2 – B: Essa questão de desenvolvimento tecnológico de Londrina e região, antes mesmo do PDI já existiam outros estudos, então isso era um assunto recorrente, e depois com o PDI, houve uma série de profissionais e empresários que tinham uma série de visão da impotência à inovação tecnológica, e até políticos, principalmente o Tadeu Felismino que na época era vereador, fizeram uma série de solicitações junto ao governo do Paraná para levar adiante um programa estruturante voltado para o desenvolvimento industrial e inovação tecnológica. E depois de tudo isso, o PDI foi concluído, e por questões políticas até onde eu sei, as ações não foram levadas a diante. Mas com a chegada do Jaime Lerner e do Ramiro Wahrhaftig, a elite pensante da região viu a oportunidade de retomar esse projeto de desenvolvimento tecnológico da região. Então, no meu entendimento, essa visão trazida também pelo Ramiro Wahrhaftig do Canadá faz com que essa ideia do Londrina Tecnópolis emergisse para suprir a necessidade do Paraná em se criar ações de estruturação de um polo tecnológico [...]Eu fui contratado para ser coordenador técnico do projeto e conforme relatado, o pessoal me convidou para vir a Londrina conhecer as bases do PDI e o início do programa Londrina Tecnópolis utilizando-se da mesma metodologia aplicada anteriormente no projeto que realizei com o levantamento técnico por serviços técnicos especializados. A gente selecionou três setores para aprofundar os estudos do Londrina Tecnópolis, a partir do PDI, que foram basicamente o setor de alimentos, o de químico e pharma e o setor de tecnologia da informação. E disseminar a cultura tecnopolitana onde a ciência e tecnologia da inovação para consolidação de polos de inovação que era o que se pretendia no ponto do Londrina Tecnópolis, consolidando Londrina, Apucarana e Cornélio Procópio, as cidades da região né, como uma região tecnopolitana com vários ativos de inovação, e também com potencialidades que seriam levantadas a partir do cruzamento da oferta desses ativos de Inovação com as demandas caracterizadas por esses três setores que mencionei. Então foi essa minha participação, ajudar associar os conhecimentos que eu já tinha com os resultados do PDI e fazer um filtro para tornar esse trabalho exequível de consolidar um sistema local de Inovação com um parque tecnológico.

Dessa forma, percebe-se que a ação isomórfica se deu de maneira coercitiva, por meio da oferta de recursos federais, uma vez que tais recursos direcionaram os projetos de desenvolvimento local através do processo de indução, com o lançamento de editais da FINEP, que é responsável pela gestão executiva, definindo diretrizes e planos anuais de investimento para os Fundos Setoriais, e também o Fundo Verde e Amarelo que refere-se a um fundo com objetivo de estimular a integração Universidade-Empresa, apoiando a inovação. Assim, várias foram as tentativas de aproximar os ofertantes e demandantes de serviços tecnológicos realizados na região, via articulações da Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (ADETEC), com o intuito de criar um ambiente fértil à promoção das inovações tecnológicas e consolidar a região como um polo de inovação tecnológica.

Além de coercitivo, se considerarmos as experiências nacionais e internacionais adaptadas ao nosso contexto, a partir das visitas realizadas em outras

idades, podemos dizer que o isomorfismo também ocorreu de forma mimética, isso porque novas organizações tomaram como modelo as com maior tempo de experiência e com práticas já difundidas e desenvolvidas no mercado, adotadas a partir de ambientes de incerteza, quando organizações tomam outras como modelo de atuação, servindo como fonte de práticas de sucesso para outras de seu campo.

Conforme descrevem Meyer e Rowan (1977), as organizações que incorporam elementos racionais já institucionalizados pela sociedade em suas estruturas formais, maximizam a sua legitimidade e aumentam seus recursos e capacidade de sobrevivência. Assim, em busca dessa legitimidade, destacamos a atuação de vários atores que foram essenciais a esse processo no âmbito federal, estadual e municipal e que foram basicamente os indutores ao isomorfismo.

A nível municipal, estes atores são representados pela Prefeitura Municipal de Londrina (PML), associações como a ACIL e ADETEC, por meio da Universidade Estadual de Londrina e por centros de pesquisa formados pela própria comunidade. Com relação à esfera Estadual, os atores correspondem à Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (SETI), ao Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e Fundação Araucária, e no âmbito federal, podemos citar o Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da cidade de São Paulo (IPT), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o CNPq.

Para Scott e Storper (2003), indivíduos com essas características agem como “veículos institucionais” ao longo do tempo e espaço, uma vez que essas ações padronizadas refletem o conhecimento tácito realizado e transmitido por atores organizacionais (SCOTT; STORPER, 2003). E os atores, em questão possuíam conhecimento prévio sobre a temática de desenvolvimento tecnológico, conforme relatado nos fragmentos e nos dados da pesquisa e agiram como intermediários atuando como “participantes ativos na formação e reconstrução de ideias a serem transmitidas” (SCOTT; STORPER, 2003, p. 888).

Entrevistado P2 – A: Com relação ao governo local podemos dizer que a alocação de recursos, como a questão do parque tecnológico, como o espaço disponibilizado pela prefeitura, as melhorias no local, asfalto, energia, ou seja investimentos com relação a estrutura. Também com relação ao parque, houve um investimento razoável pela FINEP, na formulação quanto a gestão do parque, por meio de consultoria externas. Mas quanto a prefeitura, eu diria que os investimentos foram relativos a estruturas do parque tecnológico, mas recursos direcionados á operação da ADETEC praticamente não teve. Do governo Estadual, teve alguma participação através da secretaria de ciência e tecnologia e da fundação Araucária, e do governo federal, por meio da

FINEP e de um outro projeto específico por parte do CNPQ. Mas é importante se dizer que esses aportes financeiros eram oferecidos em editais, e a ADETEC vencida essas concorrências.

Entrevistado P2 – B: O auge do Londrina Tecnópolis, que a gente conseguiu o apoio do governo do Paraná, foi de 2000 a meados de 2002 e em 2002 tivemos um projeto financiado pela FINEP, no qual conseguimos estruturar três plataformas, então esse foi o apogeu do projeto. Já em 2003 com a mudança do governo do Jaime Lerner, que oferecia todo apoio para o Requião, o projeto começou a entrar em declínio.

Entrevistado P2 – C: Nós tivemos recursos da prefeitura, para incubadora. Tivemos recursos do CNPq, para aquele programa SOFTEX. No caso do PDI, foi parte do recurso da prefeitura e parte de recursos empresariais, com doações de empresários. E o Londrina Tecnópolis foi essencialmente FINEP e SETI, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná.

Entrevistado P2 – D: A maioria deles sim, havia uma grande, uma fortíssima dependência aliás, dos programas de incentivos do governo especialmente FINEP, do Ministério de Ciência e Tecnologia em geral. Eu lembro desse guarda-chuva de Ministério da Ciência e Tecnologia, a gente tinha ali as fontes diversas né, que eram CNPQ, FINEP, e aí da parte do governo federal, da parte do governo estadual. A gente tinha ali o da Fundação Araucária, FIEP, Federação das Indústrias que muitas vezes contribuiu grandemente com os programas, e o CEBRAE, obviamente que até hoje, nessa trajetória toda continua firme e forte.

Além de questões relativas ao isomorfismo, durante o período de 1994, data do primeiro projeto selecionado para compor essa pesquisa aos dias atuais, uma vez que o projeto Ecossistema de Inovação iniciado em 2017 se mantém, notam-se as várias ações para incutir novos valores nas pessoas e símbolos relacionados à importância da C&T no município em busca da legitimação que faz referência a suposição de que as ações de determinada entidade são desejáveis e apropriadas dentro de um sistema de normas, valores e crenças construídas socialmente.

E, em virtude dessas mudanças não estarem relacionadas apenas a eficiência dos envolvidos, mas também serem movidas pela busca de legitimidade, foi possível evidenciar nos relatos essa busca por legitimação quando os entrevistados citaram cidades como Santa Rita do Sapucaí e São Carlos, e a Compiègne na França como modelos a serem buscados. Para Meyer e Rowan (1977), as organizações que incorporam elementos racionais já institucionalizados pela sociedade em suas estruturas formais, maximizam a sua legitimidade e aumentam seus recursos e capacidade de sobrevivência. Da mesma forma, Berger e Luckmann (2004) propõem ainda a sociologia do conhecimento como explicação de como os hábitos se tornam

instituições e sua aceitação se torna a realidade conhecida e aceita como natural aumentando sua capacidade de sobrevivência.

Após analisarmos as ações que evidenciam a busca por legitimidade, o próximo elemento a ser abordado refere-se ao processo de institucionalização por meio das fases de habitualização, objetificação e sedimentação a luz de Tolbert e Zucker (1998). Assim, ao analisarmos a forma como o desenvolvimento tecnológico da região passou a integrar os principais fóruns de discussões da cidade, nota-se que, houve por parte dos integrantes do grupo uma preocupação de se caracterizar e institucionalizar o problema: necessidade de um “norte” para a cidade de Londrina.

Dessa forma, em um primeiro momento, buscava-se mobilizar as lideranças da região para discutir possíveis soluções a problemas compartilhados por diferentes organizações, o que correspondendo a fase de habitualização, esses processos resultaram em estruturas que também podem ser classificadas como um estágio de pré-institucionalização e, conforme descrito por nossos informantes, foram realizadas discussões, reuniões e seminários com os vários setores produtivos sobre a importância da capacitação de empresas, instituições, pessoas, para se tornarem competitivas e alavancarem o desenvolvimento tecnológico da cidade.

No que tange à fase de objetificação, quando a estrutura já está em um estágio mais disseminado e permanente, evidencia-se a figura do *Champion*, aquela pessoa que se torna o grande propagador de ideias, a fim de captar recursos pessoais, materiais e financeiros para os projetos. E para cada projeto que compõe esse estudo, percebe-se um *Champion* específico. No caso do Plano de Desenvolvimento Industrial – PDI em 1994, destacamos a atuação do sr. Flavio Meneguetti e do Walter Guimarães.

Entrevistado P1 – B: Um dia no aeroporto perguntei ao Walter o que a gente poderia fazer para tentar mudar essa tendência que Londrina estava. Pensamos em talvez trazer uma consultoria internacional para fazer um trabalho de folego. O presidente da ÁCIL, na época era, o Abílio Medeiros, então chamei-o, e contei-lhe o que estávamos pensando em fazer. Ele falou: então vamos fazer. O prefeito era PT, eu sou antipetista roxo, o vice-prefeito, do Cheida, era o Assad Jananni, que é meu amigo particular e não tem nada a ver com o PT, e ele era o presidente da Sercomtel, então nós reunimos o Assad, o Abílio, eu e o Walter, conversamos entre nós, e, nasceu a ideia. Aí, eu marquei um jantar na minha casa e levei o Cheida para jantar em casa, e colocamos a ideia, ele achou maravilhoso, e qualquer prefeito queria um projeto desse, e o Assad que era vice-presidente, da Sercomtel, tinha acesso a esses fornecedores grandes. Na época, acho que era Ericsson, se dispôs a bancar uma parcela pesada do projeto. Aí, nós convidamos várias consultorias internacionais que vieram aqui no final de semana, o Walter, eu, e o próprio Abílio e mais algumas pessoas, fizemos uma entrevista, com essas empresas, todas empresas de grande porte, foi uma coisa arrojada.

Analisamos o *background* de cada uma nesse tipo de atividade e selecionamos a Anderson Consultin.

Com relação ao Londrina Tecnopolis na figura do *Champions* destacamos a atuação do professor Ivan dia e do Sr. Tadeu Felismino.

Entrevistado P2 – C: Quando eu assumi a pró-reitoria, o Ivan e eu nos aproximamos, e começamos a discutir: olha, a resposta para a questão do Rumos do Norte, é transformar Londrina num polo tecnológico, um polo de inovação. Aí, como pró-reitor, com respaldo do reitor da época, o professor Thompson, da vice-reitora que era Luzia Machita, e do Ivan, nós começamos a organizar, fazer uma discussão com lideranças da comunidade, pegando gente das instituições etc., aí começamos a discutir, e a ver que tinha uma adesão muito grande a essa ideia, daí foi causando um entusiasmo. Na época nós nos aproximamos da Secretaria de Ciências e Tecnologia em Curitiba, e uma pessoa que nos ajudou muitíssimo, que é madrinha desse estudo, foi a diretora, Gina Paladino que é economista. Assim, fomos avançando, e o movimento foi ganhando forças, até que, em junho de 93, nós fizemos um evento, que foi histórico. Fizemos um workshop no Hotel do Lago, e conseguimos reunir todas as principais lideranças empresariais da cidade, universidade, instituições, associação comercial, e tal, conseguimos trazer cinco convidados, um cidadão do parque tecnológico de São Carlos, Silvio Rosas, um homem de Campina Grande na Paraíba, que era Maurício Baracui. Trouxemos também um cara ótimo de Santa Rita do Sapucaí, que era o Elias Calas e pôr fim a Gina Paladino, de Curitiba. Passamos um dia inteiro no hotel do lago, com aquele grupo todo reunido. Uma pessoa que sempre foi entusiasta, que foi, assim, um líder de grandes causas de Londrina desde os anos 50, era o João Milanês, que era um dos donos da Folha de Londrina, também convidado. E no fim daquele workshop, à tardinha, deu um temporal na cidade. Mas nós tiramos dali um manifesto, que todos assinaram, propondo a criação de um polo tecnológico de inovação em Londrina, para desenvolver ideias bem gerais. Então esse foi um primeiro marco que a gente teve, né... Depois continuamos nesse trabalho de organização, e esse grupo passou a se reunir sempre sábado de manhã na Folha de Londrina, e em vez de diminuir, aquilo foi engrossando, mais entidades participando... participava SENAI, participava COPEL, Sercomtel, todo mundo querendo, e achando que a cidade precisava de algo, e que aquele era o caminho. Foi muito legal o que a gente viveu. Quando foi outubro ou dezembro de 93, aquele grupo já estava “madurecido”, e então nós criamos a ADETEC, uma associação de desenvolvimento tecnológico de Londrina. A ADETEC era uma associação que reunia todos esses *stakeholders*, né. Setor acadêmico, setor empresarial, setor político, instituições, havia um conselho, havia uma diretoria, e desde o início eu que era pró-reitor, na UEL, já fui saindo de lá e assumindo um caráter executivo, né. Aí, te dando um *highlight* rápido, essa ADETEC começou a trabalhar, em 94 lançamos o primeiro projeto, parceria ADETEC e prefeitura, que foi a primeira incubadora de empresas de Londrina, que era a INCIL. Essa incubadora existiu por cinco anos. Funcionou ali em frente à Cacique. Um prédio alugado, bacana. Essa incubadora, a empresa que é símbolo de inovação em Londrina é a Angelus, que está lá no parque tecnológico. Uma outra empresa, que é hoje um case na área de energia BR, BR-energia, está em Cambé nasceu lá. E algumas outras, empresas. Então esse foi um fato importante, que foi a incubadora. Um segundo projeto nós começamos em 96, foi o primeiro grupo de empresas de software. Isso que hoje virou o APL, então, na época, nós criamos um primeiro grupo, e criamos um grupo com respaldo de um programa nacional de inovações de software, que era o SOFTEC-2000. Então nós conseguimos trazer recursos do SOFTEX, e criamos esse grupo, que inclusive não era só Londrina, era Londrina, Maringá, tinha um grupo de empresas aqui, um grupo de empresas em Maringá, fazíamos sei lá, uns trinta projetos... Coisas que

alavancaram. Então essa história foi caminhando, eu vou dar um pulo aí no PDI. Quando chegou 96, se eu não me engano, 97... surgiu uma iniciativa, a parte mais convergente.

Já a história do PDI, alguns empresários, eu vou citar o Flávio Meneghetti, foi um dos caras que teve a visão, e ele ao lado de um cara que ele deve ter citado, que é o Walter Guimarães, e o Walter tinha vivido uma experiência de fazer uma fusão no grupo Ipiranga, contratando consultoria internacional. Então ele trouxe "ai, meu Deus, precisava contratar uma consultoria dessas". E foi uma experiência fantástica. A gente participou do comitê gestor, que sempre se reunia, virou mania, sábado de manhã, né. E foi contratada a Andersen G. A Andersen que trouxe um diretor de Barcelona, e trouxe o gerente de equipe, pelo menos no início, onde eles tinham feito esse trabalho que é o PDI. Usando a metodologia do Michael Porter, de análise de segmentos etc. Uma experiência espetacular. Então, a gente acompanhou essa experiência, e depois a recomendação final é que deveria ser criada uma agência para implementar o PDI. Só que a cidade não conseguiu coesão, não conseguiu. Então, a ADETEC acabou funcionando como uma agência. Então foi contratado um gerente, que era o Kentaro Takahara, que era o gerente de marketing, de articulação, e esse cara fazia ligação dos empresários, da prefeitura, mas o braço operacional dele era a ADTEC. Então ele captava recursos de empresas, a prefeitura dava algum recurso, e ele administrava esse recurso num programa para a atração de indústrias. Foi nesse contexto a última grande leva de indústrias pra Londrina, que foi a Dixie Toga, a Atlas Schindler, e a Hussmann Fast Frio. Foram três empreendimentos que vieram disso. E, paralelo a ADTEC continuou avançando com o SOFTEC, com a incubadora etc. e tal... Quando chegou em 99 a gente já tinha acumulado 5 anos, a gente já tinha acumulado muito conhecimento, muitos contatos internacionais, nacionais, participando do SOFTECs, que era uma associação nacional de núcleos na área de software, e participando da ANPROTEC, que era uma associação nacional de incubadoras, parques tecnológicos, então já tinha uma massa crítica espetacular. Já tínhamos conhecido tecnópolis na França, parques tecnológicos na Espanha, então, com base nisso, nós já tivemos condição de fazer um projeto altamente estruturante, que foi Londrina Tecnópolis. E no Londrina Tecnópolis nós conseguimos recursos do FINEP, foram dois editais que a gente conseguiu e ao mesmo tempo a gente já estava implantando o parque tecnológico, também conseguimos recursos do FINEP, ou seja, a ADTEC tinha uma força, uma credibilidade, assim, a nível nacional. E a gente concebeu o projeto da Londrina Tecnópolis, considerando os modelos de tecnópolis principalmente na França onde tecnópolis na época já era política pública, tinha uma estruturação, tinha segmentos bem definidos. A gente trouxe esse modelo, para definir um modelo próprio, com base na realidade local, nós fizemos parceria com o IPT, Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo. O IPT nos deu uma consultoria, com recurso FINEP, trouxemos, dois pesquisadores lá... não vou lembrar os nomes... Mas uma pesquisadora e um pesquisador chinês, esse pessoal lá, com toda a metodologia, ajudou a gente a estruturar toda a cadeia de inovação aqui, os pontos que a gente tinha que suprir, e foi nessa parceria com o IPT que a gente depois, procurou um gerente... um gerente geral pra isso, o próprio IPT indicou o Mauro Ruiz, que era pesquisador deles, e que estava louco pra sair de São Paulo, porque as crianças dele tinham um problema respiratório. Deu certinho, o Mauro já tinha participado de um projeto em Curitiba, chamado Jovens Doutores, querendo sair pra ir pra Curitiba, então veio e ficou com a gente uns dois anos, se eu não me engano. Então, isso foi histórico. Dei-lhe um resumo da ópera.

No caso do Ecossistema de Inovação, o protetor do projeto, representado pela figura o *Champions*, destacamos a atuação do Sr. Heverson

Feliciano.

Entrevistado P3 – A: Bom, eu sempre falo que o ecossistema de inovação é algo que existe desde a fundação da cidade, é uma lógica local. Ela começou lá na criação da cidade, a própria instalação da UEL na cidade alavancou bastante o Sercomtel, o IAPAR, a EMBRAPA, muita coisa veio acontecer em Londrina que foi fortalecendo o Ecossistema de Inovação, em 2016, eu estava na gerência do Sebrae junto com outros atores associações comerciais, as governanças de TI, de saúde, Senai, sindicatos, e a gente percebia que muita coisa estava acontecendo na cidade, mas era necessário ter um planejamento, porque a gente perdia muita sinergia e o fato de você não ter planejamento você acaba favorecendo aquilo que você acha importante, mas as vezes, no momento errado, às vezes o mercado não reconhece. Então em 2016 a gente se reuniu, e fomos atrás de uma instituição, alguém que pudesse fazer esse planejamento. Conhecíamos a fundação CERTI, que tinha feito um trabalho fantástico em Florianópolis, alguns trabalhos em Manaus, em Goiânia, em Foz do Iguaçu, em Maringá, e contratamos a fundação CERTI, não só o Sebrae várias instituições, pra fazer o planejamento que durou 2017 todo. Então 2017 a gente teve aí umas 80 entrevistas, nós fizemos uns 4 workshops, umas 120 pessoas em cada workshop, esse planejamento e logo no final. Depois eu saí da janela do Sebrae, houve uma troca eventual de gerentes, a gente trocou a gerência em 2018, eu fui convidado pra coordenar isso no estado e continuar tocando as ações aqui em Londrina. Então a gente vem ajudando a organizar as governanças, o planejamento das governanças e também do ecossistema como um todo.

A partir do momento em que os *Champions* encamparam os projetos e passaram a realizar suas articulações, nota-se que ocorreram as seguintes fases comuns:

- (a) Promoção de eventos, com a participação dos setores produtivos, para esclarecer dúvidas e deixar claro o problema a ser solucionado;
- (b) Validação, junto à comunidade de várias soluções, como por exemplo, trazer experiências nacionais e internacionais à cidade, evidenciando a validade da solução proposta, (monitoramento interorganizacional);
- (c) Divulgação das ações nas mídias locais para reafirmar a validade das soluções, mostrando, principalmente à comunidade empresarial as ações tomadas em Londrina.

Durante a fase de objetificação, que se refere à transformação dos pensamentos pela linguagem e comportamento dentro de parâmetros sociais e sua institucionalização nas normas e hábitos, observa-se à luz de Scott (1995), uma alusão aos pilares regulador, normativo e cognitivo quando em um primeiro momento, houve ênfase na explanação e disseminação de ideias por parte dos atores

acendendo a ideia dos projetos a toda comunidade organizada.

Em um segundo momento, nota-se também que houve um maior consenso entre os atores sobre a importância e os benefícios para a cidade em relação a se investir no desenvolvimento tecnológico local, validando as regras instituídas por organizações federais como a FINEP e CNPQ para se obter recursos financeiros por meio de editais abertos por órgãos como a FINEP e CNPQ, validando assim as regras com a obediência às mesmas, ou seja, o pilar normativo.

Por fim, no que tange à fase de sedimentação, isto é, a institucionalização total do projeto por meio do apoio cultural e contínuo da comunidade, foi possível perceber que houve inicialmente um apoio quase que total da comunidade organizada, entretanto, se considerarmos a perenidade dos projetos, estes não tiveram continuidade, portanto, não podemos afirmar que não se alcançou a fase de sedimentação, ou seja, a institucionalização total e sobrevivência através de gerações de membros da organização. Isso porque estão diretamente relacionados aos efeitos conjuntos da baixa resistência relativa por parte de grupos de oposição, de promoção e de um apoio cultural contínuo por grupos de defensores e de uma correlação positiva com resultados desejados (TOLBERT; ZUCKER, 1998).

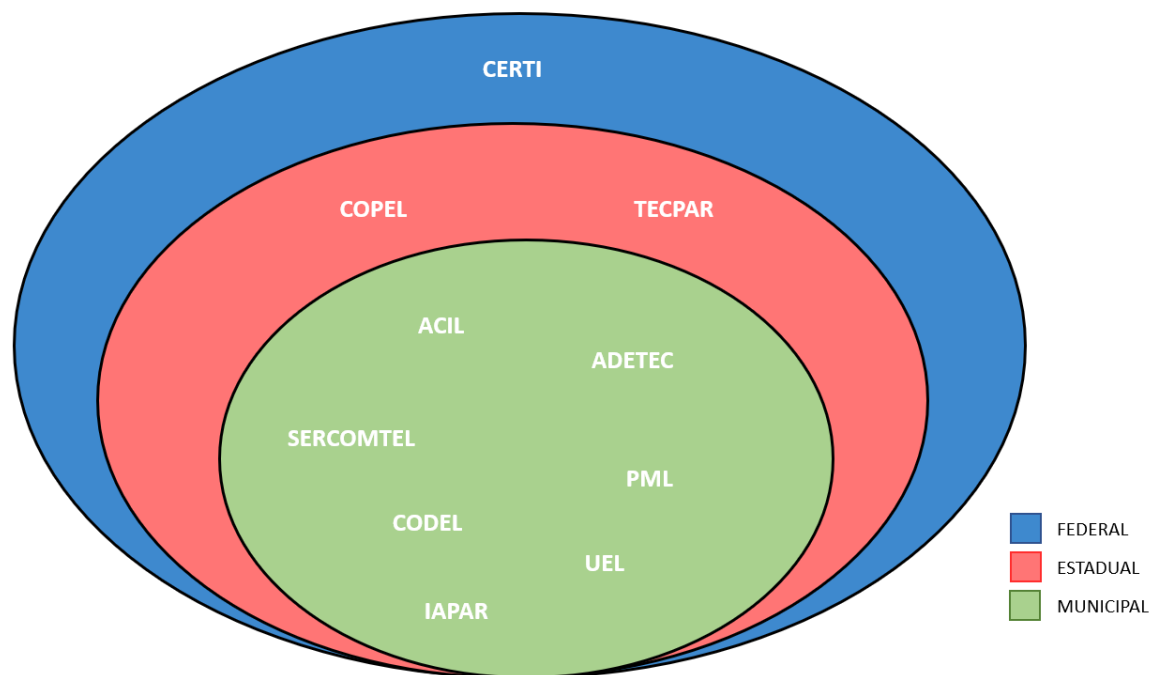
Assim, podemos afirmar que tanto o projeto PDI como o Londrina Tecnópolis alcançaram as fases de habitualização e objetificação. Os elementos relacionados à Sedimentação não foram possíveis de serem identificados em sua plenitude, sendo que, assim como preconiza a literatura, caso os projetos não tenham seus benefícios percebidos pela comunidade, eles acabam por ser substituídos por novas estruturas organizacionais. Quanto ao projeto Ecossistema de Inovação, ainda não é possível nenhuma afirmação neste sentido, uma vez que o projeto é relativamente novo e continua em fase de desenvolvimento, ou seja, em fase de objetificação.

4.3 ANÁLISE COMPARATIVA

Durante este tópico serão realizadas as análises comparativas entre os projetos que compõem esse estudo fundamentando-se na teoria Neoinstitucional, destacando fatores que facilitaram ou dificultaram a institucionalização de cada projeto. Assim, a primeira análise realizada destaca o nível de participação dos

principais atores em cada projeto, bem como a participação de órgãos governamentais, uma vez que as mudanças, em termos de alterações no ambiente político, dificultaram a implantação de alguns projetos conforme relatado por nossos participantes.

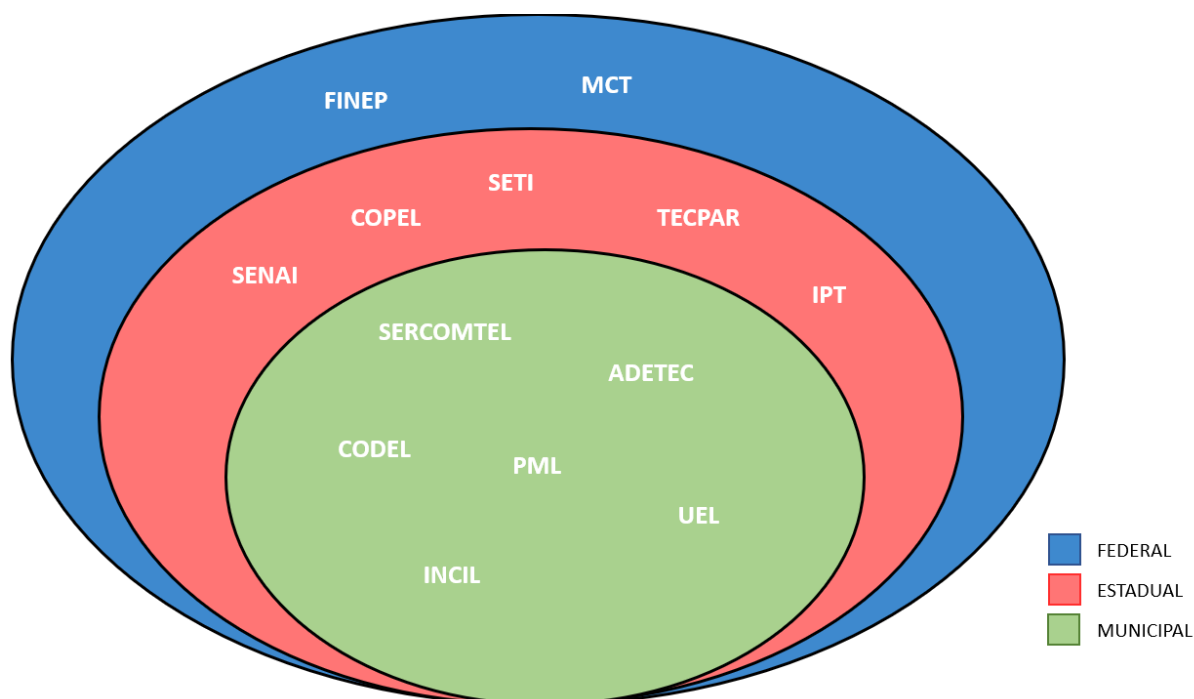
Figura 9 – Níveis de participação dos principais atores (PDI)



Fonte: a própria autora (2021).

O recurso gráfico acima representa os atores envolvidos no projeto. Assim, nota-se que o projeto PDI, mesmo com sua grandiosidade, não obteve destaque em outra esfera, isso porque seu principal objetivo era apenas o planejamento estratégico para o desenvolvimento industrial de Londrina a partir da formulação de uma política de desenvolvimento industrial. Contudo, se guardadas as devidas proporções de cada projeto, pode-se afirmar que o PDI atingiu as esferas propostas inicialmente.

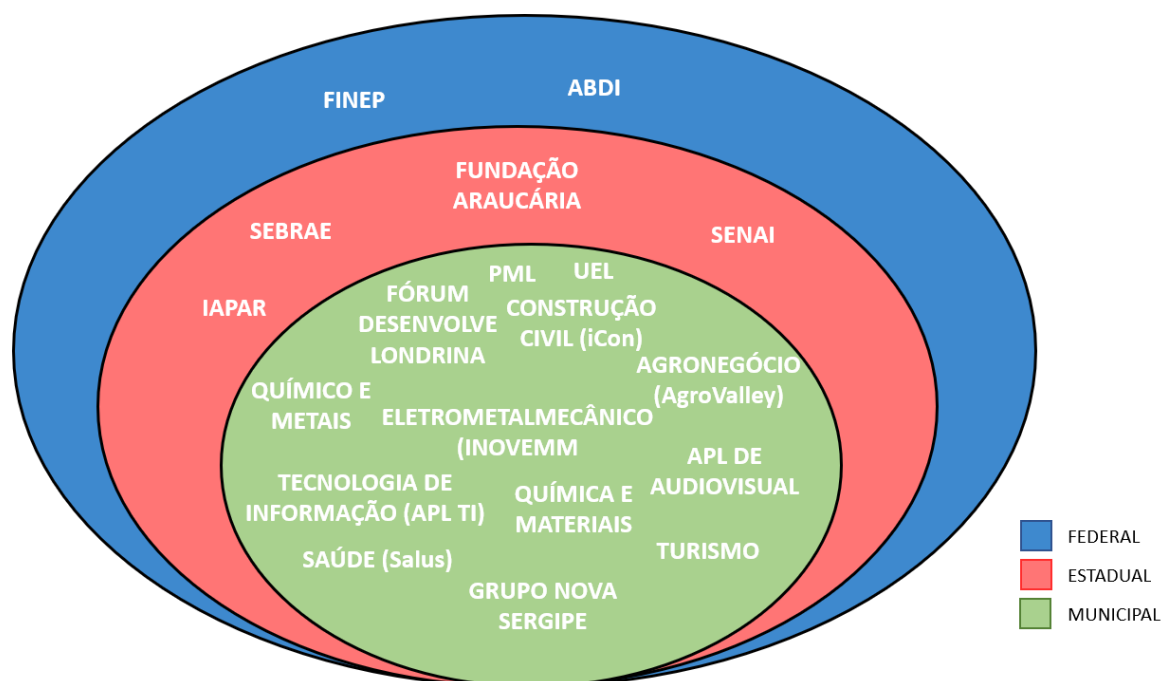
Figura 10 – Níveis de participação dos principais atores (TECNÓPOLIS)



Fonte: a própria autora (2021).

Com relação ao projeto Londrina Tecnópolis, este conseguiu alcançar o âmbito Estadual com mais amplitude, isso porque se comparado ao PDI, era mais ambicioso e, buscava a estruturação de um polo de inovação tecnológica, a fim de consolidar a região de Londrina como um dos três principais polos de inovação tecnológica do país. Cabe destacar também que a figura do *champions* nesse projeto foi marcada pela liderança do Sr. Tadeu Felismino, que proporcionou grande visibilidade ao projeto por meio da articulação com representantes de várias entidades dos setores públicos, e em linhas gerais, os recursos financeiros foram essencialmente captados por meio da FINEP, SETI e Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná.

Figura 11 – Níveis de participação dos principais atores (ECOSSISTEMA)



Fonte: a própria autora (2021).

O Ecosistema de inovação, por sua vez, se comparado ao PDI e Londrina Tecnópolis, apresenta uma descentralização de atores no qual a figura do *champions* não se evidencia tão facilmente, isso porque, a partir da definição de cinco setores econômicos fundamentais para alavancar a inovação na cidade: saúde; agronegócio; tecnologia da informação e comunicação (TIC); eletrometalmecânico; e químico e materiais foram constituídas governanças próprias. Essa descentralização permite a atuação dos atores em todas as esferas de forma igualitária através das governanças setoriais que existem tratando de inovação. São dez governanças em Londrina que tratam dessa questão do desenvolvimento com objetivo de buscar o crescimento integrado, a partir do potencial existente no município.

As alterações ocorridas no âmbito local, estadual e federal são fatores que influenciam a institucionalização dos projetos, em razão do impacto nas estruturas organizacionais devido à falta de uma política de Estado, neste caso relacionado à área de C&T que, de tempos em tempos, pode comprometer o desenvolvimento de setores essenciais para o país, deixando um hiato no que tange às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Sendo assim, para compreender os impactos e as possíveis causas dos fatores que propiciaram a descontinuidade dos projetos, é de suma importância

compreender o contexto político da época e as transformações ocorridas no âmbito local e nacional, uma vez que o relacionamento entre a comunidade científica, mercado e governo não ocorre de forma muito tranquila.

Quadro 8 – Contexto político local

PREFEITO	PARTIDO	INÍCIO DO MANDATO	FIM DO MANDATO
Marcelo Belinati	Progressistas - PP	1 jan.2017	Atual
Alexandre Kireeff	Partido Social Democrático - PSD	1 jan.2013	31 dez. 2016
Gerson Araújo	Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB	20 set. 2012	31 dez.2012
José Joaquim Ribeiro	Partido Social Cristão- PSC	30 jul. 2012	20 set. 2012
Homero Barbosa Neto	Partido Democrático Trabalhista - PDT	1 maio 2009	30 jul. 2012
José Roque Neto	Partido Trabalhista Brasileiro - PTB	1 jan.2009	30 abril 2009
Antonio Belinati	Partido Progressista - PP	-	-
Nedson Luiz Micheleti	Partido dos Trabalhadores - PT	1 jan.2005	31 dez.2008
Nedson Luiz Micheleti	Partido dos Trabalhadores - PT	1 jan. 2001	31 dez.2004
Jorge Scaff	Partido Socialista Brasileiro - PSB	26 maio 2000	31 dez.2000
Antonio Belinati	Partido da Frente Liberal - PFL	1 jan. 1997	25 maio 2000
Luiz Eduardo Cheida	Partido dos Trabalhadores - PT	1 jan.1993	31 dez.1996

Fonte: a própria autora, com base no Portal da Prefeitura de Londrina (2021).

No que tange o contexto político local, observa-se que, durante o período de elaboração do PDI, o então prefeito era o Eduardo Cheida, que iniciou seu mandato no início de 1993 e participou da fase de habituação como proposto por Tolbert e Zucker (1998), a partir da adoção de novos arranjos estruturais em resposta a problemas comuns, neste caso, a necessidade de industrialização, a fim de definir uma nova matriz econômica para a cidade, mas ele não permaneceu no poder durante a fase de objetificação e sedimentação.

Na verdade, acredita-se que tal projeto jamais atingiu a fase de sedimentação por diversos elementos críticos como falta de comprometimento, ausência do apoio público em todos os seus órgãos de representação e escassez de recursos. Essas dificuldades ocorreram devido ao calendário eleitoral, no qual em 1997, o então candidato Antônio Belinati, representante do Partido da Frente Liberal, eleito por sufrágio universal, iniciou seu mandato.

Durante esse período nem tudo aconteceu como planejado para o sucesso do PDI devido a denúncias de corrupção na gestão pública do então prefeito Antônio Belinati que, segundo reportagem de Rodrigo Saviani, publicada no G1 PR, com informações da RPC TV Londrina, em 25 de outubro 2013, foi acusado de irregularidades em licitações e desvio de dinheiro público, principalmente na então Autarquia Municipal do Ambiente (AMA) e Companhia de Urbanização (antiga Comurb) (SAVIANI, 2013).

Concomitante, o cenário político no âmbito estadual estava sendo assumido por Jaime Lerner e Ramiro Wahrhaftig, e foi nesse momento em que se viu a oportunidade de retomar com o projeto de desenvolvimento tecnológico da região, mas com o passar dos dias, em razão dos interesses individuais e da falta de visão de futuro devido a nossa cultura imediatista, o projeto atingiu apenas a fase de objetificação. Então, a ausência de uma cultura social consciente, dos benefícios que o desenvolvimento tecnológico pode trazer em uma reação de cadeia a todos as esferas governamentais e a falta de uma liderança comprometida com todos os setores da sociedade tornaram-se elementos críticos para a perenidade do projeto.

Essa questão de desenvolvimento tecnológico de Londrina e região, era um assunto recorrente, discutido *a priori* no Projeto Rumos do Norte de 1990, desde então, os conhecimentos obtidos se tornaram base para os próximos estudos, ou seja, pode-se afirmar que os resultados de um projeto são conhecimentos acumulados para o próximo. Partindo dessa premissa, o Londrina Tecnópolis vai ao encontro dos resultados obtidos no PDI para traçar estratégias a fim de alcançar seu principal objetivo.

No que tange o contexto político local da época, em 1998 o prefeito que estava à frente da prefeitura Municipal de Londrina, Antônio Belinatti, já condenado por corrupção nos órgãos ambiental e de serviços públicos foi cassado por decisão judicial no ano 2000, e por essa razão as dificuldades começaram ali pelo

quinto ano de projeto, visto que a tendência era todo mundo ver tudo naquela administração como coisa errada devido aos traumas da cidade. Assim, os novos dirigentes acabaram tendo dificuldades, pois os interlocutores iam mudando constantemente ao longo do tempo.

No cenário estadual, o então governador era o Sr. Jaime Lerner que iniciou seu primeiro mandato no início de 1995. Reeleito, seu mandato foi até o ano 2003. Assim, à frente do governo do Estado, durante as fases de habitualização e objetificação, Jaime Lerner e Ramiro Wahrhaftig com a visão trazida do Canadá fizeram com que essa ideia do Londrina Tecnópolis emergisse atingindo o auge do programa entre os anos 2000 a meados de 2002, quando se conseguiu financiamento da FINEP. Mas, infelizmente, mais uma vez, o calendário eleitoral impôs mudanças, por vezes, não muito favoráveis a permanência do projeto e, com a mudança do governo do Jaime Lerner que oferecia todo apoio para o Requião, o projeto começou a entrar em declínio.

No que tange à análise com relação ao contexto do ambiente político, no caso do projeto Ecossistema de Inovação, este se distingue das demais, em razão do projeto ainda estar em andamento e pela forma em que o projeto foi estruturado. Em âmbito local, no início do projeto, a prefeitura foi ocupada por Marcelo Belinatti, do partido progressistas – PP, o qual ainda está em posse até os dias atuais (outubro de 2021). Nesse período ele enfrentou e ainda enfrenta um grande desafio relacionado à pandemia COVID-19.

Em virtude que, no Ecossistema de Inovação, há uma descentralização de atores, inclusive fortemente do terceiro setor, sobretudo, das instituições que representam a sociedade mais avançada no sentido de estruturação, como a ACIL com uma ação bem importante na difusão do projeto, ele continuou a ser desenvolvido, principalmente no terceiro setor, em que vários atores propiciaram esse ambiente que temos aqui em Londrina. A própria ADETEC foi um instrumento fundamental para criar um ambiente de participação.

No âmbito estadual, no início do projeto o governador do Estado era o Beto Richa, candidato pelo Partido Social-Democracia Brasileira - PSDB, reeleito pela segunda vez, mas seu mandato findou em abril de 2018 após ser acusado por participar de eventos para liberação de recursos a municípios em períodos em que já estava licenciado do cargo de governador, conforme reportagem de agosto de 2018

escrita por Ana Carolina Caldas ao Jornal Brasil de Fato. Assim, quem assumiu o governo do Estado, em virtude da cassação do titular, foi a representante do Partido Progressista – PP, Cida Borghetti que ficou à frente do Estado até dezembro de 2019 quando então o atual governador, Ratinho Júnior, do Partido Social Democrático – PSD assumiu o comando.

Figura 12 – Âmbito Estadual

INÍCIO > POLÍTICA

ELEIÇÕES

MP pede cassação de Beto Richa e Cida Borghetti

Denúncia é por abuso do poder econômico e promoção pessoal

Ana Carolina Cladas

Curitiba | 28 de Agosto de 2018 às 16:01



Governadora Cida Borghetti (PR) e ex-governador Beto Richa (PSDB) denunciados por abuso do poder econômico - Divulgação_governo_PR

O Ministério Público Federal moveu, na última segunda-feira (27/8), ação em que pede investigação e cassação das candidaturas da governadora Cida Borghetti (PP) e do ex-governador e candidato ao Senado Beto Richa (PSDB) por abuso de poder econômico e promoção pessoal com fins eleitorais. Também serão investigados os prefeitos de Curitiba, Rafael Greca (PMN), e outros políticos.

Segundo a ação, Beto Richa participou de eventos para liberação de recursos a município em períodos em que já estava licenciado do cargo de governador. Como prova, há fotos de eventos promovidos por prefeitos e pela governadora.

O advogado e coordenador da pós-graduação em Direito Constitucional da Universidade Positivo, Eduardo Faria, explica que "o caso configura abuso de poder em benefício do candidato Beto Richa." Sobre se a impugnação é possível, Eduardo diz que "existem no país outros casos em situações parecidas. Agora, irá depender da velocidade dos procedimentos da Justiça Eleitoral", afirma.

Em nota, a defesa de Beto Richa afirma que "a ação não tem cabimento, pois eram eventos públicos nos quais o ex-governador foi convidado e neles não praticou qualquer ato oficial". A assessoria da governadora Cida Borghetti diz que tomou conhecimento pela imprensa do ajuizamento de ação e que "Não houve da parte da governadora Cida Borghetti qualquer atuação em benefício da candidatura do ex-governador. A época, ambos não eram sequer candidatos, afirma em nota.

Edição: Frédi Vasconcelos

RELACIONADAS



Depois de acusar Lula sem provas, Ministério Público mira Haddad

OUTRAS NOTÍCIAS

CE: Missão Velha, Pedra Branca e Martinópolis elegeram novos prefeitos nesse domingo (1º)

Luizianne Lins (PT): "Nossa proposta, meta e foco é a universalização das creches"

Em Fortaleza, Capitão Wagner e Heitor Freire são faces do bolsonarismo nas eleições

Fonte: Brasil de Fato (2018).

Cabe destacar que, em razão da descentralização dos atores envolvidos nesse projeto, as dificuldades impostas pelo calendário eleitoral não foi um limitador para o desenvolvimento do projeto.

Quadro 9 – Contexto político estadual

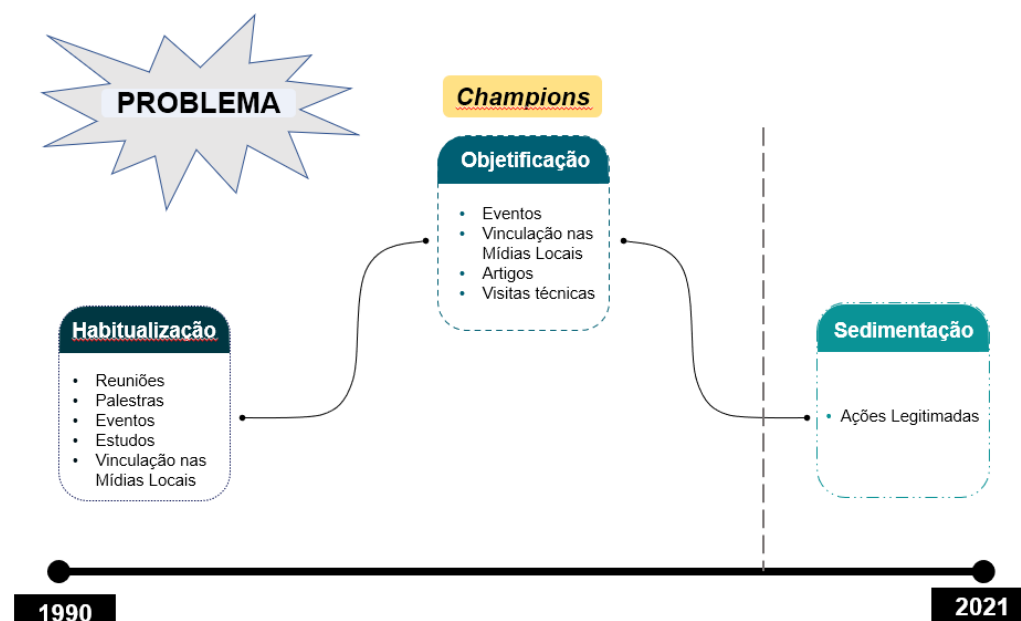
GOVERNADOR	PARTIDO	INÍCIO DO MANDATO	FIM DO MANDATO
Ratinho Júnior	Partido Social Democrático - PSD	1 jan. 2019	Em exercício
Cida Borghetti	Partido Progressista - PP	6 abril 2018	1 jan. 2019
Beto Richa	Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB	1 jan. 2015	6 abril 2018
Beto Richa	Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB	1 jan. 2011	1 jan. 2015
Orlando Pessuti	Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	1 abril 2010	1 jan. 2011
Roberto Requião	Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	1 jan. 2007	1 abril 2010
Hermas Brandão	Partido da Brasileira - PSDB	4 set. 2006	1 jan. 2007
Presidente da Assembleia Legislativa	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	1 jan. 2003	4 set. 2006
Jaime Lerner	Partido da Frente Liberal - PFL	1 jan. 1999	1 jan. 2003
Jaime Lerner	Partido Democrático Trabalhista - PDT	1 jan. 1995	1 jan. 1999
Mário Pereira	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	2 abril 1994	1 jan. 1995
Roberto Requião	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	15 mar. 1991	2 abril 1994

Fonte: a própria autora.

Essa análise se torna essencial à luz da Teoria Neoinstitucional para confirmar a hipótese de campo, proposta por DiMaggio e Powell (1983, p.155) a qual diz que: “quanto maior a probabilidade de organizações de uma área se relacionarem com agências do Estado, maior será a probabilidade de isomorfismo no campo como um todo”, ou seja, haverá uma similitude entre as agências dependentes do governo.

Após analisarmos os níveis de participação dos principais atores e o contexto ao qual estavam inseridos, foi possível identificar as fases habituação, objetificação e sedimentação à luz de Tolbert e Zucker (1998), sobre o processo de institucionalização em cada projeto e, utilizou-se o recurso gráfico abaixo que representa esquematicamente esse processo.

Figura 13 – O processo de institucionalização



Fonte: a própria autora, com base em Amâncio Vieira *et al.* (2005).

Na primeira fase, a habitualização – como geração de novos arranjos estruturais em resposta aos problemas, podemos afirmar que, em todos os projetos, houve um processo de levantamento das inquietações relativas ao desenvolvimento tecnológico da região, e todos os projetos apresentavam em seu escopo, objetivos muito similares, uma vez que todos visavam à promoção do desenvolvimento Tecnológico de Londrina.

Assim, conforme descrito por nossos entrevistados, foram realizadas discussões, reuniões e seminários com os vários setores produtivos sobre a importância de se conscientizar a população acerca dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento tecnológico. Logo, pode-se afirmar que houve por parte dos integrantes dos projetos uma preocupação de se caracterizar e institucionalizar os problemas identificados.

Outra fase que se evidencia nos projetos é a objetificação, quando a estrutura já está em um estágio mais disseminado e permanente. Nessa etapa, ressalta-se a figura do *champion*, ou seja, o protetor do projeto que, no caso do PDI, corresponde ao Sr. Flavio Meneguetti e o do Londrina Tecnopolis foi representado pelo Sr. Tadeu Felismino.

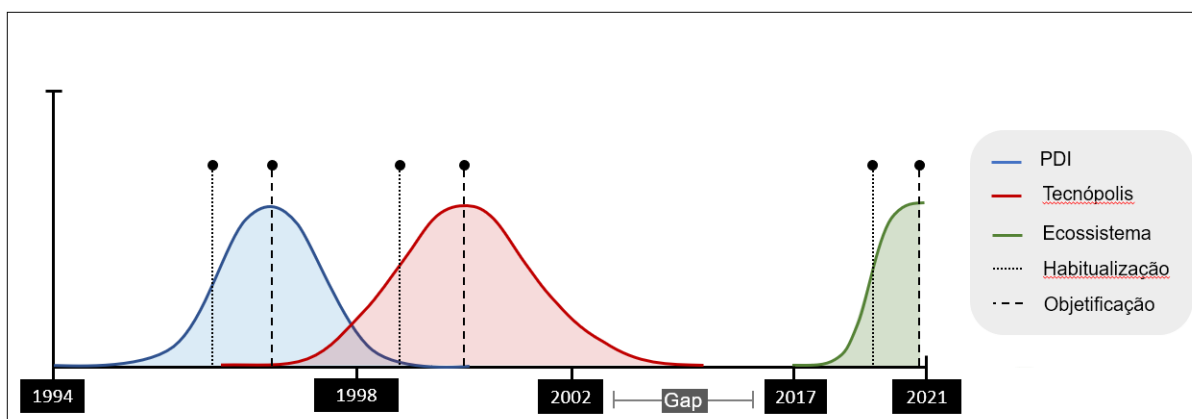
Com relação ao Ecossistema de Inovação, podemos destacar a forte atuação do Sr. Heverson Feliciano e do Sr. Fabricio Bianchini para a estruturação do

projeto, mas seria um equívoco apontá-los como *champions*, pois conforme mencionado anteriormente, esse projeto se distingue dos demais exatamente em função dessa descentralização de atores, o que promove uma integração ainda maior em todas as camadas sociais, bem como uma participação mais ativa em todas as esferas governamentais.

A fase de sedimentação, ou institucionalização do projeto, é considerada a fase mais difícil de ser atingida, isso porque envolve um apoio cultural e contínuo dos projetos. No decorrer desses processos, vários foram os elementos críticos que dificultaram a perenidade dos projetos. Cabe ressaltar que a análise relativa à fase de sedimentação, foi possível apenas no projeto PDI – Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina, iniciado em 1994 até meados de 1997, e no Londrina Tecnópolis, que teve início em 1997 e vigorou até meados de 2002. Isso porque o Ecossistema de Inovação ainda está sendo desenvolvido, conforme apresentado no decorrer desse estudo. Dessa forma, foi possível observar que estes projetos, PDI e Londrina Tecnópolis, não tiveram continuidade por uma sequência de fatores que propiciaram sua descontinuidade;

- a) Falta de uma política de Estado;
- b) Ausência de uma cultura de inovação;
- c) Escassez de recursos;
- d) Cultura Imediatista da região;
- e) Despeito entre as próprias lideranças;
- f) Falta de alinhamento entre as instituições para trazer todo mundo para o mesmo nível de entendimento.
- g) Calendário político eleitoral e;
- h) Corrupção em órgãos públicos

Figura 14 – Fase dos projetos



Fonte: a própria autora (2021).

Verifica-se que em Londrina, durante os anos 1990 e início do século XXI, houve um amadurecimento das atividades dos principais ativos tecnológicos de Londrina, e de acordo com depoimentos, isso fez com que as políticas públicas de C&T fossem implementadas no município, em razão dos ativos tecnológicos da região, bem como devido à forte atuação da comunidade científica organizada e empresarial, para o desenvolvimento do município.

Foi possível observar uma efervescência de ideias e ações entre os anos iniciais de cada projeto, onde os *champions* buscavam disseminar a ideia e captar recursos financeiros e pessoais para o desenvolvimento do projeto. As experiências trazidas por tais atores configura a fase de habitualização em razão da tentativa de adotar novos arranjos estruturais em resposta a um conjunto de problemas organizacionais. É neste estágio que segundo Tolbert e Zucker (1998), ocorre a normalização das novas estruturas em políticas e procedimentos da organização.

As ações que representam a objetificação fazem referência a ações repetidas e aceitas por outras pessoas e/ou instituições como aos eventos promovidos pelos *champions*, tal como a vinculação nas mídias televisivas locais e nacionais, a publicação de artigos e as diversas visitas técnicas realizada com vista a buscar novos conhecimentos. É nesta fase que acontece a teorização, sendo esta essencial para traçar um plano de ações que deverão ser desenvolvidas para o alcance das metas e objetivos.

Esta etapa se assemelha muito ao conceito de sistema de inovação

que, segundo Cassiolato e Lastres (2000), parte da compreensão de que o desempenho inovativo depende não apenas do desempenho de empresas e organizações de ensino e pesquisa, mas também de como elas interagem entre si com vários outros atores e com as instituições – inclusive as políticas – afetam o desenvolvimento dos sistemas.

Por fim, na análise relativa ao processo de sedimentação compreende-se que nenhum dos projetos estudados conseguiu atingi-lo, mesmo frente a tantos resultados alcançados, conforme demonstrado na figura 8. Isso porque, de acordo com a Teoria Neoinstitucional, refere-se à institucionalização total, um processo que fundamentalmente se apoia na continuidade da estrutura e, especialmente, na sua sobrevivência através de gerações de membros da organização.

Portanto, a total institucionalização da estrutura depende do apoio cultural contínuo por grupos de defensores e de uma correlação positiva com resultados desejados Tolbert e Zucker (1998), e conforme apresentado e discutido no decorrer do trabalho, tanto o projeto Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina – PDI como o Londrina Tecnópolis com o passar do tempo, foram descontinuados. No caso do Ecossistemas de Inovação, o projeto ainda está na fase inicial do processo de objetificação, inviabilizando, portanto, essa análise.

Outro aspecto importante a ser analisado faz referência às lógicas institucionais que permearam cada projeto. Para tal análise, faz-se necessário considerar o contexto vivido na época. No caso do PDI – buscava-se redefinir o futuro de Londrina porque, na década de 70, com a queda, o café que era a base econômica da cidade Londrina, ficou um bom tempo sem rumo. Nesse período também aconteceram outros estudos chamados Rumos do Norte para identificar qual o rumo de Londrina.

A busca por alternativas de Londrina levou a essa iniciativa do PDI com o intuito de identificar o que seria interessante em termos de desenvolvimento Industrial. Londrina, naquela época estava empobrecendo, parecia que estava perdendo aquele ímpeto de vanguarda que sempre foi uma característica da cidade, então buscava-se identificar um novo vetor de desenvolvimento. Os atores entendiam que a indústria era a mola propulsora que poderia fazer a cidade ter um novo norte a se desenvolver.

Com relação ao Londrina Tecnópolis, quando saiu o censo de 1980 referente aos anos 70, foi apresentado uma radiografia da grande desestruturação da região, e na época, o senhor Tadeu Felismino que atuava como assessor parlamentar de um deputado federal que era o Álvaro Dias, percebeu que a região norte do Paraná, com o fim da cafeicultura, havia perdido aproximadamente 100 mil pequenos propriedades que haviam sido absorvidas. Houve um êxodo rural tremendo, um esvaziamento do campo, e isso causou um grande impacto. Diante dessa grande transformação que tinha acontecido, quando o Sr. Álvaro Dias ganhou o segundo mandato, nos anos 89/90, e assumiu a presidência da câmara, ele organizou um movimento chamado “Rumos do Norte” juntamente com outros atores para discutir o futuro da região.

Por meio desse conjunto de mudanças político-econômicas e sociais que promoveram o aumento do número de empresas de vários segmentos industriais na região, a concentração de infraestrutura fez com que Londrina se destacasse na hierarquia paranaense e desde a criação da Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (ADETEC), em 1993, diversas foram as tentativas de aproximar os ofertantes e demandantes de serviços tecnológicos. Tais tentativas culminaram na elaboração do Projeto Londrina Tecnópolis que tinha como cerne transformar Londrina em uma cidade com um parque industrial sustentado na inovação tecnológica com a articulação dos setores privados, poder público e entidades de ensino e pesquisa da região.

No Ecossistema de Inovação, frente à percepção do SEBRAE de que pequenas e grandes empresas já perceberam que ambientes colaborativos estimulam melhores resultados, buscaram-se organizar os ativos da região para a diversificação econômica do município. Londrina realmente já tem um ecossistema diferenciado, quantidade de universidades, de empresas tecnológicas, de doutores, de mestres, os institutos de pesquisa, IAPAR, EMBRAPA. Londrina é uma cidade que tem muitas coisas acontecendo, mas percebe-se uma grande dificuldade no processo de comunicar isso a sociedade.

Portanto, de forma pontual, o quadro baixo apresenta as lógicas institucionais dos respectivos projetos analisados nesse estudo.

Quadro 10 – Lógica institucional dos projetos

Lógicas	Institucionais
Planejamento Industrial de Londrina	Proposta de Industrialização para Londrina em razão da crise na cafeicultura
Londrina Tecnópolis	Estruturação de um polo de inovação tecnológica
Ecosistemas de Inovação	Necessidade de organização dos ativos da região

Fonte: a própria autora (2021).

Após todo processo de pesquisa, primeiramente pode-se afirmar que a temática inovação é fundamental para o desenvolvimento da cidade, não só de Londrina, mas de qualquer outra. Em um segundo momento, percebe-se que Londrina realmente tem um ecossistema diferenciado e que todos os projetos, bem como a participação de todos os atores, contribuíram para Londrina estar como está hoje.

No que tange a construção de um modelo único de desenvolvimento tecnológico, com os dados levantados e analisados na presente pesquisa, observou-se que diante da singularidade de cada projeto não foi possível elaborar um modelo único que se aplique de maneira uniforme e surta os mesmos resultados, uma vez que aspectos cognitivos e culturais influenciam nesse processo.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar as lógicas institucionais utilizadas na elaboração dos programas de desenvolvimento tecnológico regional de Londrina/PR. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o processo de institucionalização, embasado na Teoria Neoinstitucional. Este tipo de pesquisa se mostrou a mais adequada para o caso, uma vez que reconhece um elemento subjetivo no processo de análise sobre o fenômeno escolhido para ser estudado.

Deste modo, buscou-se responder às seguintes questões de pesquisa: Qual foi o percurso histórico do município de Londrina referente às ações para o desenvolvimento tecnológico? Quais as diferentes lógicas institucionais que permearam os programas de desenvolvimento tecnológico já realizados em Londrina/PR? E quais elementos envolvidos ao processo fizeram com que tais programas perdessem a força com o passar do tempo?

No que tange ao histórico do município de Londrina, com relação às ações voltadas para o desenvolvimento tecnológico, observa-se que inúmeras foram as ações realizadas a fim de fomentar a importância do desenvolvimento tecnológico da região. Foi possível perceber ainda que, durante o processo de institucionalização verificaram-se algumas fases, conforme classificação proposta por Tolbert e Zucker (1998): habitualização, objetificação e sedimentação.

Na primeira fase, foram realizadas ações que vão desde a promoção do desenvolvimento tecnológico por meio de artigos, revistas, programas de televisão até a organização de eventos que buscam conscientizar a população local acerca da importância do desenvolvimento tecnológico através palestras; workshops e eventos institucionais. Assim, para disseminação dessa ideia, alguns empresários locais e instituições tiveram o papel de propagadores da cultura da inovação e esse processo da década de 90 até os dias atuais contribui para o amadurecimento cultural dos ativos tecnológicos do setor público, da iniciativa privada e academia.

Em referência às diferentes lógicas institucionais que permearam os programas de desenvolvimento tecnológico realizados em Londrina, no primeiro período, notam-se a carência do desenvolvimento local e a necessidade de industrialização a partir da década de 60, após as várias geadas e, em especial a de 1975, conhecida como “Geadas Negras” uma vez que, com o fim da cafeicultura, que

era a “mola propulsora” da economia local, foi necessário discutir e definir uma nova matriz econômica.

Em um segundo momento, a ideia de tecnópolis emergiu da sociedade civil organizada para suprir a necessidade do Paraná em se criar ações de estruturação de um polo tecnológico e disseminar a cultura tecnopolitana, por meio da atuação nos três principais setores da região, setor de alimentos, químico-pharmas e o setor de tecnologia da informação, assim, outra fase que fica clara é a objetificação, onde a estrutura já está em um estágio mais disseminado e permanente. Nessa etapa evidencia-se a figura dos *Champions*, que encampou o projeto e o viabilizou na cidade de Londrina. Mas, por razões políticas, a partir da cassação do prefeito da época, os atores envolvidos se sentiram desmotivados colocando a credibilidade do projeto em cheque, levando-o a desinstitucionalização.

A partir destas mudanças, o componente político acaba por enfraquecer a proposta para o desenvolvimento tecnológico da região, deixando um *gap* nas ações entre período de 2002 a 2017, abrindo espaço para a teorização, quando as discussões foram retomadas através do Fórum Desenvolve Londrina. Neste momento, a figura dos *Champions* passa a ser evidenciada dentro de cada governança, visto que ocorre o processo de descentralização no Ecossistemas de Inovação. Assim, para esse terceiro momento, verifica-se que o projeto está em na fase inicial do processo de sedimentação, buscando alcançar resultados positivos que possam ser relacionados à estrutura que foi criada.

Concluída a presente dissertação, com base em nossa revisão da literatura sobre lógica Institucional, espera-se que ela possa contribuir para as reflexões de caráter local da inovação e como a identificação das etapas do sistema de inovação da cidade de Londrina i em níveis econômico e político, visto que as atividades geraram e difundiram novas tecnologias.

Na perspectiva de pesquisas futuras, cabe salientar que os fatores que vinham a dificultar a institucionalização dos projetos eram sempre de caráter político-cultural. Assim, mesmo que com o tempo, a questão política seja algo que sempre ficará como uma incógnita no futuro da cidade, sendo assim, o componente político é passível de pesquisas e aprofundamentos teóricos. Da mesma forma, a aprendizagem institucional é outra área que anseia por mais estudos, uma vez que a aprendizagem coletiva, cooperação e a dinâmica inovativa assumem grande

importância nos arranjos locais em razão de suas particularidades.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA UEL. **Pesquisadores e estudantes têm participação estratégica no Ecossistema de Inovação de Londrina**. CECA UEL, 2021. Disponível em: <https://sites.uel.br/ceca/sem-categoria/2021/04/05/pesquisadores-e-estudantes-tem-participacao-estrategica-no-ecossistema-de-inovacao-de-londrina/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ANDERSEN CONSULTING – **Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina – PDI** - Documento (ppt) da Andersen Consulting, apresentado à comunidade londrinense em 1997.

ADNER, R. Match your innovation strategy to your innovation ecosystem. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 4, p. 98-107, 2006.

ALBUQUERQUE, E. M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. 99 pp. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP, Rio de Janeiro, 2009.

AMÂNCIO VIEIRA, S. F. *et al.* O processo de criação de um Parque Tecnológico: O caso do PTL Francisco Sciarra. *In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GÉSTION TECNOLÓGICA-ALTEC*, 11, 2005. **Anais [...]** 2005.

AMIN, A.; ROBINS, K. These are not marshallian times in Innovation Networks. *In: CAMAGNI, R. (Ed.). Innovation Networks: Spatial Perspectives*. Belhaven Press, London, 1991. p. 105-118.

ALFORD, R. R.; FRIEDLAND, R. **Powers of Theory: Capitalism, the State, and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. Central perspectives and debates in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, p. 245–273, 1983.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATTILANA, J. Agency and institutions: the enabling role of individuals' social position. **Organization**, v.13, n. 5: p. 653-676, 2006.

BATTILANA, J.; D'AUNNO, T. Institutional work and the paradox of embedded agency. *In: LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 31-58.

BECKER, G. S. On the Relevance of the New Economics of the Family. **The American Economic Review**, v. 64, n. 2, p. 317-319, 1976.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality**. New York: Doubleday Anchor. 1967.

BERGER, P. LUCKMAN. T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL DE FATO. **MP pede cassação de Beto Richa e Cida Borghetti**. Brasil de Fato, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/08/28/mp-pede-cassacao-de-beto-richa-e-cida-borghetti>. Acesso em: 10 set. 2021.

BREIGER, R; MOHR, J. Institutional Logics from the Aggregation of Organizational Networks. **Computational and Mathematical Organization Theory**, v. 10, p. 17-43, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. **História Londrina**. Londrina, 28 de fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.cml.pr.gov.br/cml/site/historia_londrina.xhtml. Acesso em: 19 de Julho de 2021.

CAMPBELL, J. L. **Institutional change and globalization**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2004

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Eds.). **Globalização e inovação localizada**: Experiências de Sistemas Locais no Mercosul. Brasília: IBICT/IEL, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação: políticas e perspectivas. **Parcerias Estratégicas**, v. 5, n. 8, p. 237-255, 2000.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. *In: _____*. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 21-34.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 34-45. 2005.

CHAERKI, K. F.; RIBEIRO, G.; FERREIRA, J. M. Uma Introdução à Teoria Institucional do Ponto de Vista Sociológico. **Caderno de Administração**, v. 27, n. 1, p. 62-91, 2019.

CHANLAT, J. F. L'analyse Sociologique des Organisations: un Regard sur la Production Anglo-saxonne Contemporaine (1970-1988), **Sociologie du Travail**, v. 3, p. , 1989.

CODEL. **Londrina finalmente terá um Master Plan**. CODEL Instituto de Desenvolvimento de Londrina, out. 2020. Disponível em: <http://codel.londrina.pr.gov.br/index.php/noticias/371-londrina-finalmente-tera-um-master-plan.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

COHN, G. **Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.

COHENDET, P.; LLERENA, P. Learning, Technical Change, and Public Policy: how to create and exploit diversity. *In*: EDQUIST, C. **Systems of Innovation: Technologies, Institutions and Organizations**. Londres: Pinter, 1997. p. 223-241.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DE CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; DIAS, F. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. **Anais [...]**, p. 1-15, 1999.

DIAS, I. F. L.; TASSI, G. I.; AMÂNCIO VIEIRA, S. F. Desenvolvimento tecnológico local. **Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis**, v. 5, n. 1, p. 108-121, 2020.

DIMAGGIO, P. J. Interest and Agency in Institutional Theory. *In*: ZUCKER, L. (Ed.) **Institutional Patterns and Organizations**. Cambridge, MA: Ballinger, 1988, p. 3-22.

DIMAGGIO, P. Culture and economy. *In*: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. **Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press and Russell Sage, 1994, p. 27-57.

DIMAGGIO, P. Culture and cognition. **Annual review of sociology**, v. 23, n. 1, p. 263-287, 1997.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron-cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizations. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, 1983.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Introduction. *In*: ZUCKER, L. (Ed.) **Institutional patterns and organizations: culture and environment**. The new institucionalism in organizational analysis. Chicago: The University of Chicago press, 1991, p. 1-38.

DOUGLAS, M. **How institutions think**. New York: Syracuse University Press, 1986.

FERREIRA, J.; RESE, N.; BARATTER, M. A.; RITOSSA, C. M. O papel do ator social na transformação de instituições. *In*: EnEO – ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 8., 2014. Gramado/RS. **Anais Eletrônicos [...]**, Rio de Janeiro: Anpad, 2014.

FIORI, J. L. **A Globalização e a Novíssima Dependência**. Texto para Discussão, nº 343, Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

FOLHA DE LONDRINA. **Belinati é cassado pelos vereadores**. Junho, 2000a. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/belinati-e-cassado-pelos-vereadores-290408.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FOLHA DE LONDRINA. **'Londrina Tecnópolis' reúne 7 programas**. Novembro, 2000b. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/londrina-tecnopolis-reune-7-programas-308789.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FÓRUM DESENVOLVE LONDRINA. **Página Inicial**. 2020. Disponível em: <http://www.forumdesenvovelondrina.org>. Acesso em 27 de mar. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

FLIGSTEIN, N. **11 Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Market Institutions**. Wiley-Blackwell, 2002.

FREEMAN, C. The National System of Innovation in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 1, p. 5-24, 1995.

FREEMAN, C., **Technology Policy and Economic Performance: Lessons from Japan**. London: Pinter Publishers, 1987.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing society back in: Symbols, practices and institutional contradictions. *In*: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago, IL: Chicago University Press, 1991, p. 232-263.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 85-94, 2005.

GRANSTRAND, O.; HOLGERSSON, M. Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. **Technovation**, v. 90, p. 1-12, 2020.

GARFINKEL, H. **Ethnomethodology**. Englewood Cliffs, 1967.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, p. 481-510, 1985.

GREENWOOD, R.; HININGS, C. R. Organizational design types, tracks and the dynamics of strategic change. **Organization studies**, v. 9, n. 3, p. 293-316, 1988.

GREENWOOD, R.; HININGS, C. R. Understanding radical organizational change: Bringing together the old and the new institutionalism. **Academy of Management Review**, v. 21, n. 4, p. 1022-1054, 1996.

GREENWOOD, R.; SUDDABY, R. Institutional entrepreneurship in mature fields: The big five accounting firms. **Academy of Management Journal**, v. 49, n. 1, p. 27-48, 2006.

GREENWOOD, R. *et al.* (Eds.). **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. London: Sage, 2008

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. H. The Population Ecology of Organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p. 929-40, 1977.

HALL, P.; TAYLOR, R. Political science and the three new institutionalisms. **Political Studies**, v. 44, p. 936-957, 1996.

HAVEMAN, H. A.; RAO, H. Structuring a theory of moral sentiments: Institutional and organizational co-evolution in the early thrift industry. **American Journal of Sociology**, v. 102, p. 1606-1651, 1997.

HIRSCH, P.; LOUNSBURY, M. Ending the family quarrel: Toward a reconciliation of "old" and "new" institutionalisms. **American Behavioral Scientist**, v. 40, 406-418, 1997.

JACKALL, R. **Moral Mazes: The World of Corporate Managers**. New York: Oxford University Press, 1988.

JONES, C.; LIVNE-TARANDACH, R.; BALACHANDRA, L. Rhetoric that wins clients: Entrepreneurial firms use of institutional logics when competing for resources. **Research in the Sociology of Work**, v. 21, p. 183-218, 2010.

IMMERGUT, E. The normative roots of the new institutionalism: historical-institutionalism and comparative policy studies. *In*: BENZ, A.; SEIBEL, W. (Org.), **Beiträge zur Theorieentwicklung in der Politik und Verwaltungswissenschaft**. Baden-Baden, Nomos Verlag, 1996.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LASTRES, H. M. M. *et al.* **Globalização e inovação localizada**. Nota Técnica 01/98. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1998.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Inovação, Informação e Conhecimentos: a importância de distinguir o modo da moda. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 1, n. 2, 2006.

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R. Institutions and institutional work. *In*: CLEGG, S.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B.; NORD, W. R. (Eds.). **Handbook of Organization Studies**. 2 Ed. London: Sage. 2006. p. 215-254.

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. (Eds.). **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge University Press, 2009.

- LÉVI-STRAUSS, C. **The Savage Mind**. University of Chicago Press 1966.
- LIMA, C. E. de. **A Institucionalização da Temática Sustentabilidade em Pós-Graduações Stricto Sensu em Administração no Brasil**. 2016. 181 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.
- LOUNSBURY, M. Institutional transformation and status mobility: The professionalization of the field of finance. **Academy of Management Journal**, v. 45, p. 255-266, 2002.
- LOUNSBURY, M.; VENTRESCA, M.; HIRSCH, P. M. Social movements, field frames and industry emergence: A culture-political perspective on US recycling. **Socio-Economic Review**, v. 1, p. 71-104, 2003.
- LUNDEVALL, B. A. Product innovation and user producer interaction. **The Learning Economy and the Economics of Hope**, v. 19, p. 19-60, 1985.
- LUNDEVALL, B. A. User-Producer Relationships and National Systems of Innovation. *In: _____*. (Ed.). **National System of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**. London: Pinter, 1992. p. 45-67.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L. M.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, p. 9-39, 2005.
- MAGUIRE, S.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B., Institutional entrepreneurship in emerging 36 fields: HIV/AIDS treatment advocacy in Canada. **Academy of Management Journal**, v. 47, n. 5; p. 657-679, 2004.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. El Nuevo Institucionalismo: Factores Organizativos de la Vida Política. **Zona Abierta**, v. 63/64, p. 1-43, 1993.
- MERTON, R. K. **Social Theory and Social Structure**. Glencoe, IL: Free Press, 1957.
- MEYER, M. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, p. 340-363, 1977.
- MEYER, H. D.; ROWAN, B. Institutional Analysis and the Study of Education. *In: _____*. (Eds.). **The New Institutionalism in Education**. Albany: State University of New York Press, 2006. p. 1-14.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. Ed., São Paulo: Hucitec, 2013.
- MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.
- MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **Cadernos Ebape. br**, v. 6, n. 3, p. 1-14, 2008.

MIZRUCHI, M. S.; FEIN, L. C. The Social Construction of Organizational Knowledge: A Study of the Uses of Coercive, Mimetic, and Normative Isomorphism. **Administrative Science Quarterly**, v. 33, p. 194-210, 1999.

MOORE, J. F. Predators and prey: a new ecology of competition. **Harvard Business Review**, v. 71, n. 3, p. 75-86, 1993.

NELSON, R. (Ed.). **National Innovation Systems: A Comparative Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

OCASIO, W. The Enactment of Economic Adversity: A Reconciliation of Theories of Failure-Induced Change and Threat-Rigidity. **Research in Organizational Behavior**, v. 17, p. 287-331, 1995.

OCASIO, W. Toward an attention-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, v. 18, p. 187-206, 1997.

OCASIO, W. Institutionalized Action and Corporate Governance: The Reliance on Rules of CEO Succession. **Administrative Science Quarterly**, v. 44, n. 2, p. 384-416, 1999.

OCASIO, W.; JOSEPH, J. Cultural adaptation and institutional change: The evolution of vocabularies of corporate governance, 1972–2003. **Poetics**, v. 33, n. 3-4, p. 163-178, 2005.

PARSONS, T. **The Social System**. New York: Free Press. 1951.

PARSONS, T. Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organizations. **Administrative Science Quarterly** v. 1, p. 63-85, 1956.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos Ebape. br**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2006.

PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Eds.). **Economia da inovação tecnológica**. Editora Hucitec, 2006.

PERROW, C. Economic theories of organization. **Theory and society**, v. 15, n. 1-2, p. 11-45, 1986.

PREFEITURA DE LONDRINA. **História da Cidade de Londrina**. Prefeitura de Londrina. Londrina, 27 de novembro de 2019. História da Cidade. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/historia-cidade> Acesso em: 19 de Julho de 2021.

RAO, H.; MONIN, P.; DURAND, R. Institutional change in Toque Ville: Nouvelle cuisine as an identity movement in French gastronomy. **American Journal of Sociology**, v. 108, p. 795-843, 2003.

RUEF, M. Social ontology and the dynamics of organizational forms: Creating market actors in the healthcare field, 1966–1994. **Social Forces**, v. 77, n. 4, p. 1403-1432, 1999.

RUIZ, M. S. **Os segmentos econômicos de Londrina e região: análise das potencialidades e problemas visando a estruturação de um pólo de inovação tecnológica.** Londrina: ADETEC, 2001.

RUIZ, M. S.; UCHOA JR, P. P. de M.; DINATO, M. R. S. Estruturação de sistema local de inovação: o caso de Londrina (Pr), Brasil. **Revista de Ciências Jurídicas**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 25-32, 2002.

SAVIANI, R. **Ex-prefeito de Londrina completa 70 anos, e ações criminais prescrevem.** Portal G1, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2013/10/ex-prefeito-de-londrina-completa-70-anos-e-acoes-criminais-prescrevem.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SEKARAN, U. **Research methods for managers: a skill-building approach.** New York: Wiley, 1984.

SEO, M.; CREED, W. E. D. Institutional contradictions, praxis, and institutional change. **Academy of Management Review**, v. 27, p. 222–247, 2002.

SEARLE, J. R. **The Social Construction of Reality.** New York: The Free Press, 1995.

SELLAMI, Y. M.; GAFSI, Y. Institutional and economic factors affecting the adoption of international public sector accounting standards. **International Journal of Public Administration**, v. 1, n. 13, p. 190-692, 2017.

SELZNICK, P. **TVA and the Grassroots.** University of California Press, Berkley, CA, 1949.

SELZNICK, P. Institutionalism: “old” and “new. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 270-277, 1996.

SEWELL, W. F. A theory of structure: duality, agency, and transformation. **The American Journal of Sociology**, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.

SEWELL, W. H. JR. Historical Events as Transformations of Structures: Inventing Revolution at the Bastille. **Theory and Society**, v. 25, n. 6, p. 841-884, 1996.

SILVA, C. G. da; MELO, L. C. P. de. **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira–livro verde.** Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2001.

STINCHCOMBE, A. L. The Conditions of Fruitfulness of Theorizing about Mechanisms in Social Science. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 21, n. 3, p. 367-387, 1991.

STINCHCOMBE, A. L. New Sociological Microfoundations for Organizational Theory: A Postscript. *In*: LOUNSBURY, M.; VENTRESCA, M. (Eds.) **Social Structures and Organizations Revisited**, v. 19, p. 415-433, 2002.

SCOTT, W. R. The effectiveness of organizational effectiveness studies. *In: GOODMAN, P. S.; PENNINGS, J. M. (Eds.). **New Perspectives on Organizational Effectiveness***. São Francisco: Jossey-Bass, 1977, p. 63-95.

SCOTT, W. R. The adolescence of Institutional Theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 493-511, 1987

SCOTT, W. R. **Organizations: rational, natural and open systems**. 5. Ed. London: Prentice Hall, 1992.

SCOTT, W. R. **The institutional construction of organizations: International and longitudinal studies**. SAGE Publications, Incorporated, 1995.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: foundations for organizational science**. London: Sage, 2001.

SCOTT, W. R. Institutional theory's past and future contributions to organization studies. **BAR – Brazilian Administration Review**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.1-6, 2016

SCOTT, W. R. *et al.* **Institutional change and healthcare organizations**. Chicago, IL: Chicago University Press, 2000.

SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. The organization of societal sectors. *In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. **Organizational environments: ritual and rationality***. London, Sage Publications, 1992. p. 302.

SCOTT, A; STORPER, M. Regions, globalization, development. **Regional Studies**, v. 37, n. 6-7, p. 579-593, 2003.

SMITH, K. **Systems Approaches to Innovation: some policy issues**. Working paper of the research project on Innovation Systems and European Integration - ISE, STEP Group, Oslo, 1997.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

SUDDABY, R.; GREENWOOD, R. Rhetorical strategies of legitimacy. **Administrative Science Quarterly**, v. 50, n. 1, p. 35-67, 2005.

SCHUMPETER, Joseph Alois (1911). Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas). SCHUMPETER, Joseph Alois (1942). Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.,0

SWIDLER, A. Culture in action: Symbols and strategies. **American Sociological Review**, v. 51, p. 273-286, 1986.

THÉRET, B. **As instituições entre as estruturas e as ações**. Lua Nova: Revista de cultura e política, n. 58, p. 225-254, 2003.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. Institutional Sources of Change in the Formal Structure of Organizations: The Diffusion of Civil Service Reform, 1880–1935. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, p. 22–39, 1983.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. *In*: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais** – Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. São Paulo: Editora Atlas, 1998, p. 196-226.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. *In*: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 194-217.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2015.

THORNTON, P. H.; TUMA, N. B. The problem of boundaries in contemporary research on organizations. **Academy of Management Proceedings**, v. 1995, n. 1, p. 276-280, 1995.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: executive succession in the higher education publishing industry, 1958–1990. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 3, p. 801–843, 1999.

THORNTON, P. Personal versus Market Logics of Control: A Historically Contingent Theory of the Risk of Acquisition. **Organization Science**, v. 12, p. 294–311, 2001.

THORNTON, P. H. **Markets from Culture: Institutional Logics and Organizational Decisions in Higher Education Publishing**. Stanford University Press, Stanford, CA, 2004.

THORNTON, P. H.; JONES, C.; KURY, K. Institutional logics and institutional change in organizations: Transformation in accounting, architecture and publishing. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 23, p. 125-170, 2005.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional logics. *In*: GREENWOOD, R. *et al.* (Eds.). **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. London: Sage, 2008. p. 99-129.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Plano Diretor 2010-2015**. Pro-Reitoria de Planejamento. 2010. Disponível em http://www.uel.br/proplan/plano_diretor_2010_2015/texto_numerado_Plano_Diretor.pdf. Acesso em 19 jul 2021.

VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D.; CARVALHO, C. A. P. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. *In*: Encontro Anual dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 23, Foz do Iguaçu, 1999. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999.

VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. Sobre organizações, instituições e poder no Brasil. *In*: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 11-26.

VINCE, R. Institutional Illogics: the unconscious and institutional analysis. **Organization Studies**, v. 40, n. 7, p. 953-973, 2019.

WACQUANT, I; CALHOUN, C. Intéret, rationalité et culture. A propos d'un recent débat sur la théorie de l'action. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 78, 1989.

WEBER, M. From Max Weber: Essays in Sociology. *In*: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. (Eds.). **From Max Weber: Essays in Sociology**. New York: Oxford University Press, 1978.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WHITE, H. **Identity and Control: A Structural Theory of Social Action**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992.

WOOTEN, M; HOFFMAN, A. J. Organizational fields: past, present and future. *In*: GREENWOOD, R. *et al.* (Eds.). **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. London: Sage, 2008, p. 130-147.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N. **Interação humana e gestão: uma compreensão introdutória da construção organizacional**. Rio de Janeiro: LAB, 2003.

ZAJAC, E. J.; WESTPHAL, J. D. The social construction of market value: Institutionalization and learning perspectives on stock market valuations. **Amer. Soc. Rev.**, v. 69, n. 3, p. 433–457, 2004.

ZOUAIN, D. **Parques Tecnológicos – Propondo Um Modelo Conceitual Para Regiões Urbanas – O Parque Tecnológico de São Paulo**. 2003. 260 p. Tese (Doutorado em Ciências na Área de Tecnologia Nuclear) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ZHOU, X. The Institutional Logic of Occupational Prestige Ranking. **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 1, p. 90-140, 2005.

ZUCKER, L. G. The role of Institutionalización in cultural persistence. **American Sociological Review**, v. 42, p. 726-743, 1977.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturado da Pesquisa

Roteiro de Entrevista Semiestruturada da Pesquisa

Antes de iniciar a entrevista, alguns aspectos importantes precisam ser ressaltados:

1. Agradecer a disponibilidade e a boa vontade do entrevistado em participar da entrevista;

Objetivo Geral: analisar as lógicas institucionais utilizadas na elaboração dos programas de desenvolvimento tecnológico regional de Londrina/PR.

Objetivos Específicos: Identificar os programas de desenvolvimento regional realizados no município de Londrina; descrever os programas de desenvolvimento regional realizados no município de Londrina; comparar os programas de desenvolvimento tecnológicos realizados a luz das lógicas institucionais; elaborar um modelo de implementação de programas de desenvolvimento tecnológico.

2. Analisar todos os documentos e informações disponíveis sobre a instituição;
3. Informar o tempo de duração da entrevista;
4. Lembrar o entrevistado que ele receberá o trabalho como forma de agradecimento da participação.
5. Pedir autorização para gravar a entrevista e ressaltar que os dados só serão utilizados para fins científicos.

BLOCO I: Caracterização do Entrevistado

Dados do Entrevistado: nome, telefone, e-mail, função atual, tempo na função, tempo na instituição e formação acadêmica.

Dados institucionais: nome, endereço, site.

Questão 1. Há uma relação entre sua formação e as atividades realizadas no período de desenvolvimento e implementação do programa?

Objetivo pretendido pela questão: Tentar fazer conexões com os tipos de isomorfismos e averiguar como ocorreu o processo de consenso social a respeito

do valor da estrutura.

BLOCO II: Objeto de pesquisa

- Você conhece os programas de desenvolvimento tecnológicos regional realizados em Londrina nos últimos 30 anos? Quais?
- Em quais programas de desenvolvimento tecnológico regional você participou?
- Como se deu sua participação?
- Por quais razões o programa foi desenvolvido?
- Com relação ao processo de institucionalização, você diria que o programa teve o apoio na continuidade?
- Existia no período de desenvolvimento e institucionalização do projeto alguma dificuldade observada pela comunidade em relação ao desenvolvimento tecnológico da região?
- Como foi o processo de identificação do problema?
- Como foi o processo de comunicação do problema?
- Quais foram as dificuldades encontradas?
- Havia reunião entre as pessoas, instituições e/ou empresas envolvidas para discutir coletivamente possíveis soluções para eliminar tais dificuldades?
- Como acontecia? Onde acontecia?
- O programa contou com alguma ajuda financeira ou incentivo de programas governamentais?
- Quais foram os resultados?
- A estrutura se mantém até os dias de hoje?
- Em caso negativo da pergunta anterior, quais os principais motivos para a desinstitucionalização?
- Como foi o processo para se resolver os problemas compartilhados pelo grupo?
- Quais práticas organizacionais de outras instituições ou programas anteriores que serviram como referência de atuação?
- Quais os elementos facilitadores e dificultadores você acredita que estiveram presente nesse projeto? Qual era o contexto político local e regional da época?
- Qual a sua percepção com relação a capacidade das pessoas envolvidas nos programas em transformar as relações sociais em algum grau?

- Quais outras pessoas poderiam ser relevantes para a pesquisa?